



Revista do Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Vitória, v.12, n.22 (2018)

Revista (Con)Textos Linguísticos
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais

Av. Fernando Ferrari nº 514
Goiabeiras – Vitória - ES
CEP: 29075910
Telefax: (27) 4009-2524
www.linguistica.ufes.br
contextoslinguisticos@hotmail.com.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Revista (Con) Textos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 12, n. 22 (2018)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPCEL-UFES, 2007-
Quadrimestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:
Saulo de Jesus Peres
CRB6 – Reg. 676/ES

Universidade Federal do Espírito Santo

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora: Ethel Leonor Noia Maciel

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Junior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Ricardo Corrêa de Araújo

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Alexandro Rodrigues Meireles

Subchefe: Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Coordenador: Luciano Novaes Vidon

Coordenadora Adjunta: Gesieny Laurett Neves Damasceno

Conselho Editorial

Alexandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF), Ana Cristina Carmelino (UNIFESP), Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul), Ana Zandwais (UFRGS), Antônio Simões (Kansas University, EUA), Antônio Suarez Abreu (UNESP), Carla Viana Coscarelli (UFMG), Donesca Cristina Puntel Xhafaj (UFSC), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Eric Guy Claude Laporte (Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Alfenas), Hylea de Camargo Vale (IBC), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa, Portugal), Ivo Costa Rosário (UFF), Janaína Soares Alves (UNB), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), José Magalhães (UFU), Júlio Araújo (UFC), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Jussara Abraçado (UFF), Leonor Werneck dos Santos (UFRJ), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Luciana Lucente (UFAL), Luciane Corrêa Ferreira (UFMG), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Luiz Francisco Dias (UFMG), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro, Portugal), Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva (UFRJ), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marina Terkourafi (University of Illinois at Urbana-Champaign, EUA), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Miguel Oliveira Jr. (UFAL), Pablo Arantes (UFSCar), Rebecka Campos-Astorkiza (Ohio State University, EUA), Renata Archanjo (UFRN), Ronice Müller de Quadros (UFSC), Sônia Benites (UEM), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG).

Comissão Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (Editor-gerente), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Gesieny Laurett Neves Damasceno (Editora de Seção), Christiane Nunes de Souza (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção).

SUMÁRIO

<u>#CAGUEI: AGRESSIVIDADE NO TWITTER</u>	<u>PDF/A</u>
Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira, Marisa Mendonça Carneiro	7-20
<u>POLÍTICA E VIOLÊNCIA VERBAL</u>	<u>PDF/A</u>
Ana Lúcia Magalhães, Nelci Vieira de Lima	21-38
<u>INTERAÇÕES CONFLITUOSAS E VIOLÊNCIA VERBAL NAS REDES SOCIAIS: POLÊMICA EM COMENTÁRIOS NO FACEBOOK</u>	<u>PDF/A</u>
Ana Lúcia Tinoco Cabral, Nelci Vieira de Lima	39-58
<u>As práticas discursivas da violência nas mídias digitais: Marielle Franco, presente... no espaço discursivo êmico</u>	<u>PDF/A</u>
Anderson Ferreira, Cristiane da Silva Ferreira, Ramon Silva Chaves	59-78
<u>PERCEPÇÕES E ATITUDES DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM FRENTE À VIOLÊNCIA OCUPACIONAL: UM ESTUDO LINGUÍSTICO NO ALTO SERTÃO PARAIBANO</u>	<u>PDF/A</u>
Anúbes Pereira de Castro, Gdeane Constantino Almeida, Marcus Vinícius Freitas Mussi	79-92
<u>A GESTÃO DE FACE NAS INTERAÇÕES DE UMA AUDIÊNCIA COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: o papel das emoções</u>	<u>PDF/A</u>
Janice Helena Chaves Marinho, Regina Célia Vago	93-113
<u>O CONFLITO DE IDENTIDADES E A VIOLÊNCIA VERBAL NA REPRODUÇÃO DAS FAKE NEWS A RESPEITO DE MARIELLE FRANCO</u>	<u>PDF/A</u>
Manoel Francisco Guaranha	114-133
<u>PRESTAÇÕES DE CONTAS COMO DISPOSITIVOS PARA AGRAVAMENTO DE CONFLITO</u>	<u>PDF/A</u>
Roberto Perobelli de Oliveira	134-154

APRESENTAÇÃO

O confronto e os conflitos estão presentes no cotidiano dos cidadãos, em todos os contextos, afinal, a diversidade de pontos de vista é característica inerente à vida em sociedade. Os indivíduos pensam e agem de acordo com suas crenças, e as crenças variam de pessoa a pessoa. Os seres humanos normalmente buscam resolver seus conflitos de maneira pacífica, procurando preservar a harmonia nas relações, entretanto, não se pode ignorar que as interações envolvem, de alguma forma, relações de poder. Nesse contexto, também as hierarquias de poder chancelam muitas vezes o emprego de violência no trato com aqueles que se encontram em posição hierarquicamente inferior em alguma tipo de relação. A sociedade do século XXI tem assistido há recorrentes atos de violência, especialmente de violência verbal, tanto em contexto presenciais, como em contextos digitais. Ruth Amossy (2014) afirma que a Internet é a praça pública deste século. De fato, se os enfrentamentos que ocorriam nas praças em tempos passados muitas vezes levavam a reações violentas, de violência física mesmo, na atualidade, a violência verbal parece ter tomado a frente. Tornou-se assim usual contrapor-se à opinião contrária com violência. Vale lembrar que, na Internet, a violência verbal não pode ser combatida de forma física, pois os participantes da interação estão protegidos pela máquina e pela distância física, além de poderem, ainda, esconder-se por detrás de identidades falsas. Usuários de redes sociais agridem jornalistas, políticos, esportistas, aqueles que estão no foco das atenções enfim, e agridem-se uns aos outros para manifestar pontos de vista contraditórios. Assistimos assim a uma violência coletiva, que ultrapassa os espaços físicos, considerando que os ambientes digitais ampliam os espaços, e, por consequência, as manifestações de violência acabam por também ampliar-se, pela ampla divulgação que recebem. Nesse contexto, interessa debruçar-se sobre o fenômeno da violência verbal, compreendida por alguns estudiosos como uma manifestação intencional (Bousfield, 2008; culpeper, 2008) e por outros (Terkourafi, 2008) como não convencional relativamente ao contexto, mas não necessariamente de caráter intencional.

Esta edição especial da Revista (Con)textos Linguísticos, cujo tema é *Violência verbal: confrontos e conflitos em contextos variados*, foi organizada pelos professores Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNICSUL), Gustavo Ximenes Cunha (UFMG), Jarbas Vargas Nascimento (PUC-SP) e Micheline Mattedi Tomazi (UFES). Embora sejam de diferentes Universidades brasileiras, esses professores se interessam pelo tema da violência verbal praticada em contextos variados e se uniram para trazer à comunidade acadêmica artigos que procuram discutir o referido tema a partir da maneira como a linguagem é utilizada por diferentes atores sociais quando praticam agressões verbais diretas e/ou indiretas instaurando não só a polêmica, mas relações conflituosas de interação.

Os oito artigos selecionados para esta edição tratam da violência verbal e estão inseridos em bases teóricas da linha de Texto e Discurso ou buscam aproximações diretas com a linha, mesmo quando apoiados em outras áreas de investigação.

Assim, o artigo intitulado “*#Caguei: agressividade no twitter*”, de Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira e Marisa Mendonça Carneiro, analisam o uso de *hashtags* utilizadas na *twitter* e investigam a comunicação digital utilizada por internautas brasileiros, quando realizam ataques verbais em suas interações e ameaçam não só a própria face, mas a face do outro. As autoras mostraram como o uso das *hashtags* no gênero *twitter* servem para intensificar um discurso ofensivo e carregado de impolidez.

O artigo de Ana Lúcia Magalhães busca na Retórica e na Argumentação respaldo teórico para tratar do tema da violência verbal no contexto político. “Política e violência verbal” traz uma análise do discurso do ex-presidente Lula, proferido em sete de abril de 2018, em São Bernardo do Campo, e demonstra como a violência (objetiva e subjetiva) está presente nesse discurso político e se liga diretamente ao trabalho de vitimização do *pathos*.

“As práticas discursivas da violência nas mídias digitais: Marielle Franco, presente... no espaço discursivo êmico”, de Anderson Ferreira, Cristiane da Silva Ferreira e Ramon Silva Chaves examina a construção das práticas discursivas da violência nas mídias digitais a partir de mecanismos de funcionamento do que os autores chamam de espaço discursivo êmico. A partir do referencial teórico-metodológico da Análise do

Discurso, em diálogo com a Sociologia contemporânea, os autores analisam textos publicados nas redes sociais, que se referem ao acontecimento sobre a morte da vereadora Marielle Franco e mostram como o espaço das redes sociais materializa um discurso de violência, a partir de um contexto sócio-histórico e cultural da sociedade, de modo a polarizar identidades no campo político-ideológico.

Também sobre o assassinato de Marielle Franco, o artigo de Manoel Francisco Guaranha, “O conflito de identidades e violência verbal na reprodução das fake News a respeito de Marielle Franco”, estuda as marcas da violência verbal nas fake news que circularam nas redes sociais quando ocorreu o assassinato da vereadora. A partir do diálogo entre diferentes pressupostos teóricos, o artigo demonstra como os processos de violência verbal e virtual das fake news atua como um aspecto do *ethos* coletivo nacional que demonstra o choque da identidade cultural na sociedade brasileira.

“Interações conflituosas e violência verbal nas redes sociais: polêmica em comentários no facebook”, de Ana Lúcia Tinoco Cabral e Nelci Viera de Lima, amplia a discussão sobre violência verbal nas interações conflituosas das redes sociais. A partir da análise de comentários sobre dois posts que tratavam do tema feminicídio e publicados no Facebook, as análises realizadas no artigo revelam a instauração da polêmica nessas interações verbais e mostram como o foco da violência varia nas manifestações linguísticas e argumentativas da violência verbal nos comentários dos internautas.

“Prestações de contas como dispositivos para agravamento de conflito”, de Roberto Perobelli de Oliveira, apresenta uma análise de um conflito verbal, ocorrido em uma Vara de Família de uma cidade do Sudeste brasileiro, que envolveu dois participantes sobre prestações de contas, fenômeno interacional importante para a constituição de um episódio de conflito.

“Percepções e atitudes de profissionais de enfermagem frente à violência ocupacional: um estudo linguístico no alto sertão paraibano”, de Anúbes Pereira de Castro, Gdeane Constantino de Almeida e Marcus Vinícius Freitas Mussi, investiga pelo viés das Políticas Linguísticas as percepções e comportamentos de profissionais de

enfermagem do alto sertão da Paraíba frente à violência física e/ou psicológica que sofrem em sua ocupação profissional e são materializadas no discurso.

“A gestão de face nas interações de uma audiência com adolescentes em conflito com a lei: o papel das emoções”, de Regina Célia Vago e Janice Helena Chaves Marinho, apresenta uma análise de audiências de instrução e julgamento de adolescentes em conflito com a lei e mostra como funciona o gerenciamento das relações de faces e como os adolescentes utilizam estratégias discursivas que suscitam emoções.

Ana Lúcia Tinoco Cabral

Micheline Mattedi Tomazi

Bibliografia

AMOSSY, R. *Apologie de la polémique*. Paris: PUF, 2014.

BOUSFIELD, D. Impolitenesse in the struggle for power. In: D. BOUSFIELD; M. A. LOCHER, (eds), *Impoliteness in Language*. Berlin/NY: Mouton de Gruyter, 2008, pp. 127 – 153.

CULPEPER, J. *Impoliteness using language to cause offence*. New York: Cambridge University Press, 2011.

TERKOUFARI, M. Toward a unified theory of politeness, impoliteness and rudeness. In: D. BOUSFIELD; M. A. LOCHER, (eds), *Impoliteness in Language*, Berlin, NY: Mouton de Gruyter, 2008, pp.45-74.

#CAGUEI: AGRESSIVIDADE NO TWITTER

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira¹
Marisa Mendonça Carneiro²

RESUMO: As *hashtags* são prevalentes nos espaços interpessoais do Twitter, assim como no debate de tópicos variados. Uma *hashtag* geralmente encoraja os interactantes a iniciar uma discussão sobre um tema proposto. O número de respostas que coocorrem com uma *hashtag* representa atenção a um conteúdo manifestado por outros, ao qual os interactantes ativamente respondem (GODIN et al, 2013). Considerando o uso difundido de *hashtags* em comunicação digital (CD), o objetivo deste artigo é analisar as *hashtags* usadas por internautas brasileiros para realizarem ataques verbais. De modo geral, os resultados indicam que as *hashtags* atuaram como intensificadores, demarcando comportamentos discursivos ofensivos e impolidos.

Palavras- chave: Impolidez. Pragmática das *hashtags*. Ataque verbal no Twitter

ABSTRACT: Hashtags are prevalent in the interpersonal spaces of Twitter, as well as in the debates on many different subjects. A hashtag usually encourages people to start discussions about a proposed topic. The number of responses co-occurring with a given hashtag represents attention to manifest content by others, to which respondents actively reply (GODIN et al, 2013). Taking the pervasive use of hashtags in digital communication (DC) into account, the aim of this paper is to analyze the hashtags used by Brazilian Internet users for verbal attack. Overall, our results indicate that hashtags prompted offensive and impolite language uses, notably very prevalent in DC, which was found to be licentious and permissive.

Key-words: Impoliteness. Pragmatics of hashtags. Verbal attack on Twitter

Uma visão geral do estudo

A comunicação no espaço digital é reconhecidamente mais veloz, líquida e licenciosa. Particularmente em relação ao Twitter, o estudo de OLIVEIRA e CARNEIRO (2018) discute como as *hashtags* cumprem um papel duplo. Por um lado, elas servem ao propósito de contribuir para a interpretação da postagem pelo leitor, oferecendo pistas contextuais, ou referenciais. Por outro, elas atuam para circunscrever a troca comunicativa (ou a postagem) em um ambiente interacional transitório e licencioso, amplamente frutífero para a ocorrência de ataques verbais e de descortesia, ou de impolidez. Diante disso, o que propomos neste

¹ Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, adornomarciotto@gmail.com

² Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, marisaufmg@gmail.com

estudo é analisar o uso de *hashtags* no Twitter do ponto de vista da impolidez, mais particularmente, do ataque verbal e, conseqüentemente, da afronta à imagem pública do outro.

De acordo com Culpeper e Hardaker (2017), os estudos sobre impolidez têm sido ampliados para um gama ampla de relações e de cenários sociais, incluindo aqueles em que a impolidez é comunicada por via verbal, ou linguística, e não somente por meio de elementos extra-linguísticos e/ou não-verbais.

A CD também exhibe uma miríade de propriedades, todas relacionadas ao compartilhamento de usos sociais, culturais e comunicativos. Essas propriedades podem ser bem diferentes daquelas identificadas na comunicação face a face (MARCUSCHI, 2012). Dessa forma, no âmbito da CD, os textos escritos são produzidos em combinação com elementos não-verbais e com estratégias variadas para compensar a ausência dos recursos oriundos da interação face a face.

Com relação a essa característica híbrida da CD, Halliday (1996) afirma que os textos digitais motivaram uma reconceituação completa da (dita) oposição entre produção oral e comunicação escrita. Nesse sentido, para Halliday, o advento da CD influenciou a comunicação humana tanto quanto o advento da imprensa modificou a produção e a difusão do conhecimento a partir do século XV.

O *Twitter* é uma das mídias sociais *on-line* mais populares, permitindo postar e compartilhar informações em tempo real. Segundo Han et al (2014), os usuários do Twitter postam uma mensagem que é uma resposta à pergunta “O que está acontecendo agora?”. Essa postagem deve ser limitada a 140 caracteres. São mensagens curtas, chamadas de *tweets*, que apresentam a visão dos internautas sobre o que está ocorrendo em um determinado momento social. Um *tweet* é *retweetado* quase instantaneamente. *Tweets*, em seguida, aparecem no *feed* (lista de tópicos, ou de mensagens) dos usuários que decidiram seguir uma determinada conta. Essas mensagens também podem ser localizadas por meio da interface de pesquisa do Twitter (SCOTT, 2015; SHIDORE et al, 2015).

Como também ocorre com outras plataformas de mídia social, o Twitter combina recursos do discurso escrito e oral. A esse respeito, Crystal (2011) mostra como a CD exhibe recursos seletivos e adaptados, oferecendo aos usuários possibilidades exclusivas ao meio digital. Alguns exemplos desses recursos incluem *hiperlinks*, *emoticons*, *emojis* e *hashtags*, todos amplamente difundidos nas mídias sociais.

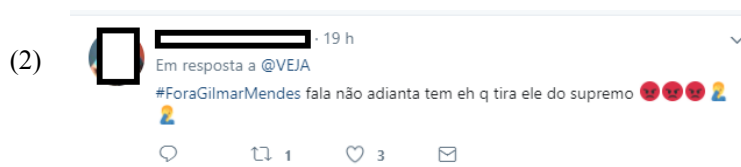
As *hashtags* são consideradas uma característica do Twitter. Os usuários só precisam usar o símbolo #, seguido por uma palavra ou frase para formar uma *hashtag*. A função

primária das *hashtags* é reunir e demarcar as informações ou tópicos, facilitando a recuperação de conteúdos postados (SCOTT, 2015).

Alguns estudos investigaram como as *hashtags* podem contribuir para orientar o cálculo interpretativo do leitor com relação a um *tweet*. Scott (2015) comenta que as *hashtags* usadas com esse objetivo são geralmente adicionadas após o conteúdo principal do *tweet* e não estão integradas à sentença principal. Um exemplo desse uso, retirado dos dados do referido estudo, pode ser visto em (1). A *hashtag* *mcfc*, abreviação de *Manchester City Football Club*, foi usada para indicar que as vibrações positivas são endereçadas ao time de futebol (SCOTT, 2015, p. 16):

(1) Sending positive vibes. Positive vibes. Positive vibes³. #mcfc

Com base na Teoria da Relevância (WILSON e SPERCER, 2004), Scott (2015) também demonstra como as *hashtags* podem servir para chamar a atenção do leitor para um constituinte que é relevante, tornando-o mais saliente ainda. Esse mecanismo fornece pistas inferenciais para o cálculo do sentido comunicado na postagem. Scott sugere que o uso de *hashtags* no *Twitter* faça a ligação entre o ambiente cognitivo do *tweeter* (pessoa que posta as mensagens) e o ambiente cognitivo de seus potenciais leitores, mantendo, ao mesmo tempo, o estilo informal e casual próprio das mídias digitais. Um exemplo desse uso de *hashtag*, encontrado em nossos dados, aparece em (2):



Outro estudo importante sobre *hashtags*, desta vez no ambiente brasileiro, é o de Recuero et al (2015). Nessa pesquisa, os papéis desempenhados pelas *hashtags* durante os protestos ocorridos no Brasil em 2013 são analisados por meio das funções de linguagem propostas por Jakobson (1960). Nessa pesquisa, as funções identificadas incluíam principalmente elementos injuntivos, ligados às chamadas por mobilização. No referido estudo, as *hashtags* também cumpriam a função referencial da linguagem, associada, por exemplo, às informações sobre os eventos para os quais elas conclamavam a participação

³ Traduzido como: mandando vibrações positivas. Vibrações positivas. Vibrações positivas.

popular. Além disso, nesse estudo, exemplos de *hashtags* emotivas também foram identificados, demonstrando apoio ao evento, por meio da inserção de meta comentários no fluxo interacional, como ocorre em (3) e (4) a seguir (RECUERO et al, 2015, p. 6):

(3) #cometothestreets⁴

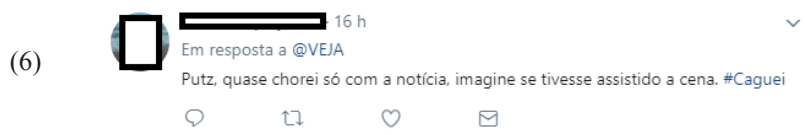
(4) Tomorrow. 5 pm. Sé Square. #ProtestSP⁵

As *hashtags* são também utilizadas para oferecer um tom jocoso à interação digital. Nesse caso, elas atuam como forma de comunicar deboche e/ou desdém. OLIVEIRA e CARNEIRO (2018) identificaram o uso de *hashtags* servindo para debochar ou para ironizar uma notícia séria, postada no *Twitter*. Esse uso modifica o tom inicial da interação e cria uma ambiente de cumplicidade no *Twitter*. Esse uso pode ser ilustrado no exemplo (5):



No exemplo (5), as *hashtags* funcionam também como marcadores de postura (HADDINGTON, 2012) do *tweeter*. Essa função, ligada à postura, é geralmente também cumprida por meio de meta-comentários, que explicitam a relação da postagem com o texto anterior, adicionando uma camada a mais de significado à postagem (SCOTT, 2015).

Há ainda uso das *hashtags* como estratégicas de impolidez, também discutido por OLIVEIRA e CARNEIRO (2018). Nesse caso, as *hashtags* atuam para atacar a imagem pública do outro, de forma agressiva e ofensiva. A ofensa pode ser dirigida a um ou mais usuário(s) do *Twitter* ou a um veículo de comunicação, sendo o ataque direcionado não somente ao conteúdo da notícia, mas também ao seu autor. Um exemplo desse último uso pode ser observado em (6):



⁴ Traduzido como: #vemprarua.

⁵ Traduzido como: Amanhã. 5 da tarde. Praça da Sé! #ProtestoSP

É precisamente esse uso agressivo e ofensivo, em que as *hashtags* atuam como instrumentos de ataque verbal, que será detalhado a seguir neste texto. Para melhor discutir o tema, apresentaremos um breve referencial teórico, ligado aos conceitos de Trabalho de Face e de Impolidez.

Trabalho de Face e Impolidez

Na perspectiva de Goffman (1976), o trabalho de face refere-se às ações linguísticas e não linguísticas realizadas pelos participantes para “reivindicar seus valores sociais, ou para manter sua autoimagem de forma considerada satisfatória para a interação” (HAUGH, 2013: 65). Segundo Goffman (1995), existem dois processos principais, relacionados ao trabalho de face: o trabalho de evitação, que consiste em evitar ameaças sociais, e o trabalho corretivo, que atua no sentido de reparar possíveis danos à imagem pública do falante.

Complementar à noção de face, o conceito de território refere-se tanto ao território físico, quanto à “porção de espaço que circunda um indivíduo” (GOFFMAN, 1973, p.44), e a partes do corpo, roupas e objetos pessoais. Além disso, a noção de território abrange os domínios reservados da conversação, ou seja, o direito do indivíduo de controlar quem pode abordar a fala ou o direito de um grupo de pessoas de se proteger da intrusão e da indiscrição de outros (GOFFMAN, 1973).

A fim de sistematizar o trabalho de Goffman (1973), e de propor uma análise linguística mais especializada, Brown e Levinson (1987) revisitam o conceito de trabalho de face. Um princípio importante do modelo de Brown e Levinson (1987) são os Atos Ameaçadores de Face (FTA - *Face Threatening Acts*, em inglês).

Os FTAs são classificados de acordo com o tipo de face ameaçada (a positiva ou a negativa) e ao fato de a ameaça ter sido deferida contra o ouvinte ou contra o falante (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 65-8). Por exemplo, pedidos de qualquer ordem ameaçam a face negativa do ouvinte e, se recusados, podem ameaçar a face positiva do solicitante. Críticas atacam a face positiva do ouvinte. Do mesmo modo, agradecimentos e elogios podem ameaçar a face negativa do falante, pois incutem no ato de fala a noção de um débito reconhecido.

Na mesma perspectiva, Oliveira, Ximenes e Miranda (2017) afirmam que a noção de trabalho de face em Brown e Levinson (1987) enriquece o conceito de modo bastante

significativo. Por um lado, a noção é mais restrita, uma vez que corresponde apenas ao uso dos itens linguísticos que mitigam/potencializam a ameaça dos atos de fala. Por outro lado, essa noção é mais ampliada, já que abrange as estratégias utilizadas para diminuir/aumentar os ataques na face positiva e na negativa.

Quanto ao conceito de Polidez, que é caro ao trabalho de face, Leech (1983) o concebe como um tipo de restrição ao comportamento humano que nos faz evitar a discordância ou a ofensa comunicativa, podendo manter ou aumentar a cortesia (LEECH, 1983). Naturalmente, o reverso disso se dá com respeito à Impolidez.

A Impolidez é o tema central deste texto e está ligada a elementos do contexto imediato da interação social. Para Culpeper (2005), a impolidez entra em ação quando: (a) o interlocutor comunica intencionalmente o ataque de face; (b) o ouvinte percebe e/ou constrói um comportamento como intencionalmente agressivo ou impolido, ou (c) quando há uma combinação desses dois fatores (CULPEPER, 2005).

Nesse sentido, Culpeper (2005) afirma que a impolidez positiva é o uso de estratégias destinadas a lesar a face positiva do destinatário, por exemplo, no uso de marcadores de indiferença, marcadores de identidade inadequados ou preconceituosos, linguagem obscura ou sigilosa, uso de palavras tabus e de xingamento.

A impolidez negativa, por outro lado, emerge do uso de estratégias destinadas a depreciar a face negativa do destinatário, por exemplo, debochar, desprezar ou ridicularizar, depreciando o outro e invadindo seu o espaço psicológico. Essa estratégia também ocorre quando se classifica o outro como maléfico, ou quando se coloca o débito do outro (moral ou material) em evidência.

Nessa perspectiva, neste artigo assumimos que as *hashtags* operam como estratégias linguísticas de expressão de postura, pelas quais o autor pode maximizar os ataques às faces negativa e positiva do outro (BROWN e LEVINSON, 1987, CULPEPER, 2005 e CULPEPER e HARDAKER, 2017). Tendo traçado esse panorama inicial da pesquisa, partimos para descrever os procedimentos utilizados para coleta de dados e para sua análise.

Coleta de dados

Para analisar os diferentes usos de *hashtags* na comunicação digital, 94 *tweets* contendo tais itens foram coletados na rede social *Twitter*. A coleta ocorreu entre agosto e setembro de 2017 e novamente entre março e abril de 2018. Os dados incluem *tweets* de

trending topics e de três fontes de notícias disponíveis no *Twitter*, coletados de maneira aleatória e escritos em língua portuguesa. As fontes de notícia foram selecionadas com bases nos seguintes critérios: cobertura nacional e interface com o *Twitter*.

Mais especificamente, a coleta de dados prosseguiu da seguinte forma no *Twitter*: os *trending topics* eram aleatoriamente selecionados no *Twitter*; a esse passo seguia-se a busca por *hashtags*, tanto nos *tweets* de notícias quanto nas respostas dos usuários. Assim que uma *hashtag* era encontrada, essa ocorrência era devidamente armazenada em forma de imagem. Esses passos foram realizados sempre tomando-se o cuidado de preservar o contexto comunicativo imediato para que o fluxo da interação não ficasse perdido. Isto quer dizer que não somente o *tweet* do usuário foi armazenado, mas também o *post* anterior e/ou posterior, no caso dos *trending topics*, bem como procedeu-se à coleta da notícia publicada (no caso dos veículos de comunicação).

Após a coleta dos *tweets*, procedeu-se a busca por aqueles que representavam ataques à face dos usuários do microblog. A seguir, apresentamos uma análise destes exemplos, mostrando como as *hashtags* são usadas como elementos para expressar (im)polidez.

Análise de dados

Na figura 1, a seguir, o uso da *hashtag* #STFVergonhaNacional integra um *post* de ataque direto à imagem dos integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro. A postagem é composta por elementos verbais lesivos à face dos ministros, que são classificados de hipócritas. O termo *hipocrisia* é grafado em maiúsculas, orientando o leitor para o cálculo do significado principal pretendido na postagem (WILSON e SPERBER, 2004). A *hashtag*, utilizada ao final da postagem, serve também como um tipo de meta-comentário. Ela ressalta a postura ou a atitude do *tweeter* com respeito às figuras públicas nela retratadas, funcionando como forma de ataque à imagem pública dessas personalidades, via decisões por elas tomadas. Essa postagem é respondida por meio de outro *tweet*, cuja *hashtag* é inserida no fluxo da oração: Queremos#LulanaCadeia. Esse uso reforça o conteúdo polêmico e ameaçador da primeira parte da postagem e agrava seu potencial ofensivo, pois demonstra claramente o conflito de desejos e de opiniões. A *hashtag* torna-se, nesse caso, o complemento de um verbo volitivo (querer).



Figura 1 - #STFVergonhaNacional

Na figura 2, a seguir, o conteúdo da postagem inicial é pretensamente informativo e injuntivo. Ela noticia a respeito de um programa televisivo (Big Brother Brasil) e indica formas de adesão a um *resumão* com as principais notícias sobre esse tema. Por meio da *#caguei*, o internauta responde ao *tweet*, atacando a face negativa de seu autor. Ele utiliza, para isso, uma expressão de deboche e de desprezo, que expressa comportamento ofensivo e invasivo.



Figura 2 - #Caguei

O uso de #caguei é abundante nos dados aqui analisados e serve o propósito, como já mencionamos antes, de ridicularizar o outro, atacando sua face negativa e seu espaço psicológico. Essa *hashtag* também pode ser usada pelo próprio autor de uma postagem para expressar, em seu fechamento, seu real conteúdo. Essa inserção da *hashtag*, posterior à parte inicial do *post*, causa um efeito inesperado e irônico, marcadamente debochado e, ao mesmo tempo, lesivo à figura alvo do comentário opinativo. Nesse caso, a figura em questão não é diretamente identificada e tampouco trata-se de personalidade pública. Sua imagem abstrata é, contudo, ostensivamente atacada:

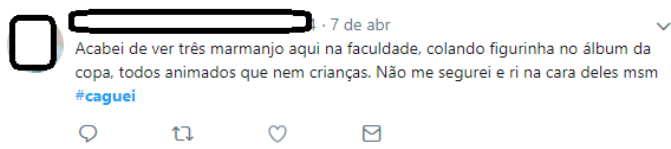


Figura 3 - #caguei

Na figura 4, os internautas opinam sobre o cenário político nacional. Nessas postagens, há um tom geral de agressão e de escárnio, fortemente balizado pelo uso da

hashtag #cadeia. Esse uso exemplifica o conteúdo geral dos *posts* associados a escândalos políticos brasileiros. Ele também sinaliza, ao mesmo tempo, o caráter líquido, fugaz e superficial da CD. Não havendo espaço aberto para a exposição crítica de argumentos, os internautas quase sempre optam por *hashtags* de conteúdo impactante e marcadamente agressivo, usadas como forma de atingir moralmente determinados alvos, que são coletivamente pré- selecionados.

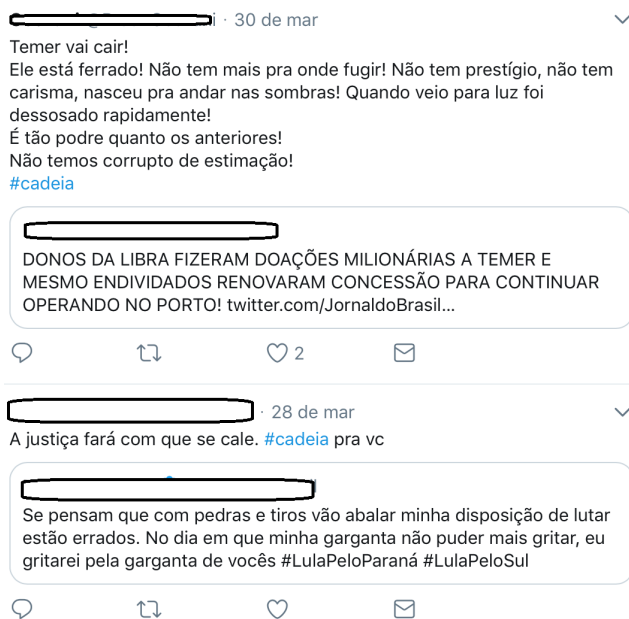


Figura 4 - #cadeia

De forma semelhante, na figura 5, a *hashtag* reforça uma notícia que, em si, é danosa à imagem de uma figura pública. Como resposta a essa postagem, o uso de #foraGilmar reforça o caráter hostil e o ataque verbal do *tweet*, que exige a saída de um membro vitalício do STF. Tal ataque é endereçado a uma figura pública, realizado por meio de uma reação a uma notícia.



Figura 5- #ForaGilmar

Como o discurso agressivo é quase sempre inserido em um contexto de adversidade e de polaridade, as *hashtags*, como se viu até aqui, operam em sentidos opinativos quase sempre opostos. Elas contrapõem ideias díspares e funcionam como forma de aderir a um ponto ou a outro de uma linha argumentativa, não tendo havido, nos dados aqui analisados, espaço para a medição, ou para a conciliação de ideias conflitantes.

Com respeito à figura 6, o uso de #JornalLIXO comunica a recusa em assistir a um tradicional telejornal brasileiro. A *hashtag* serve para ressaltar o conteúdo da postagem inicial, procurando não deixar dúvidas ao leitor quanto à sua adequada interpretação (SCOTT, 2015). Reforça-se o aspecto lesivo à imagem da empresa de comunicação, pelo uso de maiúsculas no termo *lixo*. Nesse sentido, a *hashtag* é também usada para agravar o confronto e acentuar a polêmica entre visões de mundo discrepantes, a saber, entre espectador descontente e canal de comunicação de massa.



Figura 6 - #JornaLIXO

A seguir, passaremos a algumas discussões sobre pontos que consideramos relevantes a respeito deste estudo, de modo a analisar seus resultados.

Discussão

Na perspectiva aqui adotada, o uso das *hashtags* analisadas sinalizou para a natureza transitória e veloz do ambiente cibernético, por seu caráter opinativo, superficial e líquido. Mais particularmente, esses itens demonstraram estar fortemente associados ao trabalho de face e à impolidez (BROWN e LEVINSON, 1987; CULPEPER, 2017; OLIVEIRA, CUNHA e MIRANDA, 2017; OLIVEIRA e CARNEIRO, 2018). Essa estratégia de impolidez foi evidenciada, por exemplo, em #nacadeia. O uso dessa *hashtag* marcou um tom ofensivo e de desdém, degradante para a imagem do outro. Essa *hashtag* foi usada repetidamente com referência a figuras públicas brasileiras e foi utilizada como forma de ataque ostensivo a duas classes específicas de personalidades: políticos em geral e ministros do STF. Para os internautas, as decisões dos ministros sobre os políticos estão muitas vezes equivocadas e devem ser rechaçadas violentamente, o que foi demonstrado, nos exemplos aqui analisados, pelo uso de *hashtags*.

As *hashtags* que analisamos aqui também foram usadas para expressar indiferença e desdém em relação uma informação anterior veiculada no *Twitter*. Ao servirem a esse propósito, as *hashtags* também operaram como estratégias de impolidez, pois lesavam a face negativa do outro por meio da ridicularização de sua postagem inicial. Esse foi o caso de #caguei, um tipo de *hashtag* muito frequente em nossos dados.

Diante dessa discussão, vamos agora passar às considerações finais deste estudo, na tentativa de contribuir com o tema da impolidez e do ataque verbal veiculado por meio de *hashtags* no *Twitter*.

Considerações finais

Neste estudo foi possível identificar as *hashtags* como textos opinativos utilizados como estratégias de impolidez e de ataque verbal, ou, mais particularmente, ligados à agressividade e à zombaria no *Twitter*. Nessa perspectiva, as *hashtags* manifestaram comportamentos verbais ostensivos e indelicados, notadamente prevalentes no ambiente virtual.

Além disso, as *hashtags* apresentaram também características discursivas específicas quanto à sua composição e localização na postagem. Em geral, quando localizada ao final da

postagem, a *hashtag* expressa um tipo de meta-comentário, normalmente usado para quebrar expectativas e/ou para apresentar conteúdo irônico e dispar, relativo à primeira parte do *post*. Isso foi verificado, por exemplo, com respeito ao uso de #caguei, quando utilizado para fechar uma postagem pretensamente informativa, ou de opinião.

As *hashtags* aqui analisadas evocaram ainda outros tipos de comentários opinativos, em geral ligados ao ataque à face negativa do outro, o que foi feito particularmente por meio do desprezo e da desvalorização de sua imagem pública. O uso de letras maiúsculas demarca esse intento, o que pode ser observado em #JornalLIXO, por exemplo.

De modo geral, procuramos apontar aqui o uso frequente das *hashtags* como forma de violência verbal a figuras públicas, ou às instituições do campo político, jurídico e midiático brasileiro. Nesse sentido, seu conteúdo opinativo é marcadamente contextual e historicamente situado, podendo, contudo, revelar também uma tendência mais geral e constante, associada à expressão da agressão verbal no *Twitter*, como produzida por brasileiros, usuários dessa plataforma digital.

Referências

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: Some universals in language usage*. Vol. 4. Cambridge university press, 1987.

CRYSTAL, David. *Internet Linguistics. A Student Guide*. New York: Routledge, 2011.

CULPEPER, Jonathan. Impoliteness and entertainment in the television quiz show: The Weakest Link. *Journal of Politeness Research. Language, Behaviour, Culture* 1.1: 35-72. 2005.

CULPEPER, Jonathan; HARDAKER Claire Impoliteness. In: CULPEPER, Jonathan; KADAR, Daniel. *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im) politeness*. Palgrave Macmillan, London, 2017. 199-225.

GOFFMAN, Ervin. *La mise en scène de la vie quotidienne: les relations en public*. v. 2. Paris: Les éditions de minuit, 1973.

GODIN, Frédéric. et al. Using topic models for twitter hashtag recommendation. *Proceedings of the 22nd International Conference on World Wide Web*. ACM, 2013.

HAUGH, Michael. Disentangling face, facework and im/politeness. *Sociocultural Pragmatics*, v. 1(1), p. 46-73, 2013.

HAN, Soyeon Caren, et al. Twitter trending topics meaning disambiguation. *Pacific Rim Knowledge Acquisition Workshop*. Springer, Cham, 2014.

HADDINGTON, Pentti. Pragmatics of stance. *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. London: Blackwell. 2012.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. On grammar and grammatics. In: HASAN, Ruqaiya; CLORAN, Carmel; BUTT, David G. *Amsterdam Studies in The Theory and History of Linguistic Science*. 1996. 1-38.

JAKOBSON, Roman. *Linguistics and Poetics in Style in language*. MA: MIT Press, 1960.

LEECH, Geoffrey. *Principles of pragmatics*. London and New York: Longman. 1983.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 4, n.1, p. 79-111, 2012.

OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto; CUNHA, Gustavo Ximenes; MIRANDA, Monique Vieira. Nominalizations as complex strategies of politeness and face-work in scientific papers written in Brazilian portuguese. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 59, n. 2, p. 361-374, 2017.

OLIVEIRA, A. L. A. M. e CARNEIRO, M. M. Sobre o potencial semântico-pragmático das hashtags. In: Cunha, Gustavo X. e OLIVEIRA, Ana Larissa A. M. *Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem*. Belo Horizonte: FALE UFMG. 2018. p. 207-242.

RECUERO, Raquel, et al. Hashtags Functions in the Protests Across Brazil. *SAGE Open* April-June: 1– 14, 2015.

SCOTT, Kate. The Pragmatics of Hashtags: Inference and Conversational Style on Twitter. *Journal of Pragmatics*, v. 81, p. 8-20, 2015.

SHIDORE, Ashwini Sopan; SINDHU, M. R. Profile Ranking Using User Influence and Content Relevance with Classification Using Sentiment Analysis. *International Journal of Computer Science and Mobile Computing*, v.4, n.6, p. 1075-108, 2015.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. *Relevance theory*. Blackwell Publishing Ltd, 2004.

Artigo recebido em: 21/04/2018.

Artigo aceito em: 03/08/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.

POLÍTICA E VIOLÊNCIA VERBAL

Ana Lúcia Magalhães*

Resumo: O objetivo deste trabalho é investigar o uso de violência verbal em uma peça de discurso político, no caso o discurso do ex-presidente Lula, em São Bernardo do Campo dirigido aos seus apoiadores, proferido no dia sete de abril de 2018. A violência pode ser objetiva ou subjetiva. A primeira mais ligada ao físico, e à segunda ao verbal, que se manifesta em vários graus de sutileza. Violência e política são temas recorrentes na obra de filósofos, a começar com os antigos gregos e alcançando a atualidade. De modo geral, há duas vertentes teóricas: a de Aristóteles e Hannah Arendt, que considera o homem um ser naturalmente social, e a de Hobbes, que acha o homem naturalmente mau. Platão considera os deuses como forças moderadoras, e Hobbes entende a organização em sociedade como solução para os efeitos da maldade humana. Spinoza lembra que a política deve ter realismo psicológico. O discurso político deveria excluir a violência: ser aristotélico, por conclamar ao entendimento; hobbesiano, por visar ao bem da sociedade apesar da maldade inata nos homens; e espinozano, por ser realista. Não é o que se observa em várias ocasiões, como no discurso em análise, que evidencia algumas formas de violência. O resultado da análise mostra um discurso, que obtém plena adesão do auditório, de vitimização largamente baseada em *pathos* e que oculta certa violência objetiva (ao final) e violência subjetiva subjacente.

Palavras-chave: Violência. Retórica e Argumentação. Paixões

Abstract: The objective of this paper is to investigate the use of verbal violence in a piece of political discourse, former president of Brazil Lula's speech to his supporters in the city of Sao Bernardo do Campo on April 7, 2018. Violence can be objective or subjective. The first group is basically physical and the has a tendency to be verbal, in various degrees of subtlety. Violence and politics are recurrent themes in the work of philosophers, beginning with the ancient Greeks and still current. In general, there are two theoretical aspects: that of Aristotle and Hannah Arendt, who consider man to be a naturally social being and violence a passion that can interfere, and that of Hobbes, who finds man naturally evil. Plato considers the gods as moderating forces and Hobbes understands organization in society as a solution to the effects of human evil. Spinoza reminds us that politics must yield to psychological realism. Political discourse should exclude violence: being Aristotelian, to call to understanding; Hobbesian, for aiming at the good of society despite the innate malice in men; and Spinozan, for being realistic. It is not what is observed on several occasions, as in the discourse under analysis, which shows a few instances of violence. The analysis has shown a discourse of victimization, which obtains strong adherence by the audience, largely pathos-based and hiding certain subjective and, by the end of the speech, objective violence.

Keywords: Violence. Rhetoric and Argumentation. Passions

* FATEC – Faculdade de Tecnologia de Cruzeiro, SP, Brasil, Coordenação de Curso, almchle@gmail.com

Introdução

Quando se pensa o termo violência, é possível que várias imagens ligadas a sofrimento físico se formem em nossa mente: espancamento, sangue, assassinato, perseguições, guerras, estupro; afinal, etimologicamente, o termo tem origem no verbo violar, ofender com violência, transgredir, profanar. Do latim *violare*, violência, sf. qualidade de violento; do lat. *violentia*, vb. exercer violência sobre, forçar, coagir. Em outras palavras, existe uma associação imediata a um quadro de sofrimento físico, mas nem sempre a violência se associa a essa imagem tão objetiva: há uma instância discursiva que pode ser (mais ou) menos objetiva e mais (ou menos) subjetiva.

É nesse intervalo linguageiro que pretendemos tratar o assunto. Assim, a questão central é verificar os elementos retóricos constitutivos da violência com o propósito de estudar as interações verbais nos episódios selecionados. Para tanto, escolhemos partes de discursos ocorridos em função do momento político brasileiro no primeiro quadrimestre de 2018.

A violência está presente no homem desde os primórdios: na bíblia e história das religiões; nas mitologias grega, romana e suméria e mesmo nos contos de fadas, constituídos de mais episódios violentos do que poderíamos ou gostaríamos de admitir. Trata-se de um tipo de violência que denominaríamos como mais objetiva, afinal é mais fácil de ser observada.

Aliás, a civilização judaico-cristã, fundada em parte nas disposições bíblicas, revela-se como movimento de submissão, desobediência e discórdia, com inúmeras manifestações de violência, como o estupro de Dinah (Gênesis, 34), genocídio das tribos presentes na Terra Prometida (Josué, 1-12), matança dos adoradores do bezerro de ouro (Êxodo, 32), assassinato de Abel por Caim (Gênesis, 4). Evidentemente estamos tratando de violência objetiva em que alguns episódios podem ser entendidos como fruto de motivação política. Mesmo o estupro de Dinah, sem evidências claras de cunho político, foi seguido pelo extermínio da tribo do estuprador, ou seja, embora não fosse, em princípio, esse o objetivo, não há certeza de que também não tenha sido.

Existe uma outra violência, quase sutil, mais difícil de ser identificada porque sequer possui, às vezes, um agente claro. Nesse caso, seria preciso examinar o que Zizek (2013, p. 17) chama de violência simbólica, que pode estar “encarnada na linguagem”, ou seja, nesse caso, é promovida pela tolerância, melhor dizendo, transigência: uma esposa maltratada pelo marido durante anos e que, apesar do sofrimento, não toma atitudes contra aquele estado de

coisas, é possível que esteja incorrendo em violência simbólica, que não está nos casos mais evidentes, conforme mostrado no parágrafo inicial, ou seja, pode nem ser percebida como tal, considerando a capacidade de os indivíduos se acomodarem às situações, por mais difíceis ou dolorosas que sejam. Ignorar uma criança quando ela expressa sentimentos ou desejos pode também ser exemplo de violência invisível. Persuadir alguém, por meio de argumentos intelectuais, de que sua crença é errada, também, pode ser violência invisível.

Filosofia e Política

O ensino da Arte Política teve início com os Sofistas, na Grécia. Um pouco depois, Platão explica, em Protágoras, que enquanto o homem não deteve a arte política não esteve a salvo de seus iguais e, porque praticavam injustiças contra seus pares, homens corriam o risco de serem extintos; daí a necessidade, via elementos da Mitologia (Hermes a mando de Zeus), da implantação do respeito e da justiça para estabelecimento de princípios para instalação da ordem nas cidades. Com Protágoras, teria início a implantação de leis que garantiriam a sobrevivência humana. Platão, nessa obra, via um caráter mítico, teria sido o primeiro a formular a teoria sobre a origem das leis hoje conhecidas como contrato social. Evidentemente que não se trata de um dado histórico e sim antropológico, uma forma de explicar o início da política, assim como outros mitos: Prometeu e o fogo, o Mito da Caverna... Platão compôs a República a partir desse fundamento antropológico, também mítico, sempre com a preocupação de criar as bases de uma dimensão política fundamentada nos pares antitéticos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999): útil e prejudicial, bem e mal, justo e injusto.

Aristóteles afirmava que o homem é político em sua essência. Em outras palavras, partia do pressuposto de que a política teria surgido com a própria humanidade e essa doutrina afirmava-se no fato de que a Razão era política na sua essência. Enquanto Platão criou mitos para sua teoria, Aristóteles denominava, na obra Política, o homem como “animal de cidade” (Pol. I, 2, 1253 2ss) por natureza. É importante notar que tal comentário se deve à capacidade de, pelo discurso – e aí se aproxima de Platão – distinguir o bem e o mal, o justo e o injusto, o certo e o errado. Dele distancia-se por não tratar de mitos.

Quanto à violência, é possível deduzir que Aristóteles a entende resultado como paixão. Se lembrarmos que o estagirita, na Ética a Nicômaco, explica que o homem deve evitar os excessos e as faltas, mas buscar a virtude, obtida por seguir o caminho do meio. E se

pensarmos que a paixão é resultado de excesso, podemos inferir que, para o filósofo, a prática da violência não seria uma virtude.

Não vamos nos aprofundar nos conceitos sobre política de Platão e Aristóteles, assim como não pretendemos fazer um percurso histórico da política, mas é importante lembrar que Cícero, em Roma, teve uma carreira política baseada na oratória, ou seja, a partir de seus discursos atacou e defendeu modelos romanos, conforme a necessidade ou conveniência. Crítico da tirania, dedicou-se à escrita e disseminou a ideia de que o homem deve agir sob a ética com base na honestidade, sabedoria, controle dos instintos, senso de justiça e caráter. Nesse aspecto, lembra Aristóteles, o primeiro a escrever um tratado sobre Ética. É de se concluir que Cícero fosse, em princípio, contra a violência.

Hegel, ao tratar de heróis épicos, os conceitua como

[...] indivíduos totais que em si mesmos realizam uma síntese brilhante dos traços dispersos e dissociados do caráter nacional, o que faz deles caracteres essencialmente livres, humanamente belos, confere a esses nobres personagens o direito de figurar num plano superior e impõe-nos o dever de unir o principal acontecimento à sua individualidade (HEGEL, 1993, p. 585).

Por outro lado, articulado a duas categorias por ele tratadas: o nacionalismo e a unidade, Hegel mostra que o herói épico possui certa disposição para a crueldade. Isso significa, no contexto deste trabalho, a capacidade desse herói agir com violência, vista não como um aspecto negativo, mas como positivo: o personagem cruel, no pensamento de Hegel, é alguém: 1) “humanamente belo” sem qualquer contradição lógica; 2) que faz parte de um “plano superior” a ser admirado como elevado; 3) que resguarda os elementos fundamentais da nação, e, sendo cruel, a nação deve também ser cruel, com orgulho desse fato. Por fim, considera que crueldade e violência devem ser incorporadas à unidade da épica e absorvidas de modo a produzir um impacto final positivo para o conjunto.

Esse conceito a partir do herói épico mostra um olhar diferente dos anteriores: de acordo com as formulações hegelianas, não haveria um problema moral na violência, mas sua legitimidade caso esteja de acordo com padrões aceitáveis. Lembremos que ele fala do herói épico, assim, esse herói é um ser condicionado pelo Destino, em outras palavras, subordinado a forças externas, sem vontade própria. Platão também tratou de seres mitológicos, mas os vê como seres morais.

Em um salto para a modernidade, Hannah Arendt parte de uma reflexão política para falar sobre Poder e violência no pensamento político (2009). Enquanto o mundo greco-

romano estava preocupado com a elaboração de uma Política em bases filosóficas ideais, ao ligá-la ao psicológico, a integrar justiça a um entendimento superior do bem verdadeiro, a autora mergulha nos problemas reais da atualidade e engendra um texto a partir das experiências políticas de 1968-1969.

A inusitada rebelião estudantil em todo o mundo e os confrontos raciais que ela ensejou nos Estados Unidos; a glorificação da violência pelos militantes de esquerda; o aumento surpreendente do progresso tecnológico no que respeita à produção dos meios de violência; o temor de uma guerra nuclear; as lições políticas oriundas da guerra do Vietnã e dos movimentos de resistência; a impotência e o desgaste das democracias sob o império das máquinas burocrática-partidárias (sic)... (HARENDT, 1994, p. 45).

É de se notar que fatos políticos do pós-guerra à atualidade continuam ligados à violência. Percebe-se que, nesse aspecto, a violência aparece tanto objetivamente, nos discursos em favor de revoluções e contrarrevoluções para alcançar a paz, como subjetivamente em discursos que se posicionam em favor do povo, porém que carregam um estímulo a ações violentas.

Normalmente os indivíduos demoram a perceber que sofrem de violência verbal, pois a marca desse tipo de violência não é visível como a física, que danifica o corpo. As feridas da alma, não vistas em um primeiro olhar, podem ser sentidas, embora possam demorar muito a serem identificadas. É possível que a realidade distorcida por meio de mensagens subjetivas tarde tanto que gerações passam sem as perceber. Quando a violência é objetiva, ou quando praticada diretamente contra a pessoa, é de mais fácil percepção, portanto, é capaz de haver uma reação com tomada de posição. Quando se trata da subjetiva, nem sempre é notada.

A partir do entendimento da violência como ação que afeta o indivíduo, é possível pensá-la como paixão, conforme conceituado por Aristóteles, Meyer e Perelman, entre outros estudiosos da Retórica.

Violência como Paixão

Para Platão (2006), a alma humana é afetada por quatro paixões (pathematas): as ilusões, os corpos sensíveis, as matemáticas e as ideias. Em outras palavras, o homem passa por quatro maneiras de apreender o mundo: 1) percepção (coisas – eikasia), 2) sensibilidade (objetos naturais – pistis), 3) entendimento (elementos matemáticos – dianóia) e 4) razão (ideias – noésis). Assim, é possível entender um nível de conhecimento mais fundamental, o do mundo sensível: o das coisas (1) e dos objetos naturais (2); e um mundo, digamos,

superior, o inteligível (3), representado pelos elementos matemáticos e o racional (4) ou das ideias. Para o filósofo, todos estão fora do homem e certamente o afetam de alguma maneira.

Recordemos que o homem platônico é um ser essencialmente passional no sentido de ser afetado pelo que está fora dele. É de se observar que, considerando que os quatro modos de apreender o mundo, em Platão, são externos, tanto a violência objetiva quanto a subjetiva vêm de fora e, dessa forma, o afetam.

Aristóteles (2015), ao sistematizar a retórica, inclui a paixão, uma das três provas tratadas na sua obra: *ethos*, *pathos* e *logos*. Em linhas gerais, o *ethos* refere-se ao caráter, à imagem que o orador transmite por meio do seu discurso, à imagem que o indivíduo permite ser observada; o *pathos* está ligado ao componente emocional, passional, que o discurso desperta no auditório e o *logos* refere-se também ao orador e à sua capacidade de convencimento, ao seu conhecimento de mundo.

Meyer (2007) também associa as partes da retórica a esses três componentes: o *ethos* se apresenta ao auditório e visa captar sua atenção a respeito de uma questão, o *logos* dessa mesma questão é exposto por meio do discurso, ao mesmo tempo em que apresenta os prós e contras. Por último, age sobre o componente emocional (paixões), um apelo aos sentimentos do auditório (*pathos*).

As três provas (*ethos*, *pathos* e *logos*) estabelecidas por Aristóteles (2015) também são utilizadas por Meyer (2007), para quem o *ethos* não pode ser associado apenas ao caráter do orador, mas se trata de um domínio, um nível, uma estrutura, embora não se limite àquele que fala pessoalmente a um auditório, nem mesmo a um autor por trás de um texto (MEYER, 2007, p. 35).

A paixão é caracterizada em Meyer (2007) por “um estado de alma móvel, reversível, sempre suscetível de ser contrariado, invertido; uma representação sensível do outro” (MEYER, 2007, p. 37). Dessa forma, reflete-se na violência – sofrida ou praticada – ou estabelece com ela uma relação à imagem de nós, uma espécie de consciência social inata, que retrata nossa identidade. Se é bastante comum que a violência sofrida implique um estado de alma instável, inconstante, variável e desequilibrado, a praticada nem sempre mostra tais reações, embora possa também evidenciá-las.

Além disso, a violência como resultado de paixão pode ser considerada como algo muito pessoal. Nesse sentido, acaba por cristalizar conflitos do indivíduo consigo mesmo e com os outros. Aliás, a paixão já foi considerada uma doença da alma. Kant (2006) vinculou a paixão à loucura. Alguns atos de violência estão, assim, diretamente ligados à loucura, de quem sofre sem reagir ou de quem a pratica.

O conceito de *pathos* em Meyer (2000) passa a ser fonte das questões que respondem a interesses dos quais dão prova as paixões (no sentido retórico), as emoções ou as opiniões. Desse modo, é possível associar o *pathos* à subjetividade. Segundo esse teórico, a paixão como resposta também é um julgamento sobre o que está em questão: a pergunta se torna resposta e suscita novas perguntas. Nesse sentido, a paixão retórica se torna útil ao mobilizar o auditório em favor de uma tese porque reforça a identidade dos pontos de vista.

Sob esse ponto de vista e lembrando Platão (2006), o homem é entendido como um ser de paixão, ou seja, age e não apenas é, pois não consegue simplesmente atingir os seus meios, precisa descobrir meios para alcançar seus objetivos.

A paixão é: 1) algo que se encontra aquém do discurso; 2) a expressão da diferença que individualiza os homens (e, neste aspecto, podemos falar dela); 3) uma ameaça para a substancialidade do homem, ou seja, aquilo que nega esse poder-ser-outro, a ponto de se tornar uma necessidade, uma droga, uma ilusão, pois só a natureza possui necessidade como um impulso interno (MEYER, 2007, p. 57).

De acordo com este filósofo, “se há paixão é porque o homem não pode deixar de agir; a paixão é, conseqüentemente, a realização da práxis que avançará num sentido ou no outro, sinal do bem e do mal, portanto sempre perigosa para o homem sensato” (MEYER, 2000, p. LI). Dessa forma, a violência como resultado da liberdade pode se tornar, além de negativa, essencialmente perigosa.

A paixão, conforme visto até o momento, pode ser considerada como uma relação com o outro, uma representação interiorizada da diferença desse outro conosco. Baseia-se, então, na alteridade, na relação humana que põe em dificuldade o homem e que o contradiz a si mesmo. Nessas condições é possível pensar a violência como algo que remete às soluções opostas, aos conflitos, às diferenças entre os homens, ou seja, são o lugar da alternância, da aversão, o que representa um grande risco de o sujeito se perder de alguma forma. A violência provoca paixões, incita à cólera, à raiva.

Spinoza (2013), por outro lado, considerava que os homens não são livres quando dotados de ação e paixão. Não podem ser ativos porque forças externas os constituem. Ou seja, todos os seres que precisam de forças externas para se constituir são apaixonados, portanto, não são livres. Como as paixões são resultado de forças externas, variamos em nossos sentimentos: cólera, medo, vergonha, raiva, ou seja, somos seres oscilantes. A violência existe como resultado desses sentimentos.

Diferentemente de Aristóteles, Hobbes (1998) não considera os homens como naturalmente sociais. Argumenta contra a existência de uma tendência de os homens se

amarem ou de existir amizade desinteressada. Sustenta que todos os indivíduos são iguais, mas a principal razão para essa igualdade estaria em que, por mais fraco que seja, um homem pode se arrastar até um outro e feri-lo mortalmente.

Ainda segundo esse filósofo, homens não nascem com qualquer tendência para a sociedade; a sociedade é inteiramente uma construção da razão, fundada no medo, sob a sombra do potencial do homem para a violência. Em seu estado natural, ele é competitivo, desconfiado e egocêntrico. Então, a vida seria, como resultado, uma guerra brutal de todos contra todos. A solução de Hobbes é que tais homens façam um contrato entre si para abrir mão de suficiente liberdade em favor de um poder soberano ou de uma comunidade para garantir que possam viver em paz e segurança. A filosofia de Hobbes justifica, portanto, atitudes de violência.

Considerando que esse filósofo classificou as paixões em duas categorias: 1) as tristes, que diminuem a competência do indivíduo em afetar e ser afetado e enfraquecem sua capacidade de existir e 2) as alegres, que aumentam essa capacidade e proporcionam um ganho existencial, poderíamos classificar a violência tanto como paixões tristes, como alegres. Triste para aqueles que sofrem e são enfraquecidos em sua competência, ou seja, aqueles que se veem tolhidos por violência física ou verbal; e alegre, para aqueles que têm sua capacidade ampliada ao praticar uma violência para o bem. Exemplo de violências “do bem” são as comentadas por Hegel, quando exalta os heróis épicos. Parece considerar também uma violência positiva as revoluções para conquista de liberdade – Revolução Francesa, por exemplo. Em outras palavras, às vezes precisamos passar pela violência para conquistar estados considerados positivos.

A individualidade do homem é, então, afirmada a partir das suas paixões. Todos as possuem, mas as manifestam de forma e intensidade diferentes. São o reflexo das relações inter-humanas e revelam as reações à presença do outro, à forma como trata o outro, o que ele pensa. Por meio das paixões, o indivíduo reflete a própria imagem. É também pela paixão que se fundem as consciências, as próprias e as que o indivíduo tem do outro. Nesse intervalo, transita a violência.

Discurso Político e Violência

A política, conforme comentado na primeira seção deste trabalho, não é, em princípio, violenta e nem deve disseminar a violência, seja objetiva ou subjetiva. Não é propósito dela conduzir os cidadãos às lutas, brigas, hostilidades, enfrentamentos, discórdias, rivalidades,

mas, sim, promover a felicidade humana, a formação moral dos cidadãos, levá-los a exercitar a ética, de acordo com Aristóteles; é capacitar os membros de uma sociedade para, coletivamente, alcançar objetivos humanos importantes que não podem ser obtidos individualmente. Retomando Platão, a essência da política é harmonizar os interesses conflitantes de diferentes partes de uma sociedade. Para Spinoza (1677), a política é a organização civil baseada no realismo psicológico e na lei. Esse autor tentou demonstrar que, dado o papel central das emoções nas motivações humanas, a autoridade política é um mal necessário. Considere-se que autoridade não implica violência.

Embora esses filósofos mostrem um aspecto bastante positivo do discurso político, ele tem sido caracterizado por veicular, com alguma regularidade, considerável incentivo à violência. Estamos nos referindo à violência verbal que, no entanto, pode conduzir a outros tipos.

Como ilustração, vamos tomar o discurso do ex-presidente Lula, em São Bernardo do Campo, SP, dirigido aos seus apoiadores, proferido no dia sete de abril de 2018, antes de ser conduzido à prisão:

Em 1979, esse sindicato fez uma das greves mais extraordinárias. E nós conseguimos fazer um acordo com a indústria automobilística que foi talvez o melhor. [...] os trabalhadores não aprovaram o acordo... [...] e o pessoal então passou a desrespeitar a diretoria do Sindicato. Eu ia na porta da fábrica ninguém parava. [...] Nós levamos um ano para recuperar o nosso prestígio na categoria. E eu fiquei pensando com ar de vingança: “Os trabalhadores pensam que eles podem fazer 100 dias de greve, 400 dias de greve, que eles vão até o fim. Pois eu vou testá-los em 1980”. E fizemos a maior greve da nossa história. 41 dias de greve. Com 17 dias fui preso e os trabalhadores começaram depois de alguns dias a furar greve. E eu dizia: “Eu não vou acabar com a greve. Os trabalhadores vão decidir por conta própria”. O dado concreto é que ninguém aguentou 41 dias porque na prática o companheiro tinha que pagar leite, tinha que pagar a conta de luz, tinha que pagar gás, a mulher começou a cobrar o dinheiro do pão, ele então começou a sofrer pressão e não aguentou. Mas é engraçado porque na derrota a gente ganhou muito mais sem ganhar economicamente do que quando a gente ganhou economicamente. Significa que não é dinheiro que resolve o problema de uma greve, não é 5%, não é 10%, é o que está embutido de teoria política de conhecimento político e de tese política numa greve. (grifos nossos)

O discurso tem início com autolouvor pela capacidade de conduzir grandes massas por meio do discurso. Logo nas primeiras linhas, o orador admite o sentimento de vingança, assim, suas ações iniciais não foram políticas no sentido aristotélico ou platônico, nem mesmo spinozano ou hegeliano. Ao final dessa primeira parte, mostra uma visão política ligada à greve e à manipulação das necessidades básicas do indivíduo, ou seja, pode-se dizer que

existe uma violência velada contra os indivíduos usados para manter a condição de liderança de uma pessoa (nós levamos um ano para recuperar o nosso prestígio na categoria).

Agora, nós estamos quase que na mesma situação. Eu tô sendo processado e eu tenho dito claramente: “O processo do meu apartamento, eu sou o único ser humano que sou processado por um apartamento que não é meu”. E ele sabe que o Globo mentiu quando disse que era meu. A Polícia Federal da Lava Jato quando fez o inquérito mentiu que era meu, o Ministério Público quando fez a acusação mentiu dizendo que era meu e eu pensei que o Moro ia resolver e ele mentiu dizendo que era meu e me condenou a nove anos de cadeia. É por isso que eu sou um cidadão indignado, porque eu já fiz muita coisa com meus 72 anos. Mas eu não os perdoo por ter passado para a sociedade a ideia de que eu sou um ladrão. Deram a primazia dos bandidos fazer um pixuleco pelo Brasil inteiro. Deram a primazia dos bandidos chamarem a gente de petralha. Deram a primazia de criar quase um clima de guerra negando a política nesse país. E eu digo todo dia: nenhum deles, tem coragem ou dorme com a consciência tranquila da honestidade, da inocência que eu durmo. Nenhum deles. (grifos nossos)

O autor, no trecho citado, utiliza do argumento da repetição em todo o discurso com intenção de reforçar suas atitudes a seu favor e dá início à construção de um *ethos* de injustiçado. Embora haja presença do *logos* (1979, 1980, 41 dias de greve, Polícia Federal, Ministério Público, 72 anos, Lava Jato, Globo – citação de fatos e dados reais), os dois fragmentos mostram forte apelo ao *pathos* (ideia de que é ladrão, petralha, clima de guerra, consciência tranquila, sou um cidadão indignado).

Pode-se dizer que, nesse segundo momento, que a linguagem utilizada já sinaliza um princípio de violência verbal, quando o autor admite que é um “cidadão indignado” e “não os perdoo”. Se é indignado e não perdoo, tem início a construção de um discurso de acusação àqueles que não o apoiam. Ele não se esquiva das acusações: ao contrário, utiliza-as para reforçar o *ethos* de vítima inocente.

Eu não estou acima da justiça. Se eu não acreditasse na justiça eu não tinha feito partido político. Eu tinha proposto uma revolução nesse país. Mas eu acredito na justiça, numa justiça justa, numa justiça que vota um processo baseado nos autos do processo, baseado nas informações das acusações, das defesas, na prova concreta que tem a arma do crime o que eu não posso admitir é um procurador que fez um powerpoint e foi pra televisão dizer que o PT é uma organização criminosa que nasceu para roubar o Brasil e que o Lula, por ser a figura mais importante desse partido, o Lula é o chefe, e portanto, se o Lula é o chefe, diz o procurador, “eu não preciso de provas, eu tenho convicção”. Eu quero que ele guarde a convicção deles para os comparsas deles, para os asseclas deles e não para mim. Certamente um ladrão não estaria exigindo prova. Estaria de rabo preso com a boca fechada torcendo para a imprensa não falar o nome dele. Eu tenho mais de 70 horas de Jornal Nacional me triturando. Eu tenho mais de 70 capas de revista me atacando. Eu tenho mais de milhares de páginas de jornais e matérias me

atacando. Eu tenho mais a Record me atacando. Eu tenho mais a Bandeirantes me atacando, eu tenho a rádio do interior me atacando. E o que eles não se dão conta é que quanto mais eles me atacam mais cresce a minha relação com o povo brasileiro. (grifos nossos)

O orador mantém as repetições e amplia a habilidade discursiva ao reportar que, se não acreditasse na justiça, teria proposto uma revolução ao país. O fato de utilizar tal possibilidade constitui-se, talvez, em um primeiro incentivo ao auditório. Conduz o discurso ainda com dados (*logos*) e amplia, pelo *pathos*, o *ethos* de líder: “não posso admitir [...]” e completa com um incentivo à intolerância, característico de violência verbal: “Eu quero que ele guarde a convicção deles para os comparsas deles, para os asseclas deles e não para mim”, ou seja, considera juizes e procuradores como malfeitores: asseclas (seguidores, sectários, partidários, adeptos) e comparsas (coautor, cúmplice, cupincha, aliado). Em outras palavras, se os denomina como pessoas do mal, está praticando violência verbal.

Eu não tenho medo deles. Eu até já falei que gostaria de fazer um debate com o Moro sobre a denúncia que ele fez contra mim. Eu gostaria que ele me mostrasse alguma coisa de prova. Eu já desafiei os juizes do TRF-4 que eles fossem prum debate na universidade que ele quiser, no curso que ele quiser, provar qual é o crime que eu cometi nesse país. E eu as vezes tenho a impressão e tenho a impressão porque eu sou um construtor de sonhos. Eu há muito tempo atrás sonhei que era possível governar esse país envolvendo milhões e milhões de pessoas pobres na economia, envolvendo milhões de pessoas nas universidades, criando milhões e milhões de empregos nesse país, eu sonhei, eu sonhei que era possível um metalúrgico, sem diploma universitário, cuidar mais da educação que os diplomados e concursados que governaram esse país e cuidaram da educação. Eu sonhei que era possível a gente diminuir a mortalidade infantil levando leite feijão e arroz para que as crianças pudessem comer todo dia. Eu sonhei que era possível pegar os estudantes da periferia e colocá-los nas melhores universidades desse país para que a gente não tenha juiz e procuradores só da elite, daqui a pouco vamos ter juizes e procuradores nascidos na favela de Heliópolis, nascidos em Itaquera, nascidos na periferia. Nós vamos ter muita gente dos Sem Terra, do MTST, da CUT formados.
Esse crime eu cometi.

Eu cometi esse crime que eles não querem que eu cometa mais. É por conta desse crime que já tem uns dez processos contra mim. E se for por esses crimes, de colocar pobre na universidade, negro na universidade, pobre comer carne, pobre comprar carro, pobre viajar de avião, pobre fazer sua pequena agricultura, ser microempreendedor, ter sua casa própria. Se esse é o crime que eu cometi eu quero dizer que vou continuar sendo criminoso nesse país porque vou fazer muito mais. Vou fazer muito mais.

[Povo começa a gritar “Lula, guerreiro do povo brasileiro] (grifos nossos)

O locutor continua a construção, pelo *pathos*, do *ethos* de herói e sonhador. Reforça a condição de pessoa simples que conseguiu atingir o mais alto posto de comando do país por meio de ações como a criação de universidades, aumento de renda, diminuição da mortalidade

infantil e pobreza (*logos*). Reforça que são denominadas como crime as boas realizações de seu governo e que esse é o fundamento das acusações pelas quais será preso.

Nesse ponto, o auditório passa a manifestar clara adesão aos seus argumentos por meio da fala unânime: *Lula, guerreiro do povo brasileiro*. O termo guerreiro traz uma alusão à violência, assumida pelos que acompanhavam a fala. Dessa forma, observa-se que a violência velada teve resposta.

Companheiros e companheiras, eu em 1990, em 1986 eu fui o deputado constituinte mais votado na história do país. E nós, ficamos descobrindo, que dentro do PT havia uma desconfiança que só tinha poder no PT quem tinha mandato. [...] [começa a fazer saudações]. Então companheiros, quando eu percebi que o povo desconfiava que só tinha valor no PT quem era deputado, sabe o que eu fiz? Deixei de ser deputado. Porque eu queria provar ao PT que ia continuar sendo a figura mais importante do PT sem ter mandato porque se alguém quiser ganhar de mim no PT só tem um jeito: é trabalhar mais do que eu e gostar do povo mais do que eu, porque se não gostar não vai ganhar. Pois bem: nós agora estamos num trabalho delicado. Eu talvez viva o momento de maior indignação que um ser humano vive. Não é fácil o que sofre a minha família. Não é fácil o que sofrem meus filhos. Não é fácil o que sofreu a Marisa e eu quero dizer que a antecipação da morte da Marisa foi a safadeza e a sacanagem que a imprensa e o Ministério Público fizeram contra ela. Eu tenho certeza. Essa gente eu acho que não tem filho, não tem alma e não tem noção do que sente uma mãe ou um pai quando vê um filho massacrado, quando vê um filho sendo atacado. Eu então, companheiros, resolvi levantar a cabeça. Não pense que eu sou contra a Lava Jato não. A Lava Jato, se pegar bandido, tem que pegar bandido mesmo que roubou e prender. Todos nós queremos isso. Todos nós a vida inteira dizíamos: “Só prende pobre, não prende rico”. Todos nós dizíamos. E eu quero que continue prendendo rico. Eu quero. Agora qual é o problema? É que você não pode fazer julgamento, subordinado à imprensa. Porque no fundo, no fundo, você destrói as pessoas na sociedade, na imagem das pessoas e depois os juízes vão julgar e vão dizer “eu não posso ir contra a opinião pública tá pedindo pra caçar” (sic). Quem quiser votar com base na opinião pública largue a toga e vá ser candidato a deputado, escolha um partido político e vá ser candidato. Ora, a toga ela é o emprego vitalício. O cidadão tem que votar apenas com base nos autos do processo, aliás eu acho que ministro da Suprema Corte não deveria dar declaração de como vai votar. Nos EUA termina a votação e você não sabe em quem o cidadão votou exatamente para que ele não seja vítima de pressão. (grifos nossos)

É de se notar que o orador também se refere à violência sofrida quando cita “Não é fácil o que sofre a minha família. Não é fácil o que sofrem meus filhos. Não é fácil o que sofreu a Marisa e eu quero dizer que a antecipação da morte da Marisa foi a safadeza e a sacanagem que a imprensa e o Ministério Público fizeram contra ela.” Pode-se inferir que essa violência experimentada pelo orador tenha produzido certa indignação, mostrada em suas palavras “Essa gente eu acho que não tem filho, não tem alma e não tem noção do que sente uma mãe ou um pai quando vê um filho massacrado, quando vê um filho sendo atacado. Eu

então, companheiros, resolvi levantar a cabeça.” Além de indignação, o fato tornou exacerbadas outras paixões.

O discurso ganha um tom mais ofensivo, embora não claramente violento, e o orador passa a acusar os juízes e promotores de julgar a partir de uma opinião pública construída por meio da mídia (É que você não pode fazer julgamento, subordinado à imprensa). Aproveita para acusar a justiça de unilateral (só prende pobre, não prende rico) e de levar sua esposa à morte. Tais argumentos conduzem o auditório a um sentimento de simpatia por aquele que os profere. Aliado à afirmação de que o orador “passa pelo momento de maior indignação de sua vida”, o discurso induz, mais uma vez, a um sentimento que pode conduzir à violência, que intensifica paixões, conforme comentado anteriormente e conduz a outras.

Imagina um cara sendo acusado de suicídio e não tenha sido ele o assassino (sic). O que a família do morto quer? Que ele seja morto (sic), que ele seja condenado (sic). Então o juiz tem que ter, diferentemente de nós, a cabeça mais fria, mais responsabilidade de fazer a acusação ou de condenar. O Ministério Público é uma instituição muito forte. Por isso esses meninos que entram muito novo (sic) fazem um curso direito e depois faz três anos de concurso porque o pai pode pagar, esses meninos precisavam conhecer um pouco da vida, um pouco de política para fazer o que eles fazem na sociedade brasileira. Tem uma coisa chamada responsabilidade. E não pense que quando eu falo assim eu sou contra. Eu fui presidente e indiquei quatro procuradores e fiz discurso em todas as posses e eu dizia: “Quanto mais forte for a instituição mais responsável os seus membros tem que ser”. Você não pode condenar a pessoa pela imprensa para depois julgá-la. Vocês estão lembrados de que quando eu fui prestar depoimento lá em Curitiba, eu disse para o Moro: “Você não tem condições de me absolver porque a Globo tá exigindo que você me condene e você vai me condenar. Pois bem, eu acho que tanto o TRF-4, quanto o Moro, a Lava Jato e a Globo, eles têm um sonho de consumo. O sonho de consumo é que primeiro, o Golpe, não terminou com a Dilma. O golpe só vai concluir quando eles conseguirem convencer que o Lula não possa ser candidato a presidência da república em 2018. Não é que eu não vou ser, eles não querem que eu participe porque existe a possibilidade de cada um se eleger, eles não querem o Lula de volta porque pobre na cabeça deles não pode ter direito. Não pode comer carne de primeira. Pobre não pode andar de avião. Pobre não pode fazer universidade. Pobre nasceu, segundo a lógica deles, para comer e ter coisas de segunda categoria. (grifos nossos)

O discurso prossegue com repetição de argumentos semelhantes: reforço do *ethos* de juízes e promotores fracos (esses meninos que entram muito novo (sic) fazem um curso de direito e depois três anos de concurso) e *ethos* de sonhador daquele que profere o discurso. Não há a constituição de uma política em bases morais aristotélicas ou platônicas. Perpassa todo o texto o sentido de acusação (final do parágrafo anterior) que pode ensejar uma reação de violência.

O outro sonho de consumo deles é a fotografia do Lula preso. Ah, eu fico imaginando o tesão da Veja colocando a capa comigo preso. Eu fico imaginando o tesão da Globo colocando a minha fotografia preso. Eles vão ter orgasmos múltiplos. “Eles decretaram a minha prisão. E deixa eu contar uma coisa pra vocês: eu vou atender o mandado deles. E vou atender porque eu quero fazer a transferência de responsabilidade. Eles acham que tudo que acontece neste país acontece por minha causa. Eu já fui condenado a 3 anos de cadeia porque um juiz de Manaus entendeu que eu não preciso de arma, eu tenho uma língua ferina, então precisa me calar, porque se não me calar, ele vai continuar falando frases como eu falei, t’á chegando a hora da onça beber água. (grifos nossos)

O tom acusatório resvala para o grotesco nas palavras chulas e atinge uma inflexão mais violenta. Ao contrário de acatar uma decisão judicial, o orador busca “transferir a responsabilidade” para as autoridades legais. Ele não é violento com o auditório, mas deixa transparecer revolta, que passa a ser compartilhada pelos ouvintes.

Eles já tentaram me prender por obstrução de justiça, não deu certo. Eles agora querem me pegar numa prisão preventiva, que é uma coisa mais grave, porque não tem habeas corpus. Eu não vou gastar um tostão. Mas vou lá com a seguinte crença: eles vão descobrir pela primeira vez o que eu tenho dito todo dia. Eles não sabem que o problema deste país não chama-se Lula, o problema deste país chama-se vocês, a consciência do povo, o partido dos trabalhadores, o PCdoB, o MST, o MTST, eles sabem que tem muita gente. E aquilo que a nossa pastora disse, e eu tenho dito em todo discurso, não adianta tentar de me impedir de andar por este país, porque tem milhões e milhões de bous, de manuelas, de dilmas rousseffs neste país para andar por mim. Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um enfarte, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações. Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês, e eu tenho certeza que companheiros como os sem-terra, o MTST, os companheiros da CUT e do movimento sindical sabem, e esta é uma prova, eu vou cumprir o mandado e vocês vão ter de se transformar, cada um de vocês, vocês não vão se chamar chiquinho, zezinho, joãozinho, albertinho... Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por este país fazendo o que você tem que fazer, e é todo dia! Todo dia! Eles tem de saber que a morte de um combatente não para a revolução. Eles tem de saber que nós vamos fazer definitivamente uma regulação dos meios de comunicação para que o povo não seja vítima das mentiras todo santo dia. Eles têm de saber que vocês, quem sabe, são até mais inteligentes que eu, e queimar os pneus que vocês tanto queimam, fazer as passeatas, as ocupações no campo e na cidade; parecia difícil a ocupação de São Bernardo, e amanhã vocês vão receber a notícia que vocês ganharam o terreno que vocês invadiram. (grifos nossos)

Esse parágrafo mostra, em uma série crescente de argumentos, o chamamento do auditório à adesão que cita a palavra revolução e incita o público a ações claramente violentas: queima de pneus, passeatas, ocupações no campo e cidade, invasões. Aristóteles, Platão e Spinoza não conceituam a política como estímulo ou incentivo à violência. Enquanto Hannah Arendt mostra que fatos políticos do pós-guerra à atualidade continuam ligados à violência objetivamente nos discursos em favor de revoluções e contrarrevoluções para alcançar a paz, e subjetivamente em discursos que se posicionam em favor do povo, o discurso analisado carrega um estímulo a ações violentas em defesa de indivíduos e grupos. Não se trata de pensar no bem comum.

Companheiros, eu tive chance, eu estava no Uruguai, entre Livramento e Vera, e as pessoas diziam assim, ô, Lula, você finge que vai comprar um “uisquizeiro”, e você vai para o Uruguai com o Pepe Mujica e vai embora e não volta mais, pede asilo político. [...] Minha idade é de enfrentá-los com olho no olho e eu vou enfrentá-los aceitando cumprir o mandado. Eu quero saber quantos dias eles vão pensar que vão me prendendo e quantos mais dias eles me deixarem lá mais lulas vão nascer neste país e mais gente vai querer brigar neste país, porque numa democracia, não tem limite, não tem hora para a gente brigar. Eu falei para os meus companheiros: se dependesse da minha vontade eu não ia, mas eu vou porque eles vão dizer a partir de amanhã que o Lula tá foragido, que o Lula tá escondido, e não! Eu não to escondido, eu vou lá na barba deles pra eles saberem que eu não tenho medo. Eles têm de saber isso. E façam o que quiserem. [...] (grifos nossos)

O discurso adquire tom enfrentatório: “quero saber quantos dias eles vão pensar que vão me prendendo” e instiga, mais uma vez, à violência: “mais gente vai querer brigar neste país”; “vou lá na barba deles para eles saberem que eu não tenho medo”. O orador clama por novo contrato social, solução hobbesiana contra o discurso dos juristas e da mídia.

Eu quero que vocês saibam que eu tenho orgulho, profundo orgulho, de ter sido o único presidente da república sem ter um diploma universitário [...] Não vão vender a Petrobras! Vamos fazer uma nova constituinte! Vamos revogar a lei do petróleo que eles tão fazendo! Não vamos deixar vender o BNDES, não vamos deixar vender a Caixa, não vamos deixar destruir o Banco do Brasil! E vamos fortalecer a agricultura familiar, que é responsável por 70% do alimento que nós comemos neste país.

E com essa crença, companheiros, de cabeça erguida, como eu to falando com vocês, que eu quero chegar lá e dizer ao delegado: estou à disposição. E a história, daqui a alguns dias, vai provar que quem cometeu crime foi o delegado que me acusou, foi o juiz que me julgou e foi o Ministério Público que foi leviano comigo. Por isso companheiros, eu não tenho lugar no meu coração pra todo mundo, mas eu quero que vocês saibam que se tem uma coisa que eu aprendi a gostar neste mundo é da minha relação com o povo. Quando eu pego na mão de um de vocês, quando eu abraço um de vocês... porque agora eu beijo homem e mulher igualzinho, não mistura mais... Quando eu beijo um de vocês, eu não to beijando com segundas intenções, eu to beijando porque quando eu era presidente, eu dizia: eu vou voltar pra

onde eu vim. E eu sei quem são meus amigos eternos e quem são os eventuais. Os de gravatinha, que iam atrás de mim, agora desapareceram. E quem está comigo são aqueles companheiros que eram meus amigos antes de eu ser presidente da república. [...] São os que tem coragem de invadir terreno pra fazer casa, são aqueles que têm coragem de fazer uma greve contra a previdência, são aqueles que ocupam no campo pra fazer uma fazenda produtiva, são aqueles que na verdade precisam do estado. Companheiros, eu vou dizer uma coisa pra vocês. Vocês vão perceber que eu vou sair desta maior, mais forte, mais verdadeiro, e inocente, porque eu quero provar que eles é que cometeram um crime, um crime político de perseguir um homem que tem 50 anos de história política, e por isso eu sou muito grato. Estou vivo e me preparando a ser candidato a presidente deste país. Nunca tive tanta vontade como tenho agora de fazer mais, melhor e provar mais uma vez que se a elite brasileira não tem competência para consertar este país, um metalúrgico de quarto ano primário vai fazer isso. (Lula deixa o palanque carregado pelos apoiadores sob forte aclamação e gritos). (grifos nossos)

O orador finaliza com reforço ao *ethos* de pobre, sem nível superior, porém íntegro. Utiliza fortemente do *pathos* para estabelecer uma relação afetiva e consolidar, intensificar de forma indireta o chamamento para que todos participem de invasões, greves e ocupações. Fortalece o *ethos* de herói, “único com competência para consertar o país”.

Considerações finais

Após leitura e análise do texto do ex-presidente, percebe-se que a violência verbal não precisa ser objetiva para surtir efeito. Houve plena adesão dos ouvintes aos argumentos do orador, conforme os dois momentos já citados, além do final em que o orador é carregado sob aclamação.

É fácil identificar a violência verbal quando uma mulher sofre acusações infundadas do marido, que imputa a ela a condição de má esposa, de burra, idiota, infiel e outras ofensas mais pesadas. O mesmo ocorre com filhos, subordinados, ou qualquer indivíduo que ocupe posição percebida como inferior e sejam maltratados. Esse homem é hobbesiano, ou seja, nasceu para ferir, seja física ou espiritualmente.

É mais difícil localizar a violência discursiva se subjetiva. Quando se observa um discurso proferido por orador que se vitimize, torna-se ainda mais obscuro, às vezes, imperceptível. No caso analisado, a vitimização ocorre ao longo do texto e é construída por utilização competente de *pathos* e *logos*. Existe um domínio de fala, um controle da argumentação e o orador consegue a adesão do auditório. É possível que a violência verbal, nesse caso, se deva a motivos, justificativas plausíveis, razões, alegações perfeitamente

fundamentadas. Assim, todo o discurso passa a refletir o sacrifício do orador e transforma qualquer possibilidade de violência verbal ali veiculadas em manifestação de martírio:

Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um enfarte, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações. Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia.

Mesmo o tom desafiante com que o orador se refere aos magistrados (Quem quiser votar com base na opinião pública largue a toga e vá ser candidato a deputado, escolha um partido político e vá ser candidato) e os momentos em que incita o auditório (queimar os pneus que vocês tanto queimam, fazer as passeatas, as ocupações no campo e na cidade) são transformados de violência subjetiva em reação da vítima ante seus algozes. Ao final, ele é transfigurado em herói (Lula, guerreiro, do povo brasileiro!), e sai do palco carregado pelos apoiadores.

Acreditamos, dessa forma, ter respondido à questão central: verificar os elementos retóricos constitutivos da violência (paixões) que deram origem a interações verbais no episódio selecionado.

Referências

ARISTÓTELES **Ética a Nicômaco**. Tradução de Antonio Caeiro. São Paulo: Nova Cultural/Atlas 1979.

_____. **Sobre a violência**. Trad. e ensaio crítico de A. Duarte, Prefácio de C. Lafer. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

_____. **Retórica das paixões**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

DUARTE, André. **Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração**. In: Arendt, H. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOBBS, Thomas. **On the citizen**. Tradução do original em Latim de Richard Tuck e Michael Silverthorne. Cambridge: Cambridge University Press, 1988 (Data da publicação original: 1651)

GGN – O Jornal de todos os Brasis. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/leia-a-integra-do-discurso-historico-de-lula-em-sao-bernardo>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução Francisco Cock Fontanella. 5. ed. Piracicaba: Unimep, 2006.

MEYER, Michel. **A retórica**. Revisão técnica de Lineide Salvador Mosca; tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Aristóteles ou a retórica das paixões. (Prefácio). In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVI-L1.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PLATÃO. **A república**. Tradução de J. Ginsburg. 2. v. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2006.

SPINOZA, Baruch. [1677] **Ética**. Tradução Tomaz Tadeu Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Data da publicação original: 1677)

Artigo recebido em: 14/05/2018.

Artigo aceito em: 03/08/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.

INTERAÇÕES CONFLITUOSAS E VIOLÊNCIA VERBAL NAS REDES SOCIAIS: POLÊMICA EM COMENTÁRIOS NO *FACEBOOK*

Ana Lúcia Tinoco Cabral¹
Nelci Vieira de Lima²

Resumo: O trabalho apresenta um estudo de comentários na rede social *Facebook*, verificando o caráter polêmico de interações verbais conflituosas nesse contexto. O *corpus* de análise compõe-se por um conjunto de comentários em dois posts de uma página institucional, na semana do dia Internacional da Mulher, em março de 2018, a respeito do feminicídio. As análises focalizam a dissensão da Web e observam a instauração da polêmica e as interações verbais conflituosas nas redes sociais, especialmente as manifestações linguísticas da violência verbal por parte dos usuários, constatando que o foco da violência varia: ora recai sobre o produtor do post, ora sobre o seus argumentos, ora sobre o tema em discussão, ora sobre outro usuário que participa da interação. O quadro teórico que dá suporte às análises contempla o das Interações Verbais (Kerbrat-Orecchioni, [1990]1998), em confluência com o Estudo da Polêmica (Amossy, 2011 e 2014) e com pesquisas sobre a violência verbal (Brown e Levinson, [1978] 1999; Locher e Watts, 2008; Culpeper, 2008; Bousfield, 2008;), sempre observando o caráter argumentativo das marcas linguísticas.

Palavras- chave: Interação verbal - Polêmica – Violência verbal

Abstract: This study presents a research study of comments on social networking site Facebook verifying the controversial quality of the conflicting verbal interactions in this context. The analysis corpus consists of a set of comments on two posts of an institutional webpage, during the week of International Women's Day, in March 2018, regarding to the femicide. Analyses focus on Web's dissension and remark the establishment of polemical and the conflicting verbal interactions on social networking sites, specially about linguistics demonstration of verbal violence from the users, noticing that violence concentration varies: sometimes it falls on the post's author, sometimes on its line of reasoning, sometimes over the subject of the debate, sometimes over another user taking part of the interaction. The theoretical framework that supports these analyses comprehends the Verbal Interactions (Kerbrat-Orecchioni, [1990]1998), converging with the Polemical Discourse Study (Amossy, 2011 e 2014) and with verbal violence's researches (Brown and Levinson, [1978] 1999; Locher and Watts, 2008; Culpeper, 2008; Bousfield, 2008;), always noticing the argumentative feature of linguistics marks.

Keywords: Verbal Interaction. Polemic. Verbal Violence

¹ Pesquisadora Colaboradora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pesquisadora e Professora do Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul. altinococabral@gmail.com.

² Pós-Doutoranda na Universidade Cruzeiro do Sul. nevieira@gmail.com

Considerações Iniciais

A era tecnológica imprimiu um novo modo de vida à sociedade do século XXI. Trouxe novas formas de interagir socialmente, e com isso novas formas de ser e de estar no mundo. Com o surgimento das redes sociais, os espaços físicos de convivência humana transcenderam-se para espaços virtuais. Esses espaços, limitados, até então, aos círculos sociais de vivência como trabalho, família, escola, esporte, igreja, entre outros, passaram também a comportar ambientes digitais, em plataformas de redes sociais, como o Facebook, que desde o seu surgimento em 2004, tem mais de 2,3 bilhões de usuários no mundo, sendo, aproximadamente, 102 milhões de pessoas no Brasil. As redes sociais tornaram-se assim a praça pública do século XXI (Amossy, 2014).

A organização humana na esfera virtual, nas redes sociais, não segue os mesmos critérios da vida real, ou seja, as pessoas não selecionam os grupos a que pertencem somente pela relação estabelecida no mundo real. Na rede, as pessoas se aproximam por interesses comuns e, também, por ponto de vista político-ideológico. Assim, as pessoas que pensam de igual forma se aproximam e constituem suas bolhas de convivência, o que se transforma num ciclo, uma vez que o próprio algoritmo do Facebook propicia esses encontros. Nos grupos organizados a partir de ideias político-ideológicas, os debates são intensos e, por vezes, os temas são bastante polêmicos. Em se tratando da polêmica, é preciso afirmar que há uma polarização do discurso e, em caso de discordância, por parte dos envolvidos no debate, os argumentos são, muitas vezes, rebatidos com impolidez e violência verbal, tornando as interações verbais altamente conflituosas. É preciso dizer que estar nas redes sociais é manifestar-se, tecendo comentários e reagindo aos posts. Além disso, é importante lembrar que vivemos em uma época em que as opiniões parecem se sobrepor aos fatos.

Tendo, portanto, como pressuposto que as relações nas redes sociais constituem espaços de polêmica e que os conflitos de opiniões propiciam manifestações verbais violentas, nosso estudo se orienta pela seguinte pergunta que estabelece nosso objetivo: que funções cumprem as manifestações de violência nos comentários do Facebook? O objetivo deste artigo é analisar interações verbais conflituosas em comentários de usuários do Facebook, a fim de verificar a função desses comentários na interação verbal, focalizando a polarização do discurso e a desqualificação como estratégias para marcar a polêmica. Nossas análises dedicam-se a dois posts em uma página institucional, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em março de 2018, a respeito do feminicídio e aos comentários que essas publicações suscitaram. A página em questão é da Mídia Ninja, uma organização sem

fins lucrativos, que produz jornalismo colaborativo digital alternativo, fazendo contraponto com a grande mídia brasileira e demonstrando parcialidade político-ideológica com os movimentos partidários da esquerda brasileira. A página da Mídia Ninja, conforme dados do Facebook, tem 1.795.162 seguidores, o que faz seus posts alcançarem grande amplitude na rede.

Com o intuito de responder à pergunta que orienta nossas reflexões e dar conta de nosso objetivo, o presente trabalho divide-se, além destas considerações iniciais e das finais, em três partes: na primeira, abordamos as interações verbais, focalizando a violência verbal e, de forma particular, as interações nas redes sociais, especificamente o Facebook; na segunda, discorremos sobre o conceito de polêmica verbal e as estratégias utilizadas nas interações polêmicas; na terceira, apresentamos as análises de comentários do Facebook em torno da temática do feminicídio agrupados por categorias de acordo com a função do comentário.

Interações verbais, (im)polidez e violência verbal

O estudo das interações verbais, conforme expõem Cabral e Albert (2017), interessa-se pela forma como os participantes atuam na troca verbal, como eles exercem influências mútuas, como eles se engajam na interação, como eles reagem, enfim, às manifestações verbais de seus parceiros na interação. Vale salientar que os estudos de interação focalizam especialmente interações orais, nas quais é possível verificar as reações dos interlocutores pelos gestos, pela fisionomia; quando se trata de interações por escrito, como é o caso mais frequente dos comentários no *Facebook*, foco deste trabalho, os estudos se orientam pelas escolhas linguísticas dos usuários. As autoras citadas destacam também a semelhança de construções nos enunciados como uma marca de influência entre os interlocutores.

As marcas linguísticas nas interações escritas indicam que há sistemas reguladores sinalizando que os parceiros da interação reconhecem um a outro como seu parceiro na troca verbal. São eles que oferecem as pistas a respeito da direção a ser tomada na interação, da reação a apresentar, isto é, afastar-se do outro, aproximar-se dele ou encerrar a interação. Mas não são apenas as marcas linguísticas que devem ser consideradas na análise das interações. Considerando que cada interação constitui uma comunicação particular, é importante levar em conta o contexto em que ocorrem as trocas verbais, quem participa dessa troca, com que objetivos. Tais questões levaram Kerbrat-Orecchioni ([1990]1998) a propor três elementos a serem considerados para a contextualização dos eventos de interação verbal: o ambiente, os participantes e a finalidade. O ambiente constitui o lugar e também o tempo em que se dá a interação. De acordo com a autora, o ambiente estabelece uma forma de agir e, conforme lembra Cabral (2007), também se associa à finalidade de alguma forma. De fato, o ambiente do *Facebook* exerce influências sobre as manifestações dos usuários, os quais utilizam seus comentários com determinados objetivos, conforme observaremos em nossas análises mais adiante neste texto.

A respeito da relação entre o ambiente, a forma de agir, as finalidades e a violência verbal, questões que estão em foco deste trabalho, cumpre observar os ensinamentos de Culpeper a respeito da impolidez, ligada diretamente com as questões de violência, pois a

violência verbal é avaliada como impolida na maioria dos contextos em que ela se manifesta. Segundo esse autor, o julgamento de uma atitude como impolida tem a ver com o contexto. O autor afirma que “although some verbal behaviors are typically impolite, they will not always be impolite – it depends on the situation”³ (CULPEPER, 2011, p.22). Relativamente ao *Facebook*, cabe destacar que, embora a plataforma não estimule a agressividade na interação, não há imposição de normas de polidez, o que deixa liberdade para que a violência verbal se expresse livremente.

No centro das interações verbais estão, evidentemente, os participantes, no nosso caso específico deste trabalho, os usuários do *Facebook*. De acordo com Cabral e Albert (2017) são dados importantes para a análise das interações verbais as características individuais dos participantes e o tipo de relação que os une; esses elementos são determinantes para o tipo de interação que se desenvolve. No *Facebook*, a diversidade de usuários que interagem, especialmente do caso de páginas abertas, torna difícil definir um perfil claro para os participantes.

Cabral (2014, p.499) ensina que também é importante “a relação social e afetiva, que estabelece a proximidade entre interlocutores, e o contrato social que os une, marcando hierarquias de poder”. A relação entre os participantes tem, pois, a ver com as relações de poder; de acordo com Fishman (2010, p.32), é a habilidade de impor uma definição de realidade a respeito do que é possível, correto, racional. Isso quer dizer que a ação das pessoas e o seu discurso mostram relações de poder, que são ao mesmo tempo produto das atividades humanas e elementos determinantes dessas atividades na sociedade. Para a autora, as conversas expõem relações de poder, o que nos permite inferir que as conversas que ocorrem no *Facebook* também são marcadas por relações de poder, sobre as quais exercem forte influência as questões de gênero, conforme verificaremos nos posts analisados. As relações de gênero são construídas socioculturalmente e constituem representações articuladas pelo discurso e no discurso.

Com respeito à polidez e sua relação com as interações que ocorrem nas redes sociais, especificamente no *Facebook*, vale destacar os dizeres de Seara e Cabral (2017); em trabalho sobre cortesia verbal, as autoras observam que “os frequentadores/utilizadores do *Facebook* encontram nesse contexto um espaço aberto para estabelecer, manter ou reforçar as relações interpessoais, e reforçar a sua imagem” (SEARA; CABRAL, 2017, p. 319).

³ Apesar de alguns comportamentos verbais serem tipicamente impolidos, eles não serão sempre impolidos – depende da situação. (tradução nossa)

Os estudos da polidez linguística dizem respeito às estratégias utilizadas pelos sujeitos da interação com o intuito de proteger-se dos riscos que toda contato social representa (cf. Kerbrat-Orecchioni, 2017). A polidez, segundo Kerbrat-Orecchioni (2005), tem a ver com a fragilidade intrínseca das interações, que faz com os interlocutores sintam-se em risco e, para proteger-se, tomam certos cuidados, utilizando estratégias cuja função é, conforme a autora, compensatória, a fim de conservar uma interação tranquila. Cabral e Albert (2017, p. 275) lembram, no entanto, que “as peculiaridades dos ambientes virtuais tornam mais frequentes os mal-entendidos gerados pelo constrangimento imposto por atos de crítica, advertência ou reclamação, que colocam em risco a boa interação entre os interlocutores”. De fato, nos ambientes virtuais, em especial as redes sociais, as pessoas parecem expor com mais veemência e violência seus pontos de vista, fato já evidenciado por Cabral, Marquesi e Seara (2015). Essas autoras consideram que tal liberdade para expor e até agredir tem a ver com a possibilidade de o usuário proteger-se por detrás da máquina, livre de reações de ordem física e inclusive preservando sua identidade, caso deseje.

A polidez e seu par oposto a impolidez têm sido foco de muitos estudos. Kerbrat-Orecchini (2005, p. 189) define polidez como sendo “l’ensemble des procédés conventionnels ayant pour fonction de préserver le caractère harmonieux de la relation interpersonnelle, en dépit des risques de friction qu’implique toute rencontre sociale”⁴. Notemos que a autora expõe a ideia de risco de atrito. Tal ideia nos remete a Goffman ([1974] 1981) inicialmente com o conceito de território e a Brown e Levinson ([1978] 1999), na continuidade, com a teoria das faces. Os estudos desenvolvidos por esses autores evidenciam a utilização de diversas estratégias utilizadas pelos interlocutores no sentido de protegerem-se uns aos outros e a si mesmo, procurando preservar o território e a face. Conforme Cabral e Albert (2017, p.276), “trata-se de um conjunto de regras e coerções que a língua coloca à disposição dos usuários, para as trocas verbais”, com vista à preservação das faces; são as estratégias de polidez que garante, portanto, a harmonia nas interações verbais.

A impolidez caracteriza-se, muitas vezes, pela simples ausência de utilização de estratégias de polidez. Mas ela pode marcar-se de forma mais clara por meio de atos verbais de violência, de insultos até. Os estudos da impolidez e da violência verbal dedicam-se, assim, à análise de “procedimentos subjacentes à transgressão moral e social que conduz

⁴ O conjunto dos procedimentos convencionais cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal, em detrimento dos riscos de atrito que implica qualquer encontro social. (tradução nossa)

sistematicamente à desvalorização do outro, pela violência verbal” (CABRAL; ALBERT, 2017, p.278).

Kerbrat-Orecchini (2014) estabelece uma analogia entre a impolidez e a guerra. Segundo a autora, numa guerra “se trata, antes de tudo de atacar o adversário para vencê-la, e assim também acontece nas guerras metafóricas que são os debates” (KERBRAT-ORECCHINI, 2014, p.47). A autora apresenta, entretanto, uma ressalva: há regras que regulam as lutas verbais, o que significa que nem tudo se pode fazer ou dizer, nem tudo é permitido.

Tanto Kerbrat-Orecchini (2014) quanto Larguèche (1993) defendem que é necessário uma marca verbal para se configurar a impolidez. De fato, Bousfield (2008b, p.132) ensina que os atos de impolidez são produzidos de forma proposital, são intencionais, gratuitos e conflituosos. Também Culpeper (2008) considera que a impolidez tem um caráter intencional; trata-se, segundo o autor, de um comportamento comunicativo com a intenção de agredir; o estudioso observa, no entanto, que, “although some verbal behaviours are typically impolite, they will not always be impolite – it depends on the situation”⁵ (CULPEPER, 2011, p.22), o que põe em evidência a importância de se considerar o contexto no qual ocorre a interação.

Ainda relativamente ao contexto de interação, Locher e Watts (2008) postulam que um comportamento representando a violação de uma norma social evoca sempre avaliações negativas que cancelam chamar tal ato de impolido. Esses autores ensinam que avaliação de um ato como impolido, como insultuoso ou rude depende do grau de violação, o que tem relação direta com o contexto, implicando o tipo de valor ou de expectativa contra os quais esse comportamento inapropriado se choca.

Com respeito à importância do contexto, vale destacar também as ideias de Terkourafi (2008); para essa estudiosa, a impolidez tem a ver com a utilização de uma expressão em um contexto no qual ela não seria convencional, o que provoca um desconforto no interlocutor, que se sente agredido, sem que nenhuma intenção de agressão seja atribuída ao locutor pelo interlocutor. Para essa autora a agressão constitui uma violência verbal. Podemos assim inferir que Terkourafi estabelece uma gradação entre a impolidez e a violência verbal, sendo esta última intencional e mais agressora, por isso mesmo. De fato, o insulto, de acordo com o dicionário, tem “o poder de atingir a dignidade ou a honra de alguém” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p.1629). O insulto, conforme asseveram Cabral e Albert (2017) “resvala para

⁵ Apesar de alguns comportamentos verbais serem tipicamente impolidos, eles não serão sempre impolidos – depende da situação. (tradução nossa)

o domínio social”. Por isso é que se afirma que o insulto mostra “aversão ou menosprezo pelos valores, pela capacidade, inteligência ou direito dos demais” (HOUAISS e VILLAR, 2001, P.1629). A violência aparece, portanto, marcada, enquanto a impolidez pode se manifestar apenas pela ausência de um comportamento considerado polido em determinado grupo, conforme já destacamos neste trabalho.

Os postulados dos autores colocam o contexto de interação como um parâmetro importante para analisarmos os atos de violência, como as injúrias e os insultos. As redes sociais, como o Facebook, constituem um contexto propício a interações conflituosas, especialmente porque permite que uma quantidade expressiva de pessoas, com perfis diversos, debatam temas polêmicos. É possível que muitas injúrias que aparecem no *Facebook* sejam intencionais e visem à desqualificação, pois, conforme ensinam Cabral e Lima (2017, p. 88), “o usuário expõe de forma mais explícita suas opiniões, podendo tornar-se agressivo até”.

No *Facebook* as interações acontecem primordialmente por meio de comentários aos *posts*. Seara e Cabral (2017) definem o comentário *Facebook* como um espaço social público que, segundo as autoras, “permite a construção e a gestão da própria identidade” (SEARA; CABRAL, 2017, p. 314). As autoras observam que, embora as interações nesse espaço tenham por objetivo central apenas manter relações, é inegável a partilha de gostos, ou seja, de pontos de vista, por meio dos quais os usuários constroem uma identidade pessoal inserida nos grupos a que pertencem, ou nos quais desejam permanecer.

Vêm ao encontro desse pensamento os postulados de Georges (2010), segundo quem o virtual libera a imaginação, autorizando novas experiências, de diferentes ordens, que, conforme a autora, possibilitam o surgimento de novas formas de pensamento, provocando a transformação nas relações construídas na rede. A autora pondera que as pessoas se tornam mais pragmáticas e focam mais seu desejo de manifestar-se, de expor sua identidade. Podemos inferir que esse desejo assim manifestado pode conduzir as pessoas a manifestarem com mais vigor, e até com mais violência, seus pontos de vista. Em consequência, o *Facebook* torna-se um ambiente propício a polêmicas, tema da próxima seção.

Polêmica e violência verbal

Amossy (2014) observa que a polêmica está onipresente no espaço público, lembrando que as mídias estão a todo tempo divulgando e gerando novas polêmicas. A autora destaca que a polêmica se desenvolve em torno de um problema de sociedade; no caso de nossas análises, por exemplo, ela se dá em torno do feminicídio. Amossy (2014) insiste que a

polêmica trata de um assunto de interesse público, embora ela possa originar-se de uma questão privada. As redes sociais se prestam à polêmica por tornarem públicas questões muitas vezes de ordem particular, mas que acabam por espalhar-se entre os usuários da rede, suscitando manifestações das mais variadas. Vale lembrar, entretanto, com a autora, que uma questão polêmica comporta anseios da sociedade em dada cultura. Amossy (2014, p.50) lembra ainda que o debate polêmico diz respeito uma questão da atualidade. Como afirma a autora, a polêmica é “ancrée dans l’actualité” e, portanto, efêmera, isto é, a polêmica passa e acaba no esquecimento.

Relativamente à polêmica, Amossy (2014, p. 56) ensina que se trata de uma manifestação discursiva sob forma de choque, que acontece no seio de um confronto verbal, mas uma confronto brutal, daí ser a dicotomização uma característica intrínseca à polêmica. Não há encontro de opiniões, ao contrário, pontos de vista congelados em posições opostas. A dicotomização, segundo Amossy (2014), impede a busca de um acordo entre os adversários na disputa discursiva. A autora observa que a dicotomização agrupa os participantes do debate em campos adversários, tornando as oposições inconciliáveis, “elle pose un ‘nous’ face à un ‘ils’”(AMOSSY, 2014, p.59. A definição apresentada por Amossy (2011, p.27) é bastante clara: “il s’agit bien d’un mode de gestion des conflits par la polarisation extreme et la confrontations radicale des positions antagonistes”⁶.

Uma estratégia pertinente à polarização peculiar à polêmica, consiste, de acordo com Amossy (2014), na desqualificação; desqualifica-se o oponente, seus argumentos, sua pessoa, com o objetivo de deslegitima-lo. A desqualificação, conforme ensina a autora, “discrédite l’adversaire en le définissant comme un homme de parti pris caractérisé par sa mauvaise foi (...) et en faisant de l’autre le symbole de l’erreur et du mal”⁷ (AMOSSY, 2014, p.61). De fato, conforme ensina Micheli (2011, p. 97), a polêmica está centrada no outro, trazendo sempre uma avaliação: “le discours polémique prend toujours pour objet un discours autre et porte des jugements de valeur”⁸. Nesse contexto, a violência verbal constitui uma estratégia bastante eficaz para expressar o julgamento de valor e levar o adversário ao descrédito.

A violência verbal caracteriza-se, segundo Amossy (2014) pelo não respeito às ideias do outro, desconsiderando seus argumentos, ridicularizando o ponto de vista apresentado do

⁶ Trata-se de um modo de gestão dos conflitos pela polarização extrema e o confront radical de posições antagonicas. (tradução nossa)

⁷ Põe o adversário em descrédito definindo-o como um homem que toma partido caracterizado pela má fé (...) e fazendo do outro o símbolo do erro e do mal. (tradução nossa)

⁸ O discurso polêmico toma sempre por objeto um discurso outro e traz julgamento de valores sobre este. (tradução nossa)

adversário. As expressões avaliativa de desvalorização, ou seja, os insultos aparecem então como uma forma de reforçar a visão negativa do outro, congelando-o no lado oposto, evidenciando o caráter polarizado do debate. A polarização, conforme ensina Amossy (2014), leva a uma solidariedade de grupo, o que reforça a polêmica e recrudesce a oposição, conduzindo a discurso a formas mas violentas como meio de reforçar a coesão do grupo. Nesse contexto, a violência verbal assume importância estratégica, conforme verificaremos em nossas análises.

Concordamos com o pensamento de Amossy (2014), para quem a polêmica, sendo um fenômeno tão recorrente, há de ter uma função nas sociedades. De fato, a autora aponta algumas funções da polêmica, as quais subscrevemos. A autora lembra que nem sempre é possível se chegar a um acordo sobre determinado tema; isso quer dizer que é impossível que, numa sociedade, todas as questões que afetam o viver dos cidadãos seja objeto de consenso, ao contrário disso, a pesquisadora lembra que a regra é mesmo o conflito de opiniões, e a polêmica permite que as opiniões sejam expressas de forma livre, garantindo ao cidadão o direito da livre expressão, autorizando posicionamentos, o que, em consequência, segundo a autora, pode constituir um impulso para as mudanças sociais, sendo, nas palavras da autora, “vecteur importante d’accusation et de dénonciation” (AMOSSY, 2014, p.224), o que conforme a avaliação da autora, representa uma recusa e um desejo de mudança.

Insistindo que a polêmica se enquadra no âmbito da comunicação verbal, não sendo ação, Amossy (2014) destaca o papel central das mídias para a polêmica. Segundo a autora “cet éclatement du dialogue e de l’échange direct dans la discussion publique est rendu possible, voire inévitable, par la prééminance des médias”⁹ (AMOSSY, 2014, p. 211). De fato, as mídias digitais, em especial as redes sociais, como o *Facebook*, possibilitam que diálogos se desenvolvam com mais rapidez e com a participação de um número de pessoas antes impensável, permitindo a criação do que a autora chama de “comunidades de opinião” que cria um elo social entre aqueles que partilham pontos de vista em torno dos temas em debate. Essa possibilidade, se por um lado torna o debate mais democrático, por outro, em consequência do volume de pessoas em interação, chancela a criação de grupos dicotômicos cujos posicionamentos se cristalizam dificultando e até impedindo o consenso e conduzindo o debate para a violência.

Segundo os postulados de Amossy (2014), na polêmica atuam um Proponente e um Opositor, cujos propósitos não é convencer-se mutuamente, mas atrair a adesão de um

⁹ Essa explosão do diálogo e da troca direta na discussão pública tornou-se possível, inevitável até, pela proeminência das mídias. (tradução nossa)

Terceiro, que, segundo a estudiosa, é aquele que se espera persuadir ao engajamento em escolher uma opinião contra a outra; assim a polêmica tem também por função atrair a adesão do Terceiro. A importância do Terceiro e de sua adesão para um lado ou para o outro reside na composição de “comunidades de opinião” que mencionamos no parágrafo anterior. Essas comunidades são compostas por aqueles que partilham a mesma opinião contra os participantes de opinião oposta. A possibilidade do surgimento dessas comunidades de opinião corrobora o postulado de Georges (2010) que apresentamos anteriormente neste trabalho e segundo o qual as redes sociais possibilitam novas formas de relações.

Considerando que as sociedades atuais se caracterizam pelo conflito, inviabilizando o consenso sobre tudo, nas democracias contemporâneas, em que todos têm o direito de expressar seus pontos de vista, e os adversários desses pontos de vista precisam, de sua parte, confrontar-se com as opiniões adversas, necessitando uns e outros confrontarem-se, Amossy (2014) postula que a polêmica tem por função garantir uma “coexistência no dissenso”; a polêmica permite assim que, mesmo havendo opiniões conflituosas, os cidadãos continuem a viver juntos sem apelar à violência física, gerindo o desacordo pela interação verbal, muitas vezes violenta.

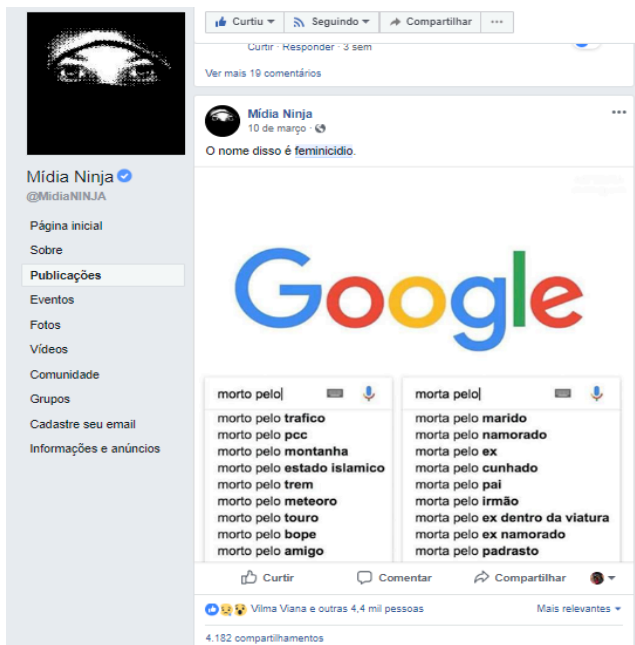
Violência para marcar o conflito em uma discussão sobre o feminicídio

O *corpus*, coletado na página do Mídia Ninja, no *Facebook*, compreende a duas postagens efetuadas na semana do Dia Internacional da Mulher, dia 10 de março de 2018. O primeiro post (Imagem 1) apresenta o comentário “O nome disso é feminicídio”, seguido de um print da tela de busca do Google, na qual se pesquisam os seguintes termos, com as consecutivas respostas:

- Morto pelo: morto pelo tráfico; morto pelo pcc; morto pelo montanha; morto pelo estado islâmico; morto pelo trem; morto pelo meteoro; morto pelo touro; morto pelo bope; morto pelo amigo.
- Morta pelo: morta pelo marido; morta pelo namorado; morta pelo ex; morta pelo cunhado; morta pelo pai; morta pelo irmão; morta pelo ex dentro da viatura; morta pelo ex-namorado; morta pelo padrasto.

O referido post foi curtido por 4,4 mil pessoas, teve 4.184 compartilhamentos. O procedimento foi coletar, entre os comentários considerados mais relevantes pela página, amostras que continham marcas verbais de violência. Essas amostras foram analisadas. Os exemplos apresentados neste trabalho foram extraídos desse conjunto.

Imagem 1:



O segundo post (Imagem 2), com 2,3 mil curtidas, 2.261 compartilhamentos, apresenta o seguinte texto: “Em denúncia ao machismo, feminicídio e cultura do estupro, a campanha “Música e Construção de Gênero” lançada pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Leopoldo vira exposição denunciando violência contra mulher presentes nas letras de músicas famosas.” O texto é seguido por fotos da campanha, em preto e branco da campanha, com mulheres com marcas de violência, segurando cartazes manuscritos, com trechos de letras de músicas diversas, funk, samba, sertanejo, MPB fazendo apologia à violência contra a mulher.

Neste segundo caso, mais uma vez, entre os comentários considerados mais relevantes pela própria página, foram coletadas as amostras para a análise, das quais selecionamos os exemplos apresentados.

Imagem 2:

Mídia Ninja
10 de março

Em denúncia ao machismo, feminicídio e cultura do estupro, a campanha "Música e Construção de Gênero" lançada pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Leopoldo vira exposição denunciando violência contra mulher presentes nas letras de músicas famosas.
Foto: Thales Ferreira

Se te agarrar com outro TE MATO! TE mando algumas flores e depois Escapa - Sidney Magal

Mais 13

2.3 mil reações
2.281 compartilhamentos

Com base na observação do *corpus* levantado. Agrupamos os post por funções do enunciado portador de violência, ou seja, pelo objetivo enunciativo do ato de violência, o qual nos permite determinar a função do comentário. Apresentamos em seguida exemplos de cada função identificada no *corpus* estudado, lembrando, entretanto, que as funções podem mudar de acordo com o *corpus*, pois nas interações verbais, assim como em qualquer texto, as relações não são fixas e cada interação busca um objetivo. É importante salientar, no entanto, que essas categorias se mostraram recorrentes em já em outros estudos por nós desenvolvidos (Seara; Cabral, 2017):

- a. Desqualificação direta focada no outro - constitui um comentário reativo que expressa uma avaliação negativa do produtor da contribuição inicial ou do usuário do *Facebook* ou do usuário do *Facebook* que está em foco, ou que suscitou o comentário;
- b. Desqualificação direta focada no objeto - constitui um comentário reativo que expressa uma avaliação negativa reativa ao tema em discussão no conjunto das contribuições.

- c. Desqualificação direta focada nos argumentos – constitui um comentário reativo que expressa uma avaliação negativa relativa aos argumentos expressos por outro usuário para defender um ponto de vista relativo ao tema em discussão no conjunto das contribuições ;
- d. Desqualificação indireta co-construída – constitui um comentário reativo que expressa uma avaliação negativa relativamente ao produtor da contribuição inicial por meio de exposição de um estado ou de um sentimento que diz respeito ao próprio usuário produtor do comentário.
- e. Desqualificação indireta desviante– constitui a utilização de comentário reativo utilizado pelo usuário para introduzir outro tema de seu interesse, mas desviante relativamente ao tema em discussão.

As análises seguem as categorias apresentadas. Considerando as limitações de espaço deste artigo, selecionamos um conjunto de comentários para cada categoria a título de ilustração:

a. Desqualificação direta focada no outro

Contribuição inicial

A. R. - Seria coerente se a comparação fosse feita no mesmo dia, sem nenhum caso bombando na mídia, pois o Google utiliza-se dos assuntos mais buscados num determinado período para ser feito o autocomplete... se buscar agora, são mortos de febre amarela, traficante, vaga de emprego, dar carona, empalhamento, por exemplo.

Embora o comentário do usuário relativamente ao post da Imagem 1 não faça uso de violência explícita em sua crítica relativa ao tema do post, as reações de outros usuários recorrem à violência, expressando uma avaliação negativa a respeito do usuário produtor da contribuição inicial. Segue-se uma discussão entre dois usuários, na qual é possível serem observadas marcas de violência verbal, utilizadas desqualificar o usuário A.R, que enviou a contribuição inicial:

R.S - AR, pesquisa lá AGORA: “morta por” e vê o que aparece. Trouxa.

A.R. - Cara, tô falando do autocomplete, não dos resultados... lê direito, colega.

R.S. - Sim cara o que tem a ver sua fala com a morte de mulheres???Não passe vergonha a toa cara.

A.R. - Estou falando com X e vocês com Y... deixa quieto, então... ficar arrumando discussão a toa na Internet, já superei essa fase lá no Orkut.

J.S. - Acho engraçado é que o odioso vem falar que o google isso ou aquilo, que se digitar assim ou assado. Falar sobre feminicídio não quer, prefere fazer essa defesa velada. Bota a cara e fala o que acha ao invés de ficar arrumando desculpinhas pra desqualificar a ideia. Bota a cara covardão!!!

Cumpramos observar, nos comentários apresentados, a discussão parece subdividir-se em dois temas: o post em si e o usuário que apresentou o comentário inicial. O foco nesse usuário evidencia a estratégia de desqualificação própria da polêmica. Em vez de discutir o tema propriamente, com argumentos que conduzam à reflexão, observamos que os usuários centram seus comentários em juízos de valor em torno do próprio produtor do comentário, que é “trouxa”, “o idiota” e “covardão”, avaliativos de caráter negativo e injuriosos. Além de qualificadores ofensivos, destacam-se, na troca de comentários, a pergunta reforçada por três pontos de interrogação que lhe dão um caráter de indignação, à qual se soma a asserção de caráter injuntivo com valor de advertência “Não passe vergonha na cara”, que sucede a pergunta. A pergunta consiste em um ato indireto de crítica, pois aponta para a não pertinência do comentário inicial ao tema em discussão. A crítica contida na pergunta justifica a advertência a asserção injuntiva, reforçando a desqualificação do produtor do comentário 1, A.R., por meio de uma crítica que, por inferência, apresenta como consequência necessária ao raciocínio desenvolvido no comentário a qualificação de “vergonhoso”: ele é digno de “vergonha” e seu comentário não merece crédito, portanto.

b. Desqualificação direta focada no objeto

O comentário a seguir constitui um comentário inicial positivo relativamente ao post da Imagem 2:

Comentário inicial

B. T. - Vcs estão acertando na campanha, tem que se mostrar o que é agressivo e criminoso contra a mulher. Eu apoio o feminismo, mas sou contra o radicalismo feminazi. Parabéns pela campanha. Vcs são o que há de mais belo e doce no mundo e merecem respeito.

O post destaca uma campanha focada em canções machistas para chamar a atenção sobre temas como machismo, feminicídio e cultura do estupro; inicialmente, o comentário avalia que “Vcs estão acertando na campanha”. Embora o comentário expresse um elogio, na sequência, ele traz também uma crítica violenta ao “radicalismo feminazi”, que desqualifica as feministas, segundo ele, radicais, motivo pelo qual ele é “contra”. A utilização do termo feminazi, associando feminismo a nazismo, provocou comentários reativos combatendo o comentário inicial, pela desqualificação, tanto porque chama o próprio comentário inicial de “ofensa machista” quanto porque põe em dúvida o elogio expresso pelo usuário no comentário inicial :

B. O. S. - Usar o termo feminazi é uma forma de ofensa machista...

L. S. - Triste. E ainda se diz aliado da causa.

Ao afirmar que o usuário produtor do comentário inicial “ainda se diz aliado da causa”, o produtor do comentário reativo deixa implícito que ele “não é aliado da causa”; é o mesmo que dizer que o adversário mente, é mentiroso, portanto.

De forma violenta, outro comentário reativo critica o próprio objeto do post, ou seja a campanha em questão:

F. - Ouvi todas essas músicas.

Até agora não deu vontade de ir na esquina estuprar ninguém.

O usuário desqualifica o propósito da campanha, que é o de chamar a atenção para músicas que incitam o estupro ou o desrespeito às mulheres. Ao afirmar que ouviu as músicas, ele dá a entender que experimentou o que propõe a campanha; em seguida, afirma que “Até agora não deu vontade de ir na esquina estuprar ninguém”; tal afirmação nega o valor da campanha ao negar o efeito negativo das músicas para o qual a campanha quer chamar a atenção. Por um processo metonímico exagerado, que iguala o conteúdo da música, machista e de desrespeito à mulher, ao ato de extremo do desrespeito que é o estupro, o produtor do comentário reativo procura anular o valor da campanha: se ele não sentiu desejo de estuprar o ouvir as músicas, é que elas são inócuas. O comentário provocou forte reação em comentário reativo cuja análise se encontra no item d, mais adiante, neste trabalho.

c. Desqualificação direta focada nos argumentos

O mesmo usuário que manifestou o comentário inicial relativamente ao post da Imagem 2 apresentado anteriormente reage a comentários negativos a respeito de sua manifestação, criticando os argumentos expressos por outro usuário a fim de defender seu ponto de vista:

B. T. - Onde escrevi isso? Não venha com sofisma, montando discurso arapuca, distorcendo as colocações que fiz, fui bastante claro, prático e objetivo e o que tinha que escrever, já o fiz (dirige-se diretamente à pessoa)

Vale destacar que o discurso do outro é qualificado de “discurso arapuca”, que está “distorcendo as colocações”, ao passo que ele, o produtor do comentário, se auto avalia positivamente como “prático e objetivo”. A crítica feita ao discurso do outro estende-se a ele e, paralelamente, o autoelogio estende as qualidades atribuídas o próprio produtor do comentário a seus argumentos. É como se o usuário afirmasse: se sou prático e objetivo, assim também são meus comentários, ao passo que, se seu discurso é uma arapuca, você é malandro que “arma arapucas” e, portanto, não merece ser levado a sério.

Na troca a seguir, temos outro caso de desqualificação realizada por meio de um comentário reativo focado nos argumentos apresentados pelo outro:

C. M. D. D. - E COMO É QUE FICA AQUELAS QUE SAEM COM OS PEITOS A MOSTRA, NA RUA, NO CARNAVAL ETC. E TAL...ESSA FULANAS É QUE FAZEM AS OUTRAS PAGAREM POR ELAS, POIS ELES ACREDITAM QUE MULHER É TUDO IGUAL... E AGORA COMO É QUE A GENTE FAZ????

L. S. - Como a pessoa tem coragem de falar abertamente que é uma questão de roupa? Minha senhora, não passe vergonha assim. Fica chato.

O argumento expresso no comentário inicial centra-se na roupa das mulheres e defende a tese de que as mulheres que usam roupas sensuais provocam os homens e os estimulam a cometer estupro. O comentário reativo se inicia com uma pergunta que retoma o argumento oferecido pelo comentário inicial, questionando-o, mais do que isso, negando-o, pois a pergunta, iniciada pela elemento interrogativo “como” seguido de “tem coragem” atribui um valor de negação ao enunciado interrogativo. “Como tem coragem? de + X” pressupõe que não é possível ter a coragem de X. Sendo X “falar abertamente que é uma questão de roupa”, podemos afirmar que o comentário nega peremptoriamente o argumento apresentado no comentário inicial.

O comentário reativo desqualifica também o argumento apresentado no comentário inicial, ao avalia-lo, por inferência, de “vergonhoso”. Por meio de uma asserção injuntiva, com aparente valor de conselho – “Minha senhora, não passe vergonha assim” – o usuário qualifica, por transitividade, o argumento apresentado pelo usuário produtor do comentário inicial como “vergonhoso”: o argumento que faz com que seu produtor passe vergonha é vergonhoso.

d. Desqualificação indireta co-construída

No conjunto dos comentários apresentados a seguir, verificamos um comentário reativo que expressa uma avaliação negativa relativamente ao produtor da contribuição inicial por meio de exposição de um estado ou um sentimento que diz respeito ao próprio usuário produtor do comentário. O comentário inicial expõe um ponto de vista concernente ao post da Imagem 2:

F. - Ouvi todas essas músicas.
Até agora não deu vontade de ir na esquina estuprar ninguém.

C. - Meu Deus, olha que ser evoluído! Não sentiu vontade de ser criminoso. Tô espantada aqui.

A reação de C ao comentário inicial de F. Expressa um sentimento relativo a F: “Tô espantada aqui”. O sentimento está apoiado na ironia que traz a avaliação de C com respeito à pessoa de F “que ser evoluído!”, seguido de um dado, também irônico, que qualifica o tema do post: “não deu vontade de ser criminoso”. A produtora do comentário reativo qualifica o estupro de crime e expressa seu sentimento de espanto perante o comentário de F. Ao manifestar-se “espantada” por F não sentir vontade de “ser criminoso”, C deixa entender que avalia F como naturalmente criminoso.

e. Desqualificação indireta desviante

Alguns usuários utilizam o espaço de discussão para apresentar outros temas de seu interesse, mas não pertinentes ao tema em discussão. É o caso, por exemplo, no comentário que segue, extraído do conjunto de comentários reativos ao comentário inicial ao post da Imagem 1, que apresentamos no item a., no início destas análises:

A. L. - Agora vamos criar o termo “ptmicídio”, deixa só o opressor do #bolsonaro ganhar a eleição.

O usuário utiliza seu comentário reativo para tratar de outro tema, as eleições presidenciais, focando a desqualificação em um dos candidatos à presidência da República, que é avaliado como “opressor”. Vale observar que o comentário se inicia propondo “criar o termo ptmicídio”; por meio da analogia à construção da palavra “feminicídio”, o usuário introduz o tema político, manifestando seu posicionamento favorável ao Partido dos Trabalhadores e contrário ao “opressor”, opositor do partido de sua preferência.

O conjunto de trocas que segue, relativo ao post da Imagem 2, também apresenta comentários que desviam do tema em discussão, recorrendo à desqualificação:

V. P. - Funk falando de sexo pode né?

Aff.

Sou da década de 80 e n gosto que falem do Magal.

E. F. - A culta é do Sidnei Magal agora

T. T. - Ninguém está culpando ele, mas ele gravou música escrota.

O tema em discussão, proposto pelo post da Imagem 2, é a utilização de músicas para sensibilizar e discutir questões relativas ao machismo, feminicídio e cultura do estupro. A discussão em torno de música conduz a usuária abordar como tema o cantor Sidnei Magal, mostrando-se descontente com críticas a ele; o cantor acaba se tornando tema do comentário reativo à reclamação da usuária, e a desqualificação do comentário reativo recai sobre o cantor: “ele gravou música escrota”.

As análises evidenciam que a desqualificação, das redes sociais, cumpre diferentes funções na dinâmica das interações polêmicas. Considerando que a polêmica busca mais acentuar o dissenso, essas funções parecem contribuir para a polarização, na medida em que os comentários reativos contendo violência com o foco na desqualificação contribuem para distanciar os usuários em interação, fixando-os em seus pontos de vista, mantendo o antagonismo que rege a interação.

Considerações Finais

Iniciamos este trabalho com a pergunta em mente: que funções cumprem as manifestações de violência nos comentários do *Facebook*? A pergunta orientou o estabelecimento de nosso objetivo, que foi analisar interações verbais conflituosas em comentários de usuários do *Facebook* verificando a função desses comentários na interação verbal e na polarização do discurso; focalizamos a desqualificação como estratégia para marcar a polêmica. Para cumprir o objetivo traçado, estabelecemos cinco categorias ligadas às finalidades dos comentários na interação verbal, o que nos permitiu verificar que os comentários cumprem função diversas, as quais, muitas vezes, se sobrepõem. As análises confirmaram que as redes sociais, no caso específico, o *Facebook*, constituem lugar de intensas interações, e, como tal, um espaço importante para a sociedade, na medida em que proporciona que se discutam aí temas relevantes para os cidadãos. As interações nem sempre se desenvolvem harmonicamente, até porque os temas que movem a sociedade suscitando a discussão são temas polêmicos que clamam pelo engajamento das pessoas e possibilitam que pontos de vista distintos, antagônicos se manifestem. O fato é que o consenso é raro, mas conforme expusemos ao longo do trabalho, o dissenso abre caminho para a luta por mudanças. Desse ponto de vista, podemos então concluir que o *Facebook* é um espaço que impulsiona as mudanças sociais na medida em que ele constitui um lugar de polêmica. A violência verbal encontra assim uma razão de existir, possibilitando aos usuários da rede gerir o desacordo na interação verbal. Desse ponto de vista, os cidadãos encontram guarida no *Facebook*, exercendo seu direito de manifestar seus pontos de vista em torno das questões que mobilizam a sociedade.

Referências

AMOSSY, R. *Apologie de la polémique*. Paris: PUF, 2014, 239p.

_____. La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussion. SEMEN Révue de sémio-linguistique des textes et discours. 31. Toulouse : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2011.204p. pp.25-42.

Bousfield, D. Impolitenesse in the struggle for power. In: Bousfield, D.; LOCHER, M. (eds), *Impoliteness in Language*. Berlin/NY, Mouton de Gruyter, 2008, 346p., pp. 127-153.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C *Politeness some universals in language usage*. New York: Cambridge University Press. [1978] 1999, 345 p.

CABRAL, A. L. T. Interações verbais em ambientes virtuais: cortesia, descortesia e mal-entendido. In: I.R.SEARA, (ed), *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa, Chiado Editora, 2014, 596p., pp.497-518.

CABRAL, A. L. T. 2007. A Interação Verbal em Processos Cíveis: um caso de trílogo. In: B. D. GIL; Z. G. O. AQUINO (eds.), *Anais do II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso e VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não Verbal*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Disponível em http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/76_Ana_Lucia_TC.pdf , acesso em 21/02/2017.

_____; ALBERT, S. B. Quebra de polidez na interação: das redes sociais para os ambientes virtuais de aprendizagem. IN: CABRAL, A.L.T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (org.). *Descortesia e Cortesia: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez, 2017, 381p., pp. 267-294.

CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. *Signo*. Santa Cruz, v. 42, n. 73, jan./abril 2017, p.86-97. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>; acesso em 21/01/2017.

CABRAL, A. L. T.; MARQUESI, S. C.; SEARA, I. R. L'articulation entre le descriptif et les émotions dans l'argumentation en faveur de Dominique Strauss-Kahn. IN: Rabatel, Alain; Monte, Michèle; Rodrigues, Maria das Graças Soares (dir.) *Comment les médias parlent des émotions l'Affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015, 332p., pp.307-323.

CULPEPER, J. *Impoliteness using language to cause offense*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011, 292 p.

_____. Reflections on impoliteness, relational work and power. In: Bousfield, D.; LOCHER, M. (eds), *Impoliteness in Language*. Berlin, NY, Mouton de Gruyter, 2008. 346 p. p.17- 44.

FISHMAN, P. M.. O trabalho que as mulheres realizam nas interações. In : Ostermann, A. C. & Fontana, B. *Linguagem gênero, sexualidade, clássicos traduzidos*. São Paulo : Parábola, 2010. 166 p, pp 31-47.

Georges, F. *Identités virtuelles les profils utilisateur du web 2.0*. Paris : Éditions Questions Théoriques, 2010, 204p.

GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press. [1974] 1981, 335 p.

HOUAISS, A.; VILAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 2.922p.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Abordagem Intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. IN: CABRAL, A.L.T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (org.). *Descortesia e Cortesia: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez, 2017, 381p., pp. 17-55.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. 2014. Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. In: I.R. SEARA, (ed), *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa, Chiado Editora, 2014, 596p, p.47-82.

_____. *Les interactions verbales 1*. Paris: Armand Colin, [1990] 1998, 318 p.

_____. *Le discours en interaction*. Paris, Armand Colin, 2005, 366p.

LARGUECHE, E. *L'injure à fleur de peau*. Paris, L'Harmattan, 1993, 176 p.

LOCHER, M; WATTS, R. J. Relational work and impoliteness : Negotiating norms of linguistic. In: D. BOUSFIELD; M. A. LOCHER, (eds), *Impoliteness in Language*. Berlin, NY, Mouton de Gruyter, 2008, 346p., pp.77-99.

MICHELI, R. Quand l'affrontement porte sur les mot *en tant que mots* : polémique et réflexivité langagière. SEMEN Revue de sémio-linguistique des textes et discours. 31. Toulouse : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2011, 204p. pp.97-112.

SEARA, I. R.; CABRAL, A. L. T. O comentário elogiativo nas redes sociais: estratégias de cortesia valorizadora. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*. n. 3 09/2017, p. 311-332.

Disponível em <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln3ano2017a17> Acesso em 30/01/2018

TERKOUFARI, M. Toward a unified theory of politeness, impoliteness and rudeness. In: D. BOUSFIELD; M. A. LOCHER, (eds), *Impoliteness in Language*. Berlin, NY, Mouton de Gruyter, 2008, 346p. pp.45-74.

Artigo recebido em: 06/07/2018.

Artigo aceito em: 11/09/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.

AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA VIOLÊNCIA NAS MÍDIAS DIGITAIS: MARIELLE FRANCO, PRESENTE... NO ESPAÇO DISCURSIVO ÊMICO

Anderson Ferreira*
Cristiane da Silva Ferreira*
Ramon Silva Chaves*

Resumo: O presente artigo visa a examinar as práticas discursivas da violência nas mídias digitais. Objetiva-se, com isso, verificar os mecanismos de funcionamento na construção de espaço discursivo que nomeamos de espaço discursivo êmico. Como *corpus* de análise, selecionamos textos, tomados como discurso, produzidos nas redes sociais e deslocados pelos produtores-jornalistas para o espaço da mídia jornalística. As Configurações construídas são tomadas como práticas discursivas da violência e foram produzidas em decorrência do assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes. Tomamos como referencial teórico-metodológico a Análise do Discurso, dando ênfase à noção de espaço discursivo, postulada por Maingueneau (1997; 2008). Também, para apreender a noção de espaço social, mobilizamos as reflexões produzidas por Bauman (2001), no quadro da Sociologia contemporânea. Os resultados revelam que os espaços discursivos êmicos são lugares retomados do espaço êmico, ou seja, as condições sócio-históricas e culturais da sociedade contemporânea possibilitam, de modo recíproco, a produção de discursos que enfrentam a alteridade por meio da anulação do corpo e da voz do *outro*. O espaço das mídias digitais e, em especial, das redes sociais, materializam a violência de modo a polarizar as identidades no campo político-ideológico.

Palavras-chave: Práticas discursivas da violência. Espaço discursivo êmico. Mídias digitais. Marielle Franco. Redes sociais

Abstract: This article aims to examine the discursive practices of violence in digital media. The aim is to verify the mechanisms of functioning in the construction of discursive space that we call the emic discursive space. As a corpus of analysis, we selected texts, taken as discourse, produced in social networks and displaced by the producers-journalists for the space of the journalistic media. The constructed Configurations are taken as discursive practices of the violence and form produced as a result of the murder of the city councilwoman of Rio de Janeiro, Marielle Franco and her driver, Anderson Gomes. We take as a theoretical-methodological reference the Discourse Analysis, emphasizing the notion of discursive space, postulated by Maingueneau (1997; 2008). Also, to grasp the notion of social space, we mobilize the reflections produced by Bauman (2001) in the context of

· Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, 05014-901, São Paulo, SP, Brasil. Com estágio sanduíche na Universidade do Minho-ILCH, 2015. E-mail: andersonferreirasp94@gmail.com

· Professora doutora do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT-Campus Avançado Diamantino, Rod. Roberto Campos, 2729, 78400-000 Diamantino – MT, Brasil. E-mail: crisfe@bol.com.br

· Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, 05014-901, São Paulo, SP, Brasil Com estágio sanduíche na Universidade do Porto, 2015, Portugal. E-mail: ramon.schaves@gmail.com.

contemporary sociology. The results reveal that the emic discursive spaces are places retaken of the emic space, that is, the socio-historical and cultural conditions of the contemporary society make possible, in a reciprocal way, the production of discourses that face alterity by means of the annulment of the body and the voice of the other. The space of digital media, and especially of social networks, materialize violence in order to polarize identities in the political-ideological field.

Keywords: Discursive practices of violence. Emic discursive space. Digital media. Marielle Franco. Social networks

Considerações iniciais

As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia... Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras. As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha (BAUMAN, 2016 [El País, *online*, 2017]).

As redes sociais, em muitos aspectos, são uma armadilha. No entanto, nas condições de sua possibilidade, não são oferecidas ferramentas socioeducativas, mas visa-se, em particular, a oferta de “serviços prazerosos”, que têm por escopo promover a inter-relação entre pessoas e instituições. A ideia de armadilha, então, menos se associa a gestação da mutação tecnológica do que a complexidade da gestação ética, política, filosófica nas sociedades complexas. Em última instância, a estrutura sócio-virtual, aberta e porosa, chamada de rede social, consiste num organismo social constituído por sujeitos jurídico e ético-moral produtores de efeitos de sentido nos campos social, político, econômico e cultural.

Nesse quadro, o presente artigo visa a examinar as práticas discursivas da violência nas mídias digitais, no caso que ceifou a vida da vereadora fluminense Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Temos por objetivo verificar os mecanismos de funcionamento na construção do espaço discursivo êmico no campo das mídias jornalísticas digitais. Fundamentamos nossa proposta no aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso, em especial, nos estudos de Maingueneau (1997; 2008; 2015). Também, no campo das ciências sociais, mobilizamos a noção de espaço social, postulada por Bauman (2001), em especial, a categoria de espaço [social] êmico.

Nesse quadro, associamos, para construção do *corpus* de análise, práticas discursivas do evento “assassinato” da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Essas práticas foram selecionadas no interior das mídias jornalísticas digitais, considerando a

noção de formação discursiva temática, postulada por Maingueneau (2015). Dessa forma, selecionamos textos, tomados como discurso, deslocados de contas particulares nas redes sociais e configurados como notícia no interior das mídias jornalísticas digitais. O presente artigo se divide, assim, em três seções.

Na primeira, construímos as condições sócio-históricas e culturais do caso da morte de Marielle Franco e Anderson Gomes. Na segunda seção, postulamos um modo de deslocamento da noção de espaço êmico, postulado por Bauman (2001), para a construção da noção de espaço discursivo êmico. Na última seção, operamos as análises de duas Configurações, nas quais evidenciamos práticas discursivas da violência no espaço das mídias, em particular, das redes sociais.

Marielle Franco, presente!

No dia 14 de março de 2018, a vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi morta a tiros na região central da cidade, no bairro do Estácio. Em decorrência dos disparos, o motorista Anderson Pedro Gomes, também, foi atingido na região das costas e não resistiu. Uma terceira pessoa, assessora de Marielle, que estava no banco de trás, ao lado da vereadora, sobreviveu. Marielle havia participado, no início da noite, de um evento chamado “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, na Rua dos Inválidos, no bairro da Lapa.

A morte de Marielle gerou comoção e consternação para além das cercanias da cidade do Rio de Janeiro. Homenagens e manifestações no Brasil e no exterior, além de ressaltarem sua militância no campo dos direitos humanos,¹ trouxeram à luz a sua luta no campo político-ideológico de representação da mulher: negra, homossexual e moradora de favela, que evocava pautas identitárias relacionadas à esquerda mais progressista no contexto político-partidário brasileiro. Sob este signo ideológico, Marielle exercia seu mandato de vereadora pelo Partido Socialista e Liberdade - PSOL, partido político composto, em sua maioria, por dissidentes do Partido dos Trabalhadores - PT.

¹ Marielle Franco atuava, no momento, como Coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Nessa função, era responsável por investigar denúncias de violações dos direitos humanos durante a intervenção militar, determinada pelo decreto assinado pelo presidente Michel Temer e aprovada pelo Congresso Nacional.

Marielle Franco, que se automeava “cria da Maré”,² formou-se em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio e defendeu dissertação de mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense-UFF. O trabalho intitulado *UPP-A redução da favela a três letras: uma análise da política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro* sustentava que a presença das Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs, na Favela da Maré, resultou, ao contrário do esperado, na redução dos direitos humanos dos moradores da favela, em particular, da juventude preta (FRANCO, 2014). É, portanto, a partir de reflexões críticas produzidas na intersecção do campo sociológico e do campo pragmático das políticas públicas do estado do Rio de Janeiro que a, então, socióloga e mestra em Administração Pública assume um posicionamento no quadro político-ideológico da militância político-partidária.

A vereança de Marielle Franco não apenas se ocupou em investigar os excessos da força policial militar nas favelas, mas também em denunciar as péssimas condições de trabalho dos próprios policiais militares que, em muitos casos, são mortos nos confrontos com o crime organizado. Os policiais são a última linha de proteção na fronteira entre a sociedade civil e os traficantes, instalados no interior das comunidades, os quais possuem, além de excelente conhecimento geográfico interno das favelas e de seus pontos estratégicos, armamento bélico, altamente, poderoso. “Não há como hierarquizar a dor, ou acreditar que apenas será doído para as mães de jovens favelados. O Estado bélico e militarizado é responsável pela dor que paira também nas 16 famílias dos policiais mortos desde o início das UPPs” (FRANCO, 2014, p. 99).

O atentado contra Marielle Franco revelou - ainda mais - a latente desigualdade socioeconômica no que tange às questões identitárias no Brasil. De fato, o sujeito de direito, que, por muitas razões, não tem acesso a bens e serviços essenciais, se vê ligado, como bem lembrou Pinho (2001), ao atraso. Contudo, no campo étnico-racial, a relação entre atraso e negação de direitos fundamenta-se no apagamento da legitimidade política-ideológica de homens e mulheres negros. Esse fato pode ser verificado nas e pelas práticas discursivas odiosas nas redes sociais, no momento em que a entidade central é o sujeito-negro.

Nesse cenário, Marielle Franco e seu mandato foram relacionados à influência, no pleito eleitoral, do crime organizado, numa flagrante tentativa de deslegitimação na defesa dos direitos humanos, os quais, segundo seus opositores, têm por objetivo a defesa de

² O Complexo da Maré é formado por dezessete favelas, com aproximadamente 140 mil habitantes distribuídos em quase cinco quilômetros quadrados.

“bandidos”. Em tal conjuntura, no campo das mídias digitais,³ as práticas discursivas do ódio e da violência se intensificaram. As notícias falsas - *fakes news* -, então, disseminaram-se de modo avassalador entre os usuários das redes sociais, sendo replicadas sem qualquer averiguação de sua autenticidade.

Esse fenômeno não é exclusivo das redes sociais. Na história da imprensa escrita, jornais com altos índices de credibilidade e ampla circulação costumam atentar contra a realidade dos fatos, se é que ela existe. Mas o caso mais emblemático, no caso da vereadora Marielle Franco, envolveu a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) Marília Castro Neves. A magistrada postou em sua conta de uma rede social que Marielle Franco era um “cadáver comum”, uma vez que “estava engajada com bandidos”. Desde então, embora perpetrando ofensas gratuitas, outros ataques se seguiram, sobretudo, em “correntes” na rede social *WhatsApp*.

Os discursos do ódio e da violência contra Marielle Franco retratam um cenário temeroso no atual momento político brasileiro. Eles revelam a fragilidade da jovem democracia brasileira e conjuram contra a igualdade de gênero, a pluralidade étnico-racial, a liberdade sexual e de crença, a livre manifestação do pensamento, as convicções filosóficas e políticas, a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de imprensa. Em última instância, as condições sócio-históricas e culturais da sociedade brasileira possibilitaram a construção de espaços de trocas, cuja defesa dos direitos humanos tem sido um empecilho histórico à anulação física, ética, religiosa, étnica-racial do *outro*. Mas, sob outra perspectiva, o discurso do ódio e da violência tem sido um mecanismo para o apagamento de sujeitos de direito em sociedade democráticas.

O espaço discursivo êmico no campo das mídias digitais

Em sua obra intitulada *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, o geógrafo brasileiro, Milton Santos (1926-2001), presume uma reinvenção do espaço geográfico e social no campo das técnicas da informação e da comunicação por meio do computador. Nesse quadro, a grande mutação contemporânea não dependeria das condições materiais, mas, em especial, da maneira pela qual elas são aproveitadas pela política. Nessa senda, conforme vão sendo incorporadas pela cultura, as

³ Consideramos, nesse trabalho, a noção de mídias digitais como espaço que comporta não apenas as mídias jornalísticas e outros dispositivos de comunicação, mas também as redes sociais em suas inter-relações.

técnicas seriam irreversíveis em sua forma material. Desse modo, na visão do geógrafo brasileiro, as técnicas e as tecnologias poderiam atingir novas significações do ponto de vista existencial.

Nessa ótica, as técnicas e as tecnologias não apenas serviriam para construir um mundo confuso e perverso, mas produziriam as condições necessárias para a construção de um mundo mais humano. Para isto, seria preciso que se completasse “as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana” (SANTOS, 2000, p. 85). Assim, as técnicas da informação e da comunicação se tornariam, por meio dos computadores, mais flexíveis e dóceis e a sua democratização, como enfatiza Santos, beneficiaria a totalidade dos indivíduos.

A mutação tecnológica e filosófica percebida por Santos (2000) no início do século XXI ainda se encontra em gestação, caminhando, no curso da história, para uma desejável completude. Mas, embora as técnicas e as tecnologias tenham possibilitado a tomada da palavra de uma parcela maior e mais descentrada da sociedade (VATTIMO, 1992), a palavra que pacifica e amedronta, que alegra e entristece, que elogia e fere, que abençoa e amaldiçoa (NASCIMENTO; GERALDO, 2016) ainda é direito de poucos sujeitos. Nesse cenário, o sujeito legitimado para “dizer” tem sido aquele que ocupa um lugar estratégico no campo da opinião (FERREIRA, 2018).

Nesse campo, os espaços de trocas exigem, como condição de ocupação, certa legitimidade e/ou função social de prestígio. É possível observar que, diante desta exigência, as mídias digitais, por exemplo, têm associado, no bojo de cada *mídiun*,⁴ posicionamento em concorrência, visando a produzir certas formas de “mal-entendidos”, no interior do campo da opinião. Em particular, as mídias jornalísticas digitais criam espaços de trocas verbais por meio de enunciados previamente selecionados, iluminando, assim, atividades languageiras que, em seus espaços legítimos de produção, ficariam apagadas. De fato, o modo de iluminação midiática não é banal. Trata-se de notar deslocamentos da produção de fala dos sujeitos-produtores de discursos.

Contudo, no tocante às posições enunciativas do coenunciador-leitor, as práticas discursivas são mais flutuantes no espaço das mídias digitais. O tempo e espaço dos enunciados ditos são apagados, construindo, de modo constante, novas associações entre posicionamentos no espaço das mídias noticiosas. Uma dêixis discursiva pode ser aventada

⁴ Noção postulada por Maingueneau, o *mídiun* não consiste apenas em um suporte material, mas todo o conjunto da comunicação. Dessa forma, falamos de *mídiuns* digitais, como jornais *online*, redes sociais, *blogs*, canais digitais, mas também *mídiuns* impressos, *mídiuns* radiofônicos, *mídiuns* televisivos, categorias que compõem o campo dos estudos da midiologia.

para considerar o primeiro acesso às formações discursivas temáticas.⁵ Todavia, as formações discursivas, no quadro das cenas da enunciação, remetem a outras formações discursivas da dêixis fundadora “que consiste em situações de enunciação anterior que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade” (MAINGUENEAU, 1997, p. 42).⁶

Os sujeitos-locutores evocam um enunciador-cidadão “comum” que fala de um espaço apreendido como privado. De fato, a adesão à comunidade virtual ocorre pela negociação entre as normas de uso exigidas pela rede social virtual e o direito à privacidade do sujeito-usuário. No entanto, o espaço da rede social tende a atravessar e ser atravessado pelo espaço público. Isto é, uma vez postado no espaço das redes, os textos e os enunciados tendem a operar uma deslocalização da produção e da recepção do discurso (MAINGUENEAU, 2015), encontrando diferentes condições de recepção. Assim, as práticas discursivas produzidas no interior das redes sociais, devido ao modo de produção e disseminação das materialidades discursivas, não mais se restringiriam ao espaço privado de trocas verbais, sendo, pois, “vazadas” no espaço público por meio de outros *mídiuns*: o enunciador “cidadão comum” que enuncia no espaço privado da rede é apagado, dando lugar a um enunciador “pessoa pública”. Portanto, as redes sociais se constituem por um duplo pertencimento: são associadas a um espaço privado, mas podem ser disseminadas no espaço público.

Esse fenômeno, porém, não é exclusivo do espaço digital. Como lembrou Pêcheux (2010), a palavra quase sempre se reduziu a pequenos grupos isolados, que possibilitaram a existência de comunidades discursivas em torno de Escolas e até “igrejinhas”. Mas um fato novo pode ser evidenciado: as produções enunciativas deslocadas das redes sociais para o espaço das mídias jornalísticas digitais, isto é, deslocadas do espaço privado para o espaço público, têm iluminado um espaço de trocas, muitas vezes, fundado na violência verbal em detrimento do diálogo justo e honesto.

⁵ Trata-se de uma construção feita pelo analista do discurso. No quadro de limites espaciais e temporais delimitado pelo gênero do discurso, o analista constitui um *corpus*, selecionando textos e enunciados que “falam” sobre determinado tema que podem centrar-se em eventos, lugares, pessoas e problemas.

⁶ É preciso explicitar nesse ponto a maneira pela qual apreendemos as noções de enunciação, enunciado e enunciador. Em *Análise do Discurso*, a enunciação não se contenta com uma definição, exclusivamente, linguística. Desse modo, em seus trabalhos, Maingueneau aponta para uma clivagem entre o nível local das marcações discursivas (discurso citado, reformulações e modalidades que possibilitam confrontar posicionamentos e caracterizar gêneros de discurso); e o nível global relativo às condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso. Assim, a enunciação é tomada no interdiscurso. O enunciado, por sua vez, consiste na materialização discursiva da enunciação. Por fim, o termo enunciador, conceituado por Antoine Culioli, fora associado por este autor a coenunciador, instância que tomamos como responsável pelo discurso. Estas noções inscrevem a *Análise do Discurso* numa perspectiva enunciativo-discursiva (Cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008).

Em sociedades democráticas, as práticas discursivas são constituídas num espaço social de trocas verbais. As mídias, inscritas na ideia de tecnologia discursiva, tende a ampliar essas trocas verbais, modificando a materialidade discursiva, implicando, como lembra Maingueneau (2015), em novos modos de relações sociais e na construção da subjetividade. Assim, a materialidade discursiva que se encontrava dispersa pode ser aproximada no interior dos *mídiuns*. Com o advento da *internet*, a própria noção de espaço passa a ser ampliada. Nessa senda, os produtores no campo das mídias jornalísticas podem aproximar numa mesma página do *mídiun* posicionamentos em ampla concorrência. Mas, na medida em que esses posicionamentos enfrentam a alteridade de modo odioso, ilumina-se, no espaço social de trocas, um espaço [social] êmico.

A noção de espaço [social] êmico fora postulada pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017). Em sua leitura sobre as estratégias antropeômicas e antropofágicas, propostas por Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Bauman (2001) formula as noções de espaços êmicos e espaços fágicos, qualificando o espaço social.⁷ Para o sociólogo polonês, o espaço êmico, assim como a estratégia antropeômica discutida por Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*, visa a anular a existência física do outro, expelindo-o do corpo social ou apagando a sua subjetividade e identidade. Bauman (2001) cita a deportação, a prisão e o assassinato como uma versão contemporânea da estratégia êmica. Trata-se, portanto, de um espaço social em que as trocas verbais são interincompreensíveis e a existência física do *outro* é insuportável, sendo, pois, desejável seu aniquilamento.

De outra forma, o espaço [social] êmico pode ser observado, no campo da Análise do Discurso, como espaço discursivo êmico. O analista do discurso pode associar espaços discursivos que são espaços de pleno conflito verbal. As práticas discursivas temáticas sobre a maioria penal, o porte legal de armas e a implantação da pena de morte, por exemplo, produzem efeitos de sentido de eliminação e defesa do *outro*, materializando “dispositivos sociais” como as prisões, o assassinato, a condenação, a expulsão. Na contemporaneidade, há formas aperfeiçoadas instituintes dos espaços êmicos que operam pela cisão do espaço social, criando as periferias das cidades de um lado e a seletividade do acesso ao espaço social-civil e a defesa de seu uso, de outro (FERREIRA, 2018). Essas formas podem ser observadas, também, na construção dos discursos. No caso das mídias jornalísticas especificamente, trata-se de uma estratégia na construção da notícia. Em eventos traumáticos, muitas vezes, os

⁷ Os espaços fágicos consistem em espaço de trocas verbais e corporais em que a alteridade se encontra suspensa. Bauman cita os shoppings “centros de compras” como espaço de consumo deslocado do espaço público civil, ali o sujeito seria transformado, na metáfora antropofágica, em consumidor. No presente artigo, trataremos apenas da noção de espaço êmico e espaço discursivo êmico.

produtores de mídias jornalísticas tendem a iluminar um espaço [social] êmico, associando posições enunciativas radicais no espaço de troca verbal.

É bem verdade que o espaço [social] êmico está materializado, muitas vezes, em forma de monumentos culturais e arquitetônicos, desencorajadores do exercício da civilidade.⁸ Esses lugares de memória tendem a apagar a identidade dos sujeitos que ali atravessam. Nesses espaços, cujos “sentidos” não podem ser contestados, há pouca expectativa de se gestar a mutação tecnológica e filosófica, como postulou Santos (2000). De outro modo, no espaço discursivo êmico, o exercício da cidadania é reivindicado no e pelo discurso do poder e da violência. O que está em jogo no espaço discursivo êmico, ao contrário dos espaços [sociais] êmicos, é o fechamento de um posicionamento, a fixação, no espaço discursivo, de uma identidade. O foro do conflito resulta, na maior parte das vezes, em violência verbal contra adversários imaginários. Logo, o que se pretende aniquilar não é o corpo, mas, definitivamente, a própria alteridade.

Para ilustrar esse conceito, recuperamos, aqui, um deslocamento feito pelo jornal *online Diário do Centro do Mundo – DCM*⁹ de uma produção verbal materializada na rede social *Facebook* e atribuída ao juiz Afonso Henrique Castrioto Botelho, da 2ª Vara Criminal de Petrópolis, Rio de Janeiro.

Vejam só uma coisa. As pessoas estão alarmadíssimas como o recado mandado por uma Senadora da República para uma tv (sic) árabe. Alguns viram nisso uma ofensa à lei de segurança nacional; outros, nos quais me incluo, apenas mais uma fanfarronice cafona pra caramba. Mas é um episódio que ilustra bem as desproporções da lei penal brasileira. Essa senhora, ao badalar os sinetes da absurdidade, arrisca o seu mandato e a sua liberdade, pois se chegar a ser julgada pela fanfarra, poderá *ser condenada a longas penas, em reclusão*. Agora, de outro lado, se algum brasileiro indignado lhe der uma *cusparada no meio da fuça, um chute no abundante traseiro, ou uma bela bolacha na “chocolateira”*, num desses aeroportos da vida, responderá no máximo por injúria real ou lesão corporal leve. Em outras acalentadas palavras: pagará uma cesta básica que raramente ultrapassará 80,00 dinheiros, sendo que esta cesta básica será destinada à (sic) uma instituição de caridade, continuando com sua folha penal limpíssima! Numa inspiração livre do conhecido ditado popular, é o seguinte: *quem fala o que quer, toma a cuspada/pontapé nas ancas/tapa nas bochechas que não quer!* Sendo que a consequência é, quando muito, realizar uma caridade forçada e, de quebra, *aliviar a carga dos pecados*. Ai, ai, essa lei brasileira...(DCM, *online*, 2018, ênfases nossas)

O papel social “juiz criminal” na rede social não deveria estar em jogo, já que se trata de um espaço apreendido como privado, isto é, o lugar legítimo de fala do juiz criminal seria o fórum público. Também, não deveria estar em jogo o papel social “cidadão”, pois, conforme

⁸ Bauman considera como espaços sociais desencorajadores do exercício da civilidade não apenas as prisões, mas também aeroportos, rodovias, hotéis, praças sem bancos ou árvores.

⁹ Outros jornais *online* operaram semelhante deslocamento.

argumentou Santos (2000), o exercício da cidadania opera em uma conjuntura que considera a presença e a ação do Estado Nacional, do Estado de Direito e do Estado Social e, na sua própria constituição, não presume a violência física, como propõe o enunciador do discurso em destaque: “[...] se algum brasileiro indignado lhe der uma cusparada no meio da fuça, um chute no abundante traseiro, ou uma bela bolacha na “chocolateira [...]”.

Com efeito, por meio de tal deslocamento, a mídia jornalística digital ilumina, no bojo do interdiscurso, um espaço [social] êmico acerca da temática político-partidária. Como se trata de um papel social de prestígio em nossa sociedade, a função “juiz da 2ª Vara Criminal de Petrópolis” tende a apagar a função “cidadão-usuário da rede social X”, que estaria exercendo seu direito à opinião. Nesse sentido, para iluminar um espaço [social] êmico, é necessário associar não apenas sujeitos legitimados pelo organismo social, mas, igualmente, aqueles que enfrentam a alteridade de forma a aniquilar a palavra do *outro*.

Por esse mecanismo de iluminação, observamos que o espaço [social] êmico e o espaço discursivo êmico se atravessam em toda sua continuidade, mas, para apreendermos o efeito de sentido de tensão e de conflito, é preciso ter em mente que

[...] cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente como o simulacro que dele constrói (MAINGUENEAU, 2008, p. 99-100, ênfase do autor).

Nessa perspectiva, os sujeitos jurídico e ético-moral não poderiam, de modo voluntário, produzir uma polêmica por meio de suas práticas discursivas. Como enfatiza Maingueneau (2008), a condição de possibilidade das posições enunciativas é a interincompreensão recíproca. Dito de outra forma, os discursos são, necessariamente, interincompreensíveis, pois “o discurso não pode interpretar-se a si mesmo, a não ser no modo inefável da coincidência com sua própria competência (‘é exatamente isso!) ou produzindo glosas que decorrem dessa mesma competência [...]” (MAINGUENEAU, 2008). O efeito da polêmica, assim, tem a ver com as condições sócio-históricas e culturais da produção dos discursos. O espaço discursivo êmico é ocupado por posições enunciativas, historicamente, em conflagração ideológica. As mídias jornalísticas digitais, então, procuram mobilizar e associar as identidades sociais em oposição histórica.

Na contemporaneidade, a estratégia de mobilização e associação das identidades sociais fora facilitada pelo advento das tecnologias digitais e, sobretudo, pelo espaço das redes sociais constituído em seu duplo pertencimento: o público e o privado. As redes - como observamos no deslocamento produzido pelo jornal DCM - têm abrigado, em muitos eventos sociais, o discurso do ódio e da violência como um modo de agir no e pelo discurso, no sentido de anular a presença física do *outro*: “essa senhora, [...] a sua liberdade, [...] se chegar a ser julgada pela fanfarra, poderá ser condenada a longas penas, em reclusão [...]”, e, também, seu direito ao livre pensamento “[...] quem fala o que quer, toma a cuspidinha/ponta-pé nas ancas/tapa nas bochechas que não quer!”. Em última instância, o discurso do ódio e da violência tende a extinguir o direito à palavra.¹⁰

As mídias jornalísticas digitais, sob a égide da denúncia e da ubiquidade, têm usado os recursos fornecidos pelas tecnologias digitais para, de um lado, ampliar as práticas discursivas noticiosas, deslocando-as no interior dos *mídiuns* e, de outro, iluminar os sujeitos jurídico e ético-moral que ocupam espaços enunciativos legitimados e prestigiosos na sociedade brasileira. Com efeito, um espectro denunciativo atravessa o organismo social, pondo luz nos discursos que apenas se legitimavam na forma de apagamento.

As redes sociais como fontes noticiosas: a construção de espaços discursivos êmicos

Configuração 1¹¹

E1 O assassinato de Marielle Franco. (2) (*sic*) Muitos estão questionando o porquê da comoção nacional e internacional diante da morte da vereadora, que seria mais uma vida ceifada ao lado de milhares de muitas outras. Ocorre, porém, que o grande destaque do que está por trás deste crime. De um lado uma lutadora dos direitos humanos (*sic*) e líder de uma população sofrida e, de outro, a bandidagem que por ela se sentia ameaçada. É difícil imaginar que não se justifica a comoção nacional e internacional. A imprensa é livre, escrevam, pois, criticando o mundo inteiro.

E2 A questão é que a tal Marielle não era apenas uma “lutadora”; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu “compromissos” assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa “longe da favela” sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora, mas temos certeza de que comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é “mimimi” (*sic*) da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro.

Fonte: Folha de São Paulo

¹⁰ Nesse caso em particular, verificou-se que a incitação ao ódio e à violência, e as práticas verbais ofensivas ditas por um juiz criminal não tinham outro fundamento, senão, a oposição político-ideológica-partidária. O vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, determinou o arquivamento de representação apresentada pelo deputado federal Major Olímpio contra a senadora Gleisi Hoffmann. Mariz Maia argumenta que a fala da senadora é um discurso político, em legítima manifestação de seu pensamento e de sua opinião. Segundo o vice-procurador, a manifestação da senadora “não caracteriza conduta típica, punível e culpável, em nenhuma das inúmeras hipóteses veiculadas nas normas supra transcritas”.

¹¹ A noção de Configuração é entendida como discurso, trata-se de posicionamentos associados no espaço discursivo que fora isolado pelo analista do discurso. Essas Configurações podem apresentar-se “prontas” ou podem ser construídas na construção do *corpus*, como propôs Ferreira (2018).

A Configuração 1 revela uma das formas-dispositivo pelas quais dissemina *fake news* por meio do sujeito-usuário de rede social. Mas é preciso observar que as mídias jornalísticas digitais e, no caso da Configuração 1, um jornal impresso e digital de grande potencial de circulação, respeitam critérios para a construção da notícia, seja em sua forma tradicional, seja em sua forma “printar” práticas discursivas da rede social. Os critérios, assim, consistem na composição de um acervo de informações; de um espaço temático apresentado como novidade; de uma fonte que apresente elementos novos. Não obstante a isso, outros critérios são acionados. O sujeito-usuário da rede social, marcado como enunciador 2, possui, na sociedade brasileira, um papel social de prestígio. Por isso, o sujeito-usuário-cidadão “comum” que opina na rede social é apagado, para dar lugar à função “servidor público da alta corte”. Portanto, é desse lugar social do campo jurídico que o coenunciador-leitor recebe, por meio do *mídiun*, o discurso da violência, do ódio, da maledicência. Trata-se, portanto, de critérios fundados nas noções de autoridade, auralidade, papel social, estereótipo e *ethos*.

O diálogo da Configuração 1 foi deslocado do espaço privado da rede social e materializado pelo *mídiun* jornalístico. De certo, ofensas e acusações semelhantes já vinham ocorrendo no caso da morte da vereadora Marielle Franco. Mas, agora, interessa materializar a voz de um sujeito que deveria proteger a Constituição, defender os direitos humanos e, sobretudo, não proceder a juízos de valor, estando ou não no exercício de sua função no campo do juízo criminal. Serejo (2011) apresenta uma instigante contribuição ao comentar sobre o Código de Ética da Magistratura Nacional. No capítulo *Integridade pessoal e profissional*, o autor apresenta Artigos do Código de Ética e os comenta. Destacamos dois Artigos, em seguida, os comentários de Serejo.

Art. 15. A integridade de conduta do magistrado fora do âmbito estrito da atividade jurisdicional contribui para uma fundada confiança dos cidadãos na judicatura.

Art. 16. O magistrado deve comportar-se na vida privada de modo a dignificar a função, cõnscio de que o exercício da atividade jurisdicional impõe restrições e exigências pessoais distintas das acometidas aos cidadãos em geral.

A integridade, aqui apontada, corresponde à totalidade da conduta do juiz, ao conjunto de suas ações, seja na vida privada, seja no exercício da atividade jurisdicional.

[...]

A vida privada de um magistrado, a princípio, pode escapar da vigilância do Poder Judiciário. Entretanto, é difícil separar esses dois momentos da sua existência. Por exemplo, numa comarca interiorana, todos observam a vida do juiz como autoridade maior da cidade. Se ele vive bêbado, se protagoniza escândalos domésticos, se tem vida extraconjugal dissimulada ou ostensiva etc., tudo é do conhecimento da comunidade. Nesse ponto, não há como falar-se de sua liberdade como cidadão, de viver como entende e como lhe aprouver, pois o magistrado é alguém que, necessariamente, deve ter uma vida exemplar, sem ser preciso santificar-se numa redoma (SEREJO, 2011, p. 51).

Essas orientações estão relacionadas à conduta desses servidores públicos. Espera-se desses sujeitos uma conduta ética, exibidora de valores como a boa fé, que são princípios indispensáveis para uma vida plena e democrática no corpo social (FERREIRA, 2018) e, em particular, “uma fundada confiança dos cidadãos na judicatura” (SEREJO, 2011, p. 51).

Mas as normas não inviabilizam as práticas nocivas. Por isso, sujeitos-usuários das redes sociais são particularizados pela função sócio-profissional que exercem na sociedade. Na condição do anonimato, as práticas discursivas nocivas ao *outro* sofrem deslocamentos que apagam a suas identidades. Observamos, assim, *webmanchetes* como < “a internet” não perdoa>, <as “redes sociais” são odiosas>. ¹² Ora, a discussão poderia se expandir no sentido de inferir que tanto a *internet* como as redes sociais são tecnologias estereis sem os sujeitos-usuários e, embora contribuam para disseminação do ódio e da violência, suas condições de possibilidade são constitutivas das condições sócio-históricas da sociedade contemporânea. O apagamento ou a iluminação dos sujeitos do discurso não provocam a mutação ética ou filosófica ora em gestação (SANTOS, 2000), ao contrário, evidenciam o arrefecimento do diálogo e a luta no campo do poder.

O mecanismo do deslocamento no campo das mídias digitais opera para que o produtor-jornalista não precise de se preocupar com o problema da ética. A captura não autorizada da fala, a publicação do pensamento inconfessável, as fotos comprometedoras: tudo isso requer certos esforços com possíveis consequências: processos judiciais, desconfiança da fonte de informação, perseguição a jornalistas, censura à liberdade de imprensa.

Nas redes sociais, ao contrário, é improvável a descoberta “do primeiro *print*” e bastante difícil de controlar sua circulação. Por isso, na maioria dos casos, há a retratação de sujeitos “públicos” por meio da própria rede.

[...] Ignora-se a história, falseia-se... [...] a Internet tem coisas maravilhosas, mas há algo que é novidade: pela primeira vez a imbecilidade está organizada. Sempre houve imbecilidade; imbecis iam ao bar, tornavam públicas as suas imbecilidades, mas é agora que se organizam, com grande capacidade de contágio. E há um problema agregado: as pessoas se intimidam diante de internautas exaltados e se desculpam sem motivos. E as pessoas sofrem represálias. É truculência. E não há melhor forma de a truculência triunfar do que se intimidando e se amedrontando [...] (MARIAS, 2015, [El País, *online*, 2017]).

¹² Essas *webmanchetes* são apenas uma simulação que produzimos por meio de outras as quais observamos. Com elas, queremos dizer que o sujeito responsável não está subjetivado, mas objetivado por uma materialidade técnica.

No entanto, a retratação apenas confirma a condição de armadilha das redes sociais. Na Configuração 1, a mídia jornalística “printou” um suposto diálogo entre dois interlocutores. Trata-se de uma conversa na rede social. O enunciador 1 traz à luz a repercussão e comoção causadas pela morte da vereadora Marielle Franco, evidenciando não apenas o assassinato, mas a estratégia êmica de enfrentar a alteridade. “De um lado uma lutadora dos direitos humanos (*sic*) e líder de uma população sofrida e, de outro, a bandidagem que por ela se sentia ameaçada” (E1).

Os itens lexicais <lutadora> e <bandidagem> são promissores para engatilhar a prática discursiva caluniosa e violenta do enunciador 2 “A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’; ela estava engajada com bandidos!” (E2). O enunciador 2 passa a construir, no bojo do interdiscurso, um efeito de sentido de desqualificação da militância político-ideológica de Marielle Franco. O espaço discursivo êmico passa a ser ocupado, em primeiro lugar, por práticas discursivas de apagamento do sujeito que fala do lugar do militante, do negro, do político, da mulher, do morador de favela, do homossexual.¹³ O item lexical <tal>, preposto ao primeiro nome da vereadora, produz um efeito de sentido pejorativo e desdenhoso, indicando, desde já, o tom da voz do enunciador e o seu lugar de fala. “A questão é que a tal Marielle [...]” (E2).

Doravante, o espaço discursivo êmico, no momento da enunciação, constitui-se, como é esperado, não apenas por formas discursivas de apagamento da identidade. É necessário, então, expulsar o outro e recusar outras formas de enfrentamento da alteridade. Dessa maneira, o enunciador 2 faz coincidir um mundo sem justiça com a mobilidade social e política do *outro*. Esse modo de mobilização da posição enunciativa a qual se pretende anular no e pelo discurso tem um efeito paradoxal, que fora captado pelas mídias jornalísticas.

O sujeito que prestigia e aceita formas de justiça à margem do Estado de direito, isto é, reconhece e legitima a justiça “feitas pelas próprias mãos aos inimigos” é o mesmo sujeito que deveria proteger a Constituição e defender o Estado democrático de direito. “Ela, mais do qualquer outra pessoa ‘longe da favela’ sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso” (E2). Esse paradoxo ou anomalia tem o direito de ser objeto de notícia, pois a notícia precisa ter um estatuto de novidade. No entanto, a anomalia consiste na posição-sujeito de quem fala. O enunciador 2 fala do lugar da “desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro”, pois sua fala foi deslocada do espaço da rede social e materializada no espaço público das mídias, atestando, assim, seu duplo pertencimento. Logo, as mídias jornalísticas levam em conta, para produzir o

¹³ Esses lugares já estavam marcados no interdiscurso em torno da “entidade” Marielle Franco.

deslocamento, a autoridade do sujeito e sua função social - que no lugar onde fala o enunciador 2, digna de prestígio da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, outra questão se sobrepõe. O enunciador 2, de outro modo, produz práticas discursivas desqualificadoras da instituição da qual se legitima, no caso o judiciário brasileiro. Ora, não podemos, assim, associar as práticas discursivas ofensivas e violentas do enunciador 2 apenas a classes sociais. Os espaços da enunciação supõem uma comunidade discursiva e um lugar social. Desse modo, o sujeito, na Configuração 1, não poderia ser um usuário anônimo da rede social¹⁴, pois o efeito de sentido seria banal, em termos de: a sociedade é violenta, preconceituosa, racista, homofóbica etc. Não que isto não seja um problema, mas as mídias jornalísticas operam de outra forma, isto é, pela condição socio-profissional ocupada pelo sujeito do discurso.

Diante disso, o sujeito e o discurso, na Configuração 1, não são independentes. Como argumenta Maingueneau (1997), as instituições, os sujeitos/objetos e os enunciados em circulação emergem de modo concomitante. Logo, “a instituição não é secundária em relação a uma realidade que ela se contentaria em formular de acordo com certos códigos” (1997. p. 55). Em última instância, a responsabilidade enunciativa no interior do espaço discursivo êmico construído pode ser compartilhada entre o papel social daquele que enuncia e a instituição que o legitima.

[Marielle] “Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores” (E2). No espaço discursivo êmico, o que está em jogo, como já dissemos, é a anulação da voz do outro, o extermínio completo do seu lugar de fala. Mas este mecanismo no e pelo discurso sofre resistências no próprio espaço construído. As resistências não apenas mobilizam discursos no campo político-ideológico, mas no campo da justiça, da imprensa, da opinião do leitor, isto é, na opinião pública que vai sendo, historicamente, construída.

O enunciador 2 reverbera signos político-ideológicos que já estão marcados na sociedade brasileira. “Qualquer outra coisa diversa é “mimimi” (*sic*) da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro” (E2). No entanto, a sua prática discursiva mobiliza mais que reclamações (“mimimis”), ela mobiliza formas de enfrentar a alteridade do sujeito que ouse a se engajar politicamente. “A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora, mas temos certeza de que comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim”. Em outras palavras, “a verdade que jamais saberemos” oculta

¹⁴ Essa afirmação consiste em notar que as práticas violentas ditas por sujeitos legitimados na sociedade brasileira já circulavam em forma de *fake news* nas redes sociais. O lugar de juiz de direito, de delegado, de médico, de deputado etc., constroem espaços discursivos êmicos no interior do Estado democrático de direito.

formas de ameaça e violência, numa sociedade que tenta excluir o direito legítimo da participação política e democrática no campo social.

Passamos, agora, para a Configuração 2.

Configuração 2

[E1] Quem mandou matar Marielle e Anderson? Hoje faz 22 dias e ainda não temos resposta. Queremos justiça!

[E2] Em primeira ou segunda instância, sua vaca?

Fonte: G1

Na Configuração 2, a mídia jornalística digital se utilizou do mesmo mecanismo da configuração anterior. Mas trata-se, agora, de um *print* tirado da rede social chamada *Twitter*. Os produtores-jornalistas deslocaram um *post* produzido pela jornalista e política brasileira Manuela D'Ávila, pré-candidata à presidência da República pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Neste *post*, há uma resposta “indesejada”, configurando uma violência verbalizada. Isto é possível porque essa rede social admite seguidores. Nesse caso, podemos inferir a existência de uma perseguição (política, ideológica, de crenças), pois um usuário decide seguir outro usuário da rede social apenas para ofendê-lo.

O fato de um *post* ser material para a construção da notícia pode ser atribuído, de um lado, à violência verbal do enunciado-resposta e, de outro, ao sujeito-usuário possuir uma função social de prestígio na sociedade. Trata-se, de fato, do médico Marcelo Folgierine do Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre. A mídia jornalística digital operou, dessa forma, o mesmo procedimento, qual seja: deslocou o enunciado de seu espaço privado de fala para o espaço público de fala, ressaltando que o supracitado médico fora afastado depois de suas funções.¹⁵

Acontece que, na Configuração 2, não há qualquer debate, tampouco desrespeito à diversidade de opinião, pois, em primeiro lugar, o enunciador 1 não emite uma opinião, mas uma cobrança das autoridades competentes. “Quem mandou matar Marielle e Anderson? Hoje faz 22 dias e ainda não temos resposta. Queremos justiça! (E1). Em segundo lugar, a resposta do enunciador 2 é invasiva e produz um efeito de sentido de intervenção na fala do *outro*: “Em primeira ou segunda instância, sua vaca?” (E2). Com isso, o enunciador 2 materializa no e pelo discurso uma violência e ofensa gratuitas. Nesse sentido, como argumenta Maingueneau (2008, p. 99), “o espaço discursivo define um processo de interincompreensão generalizada”. De outra forma, a

¹⁵ O Hospital Mãe de Deus afastou o profissional por entender que ele desrespeitou a diversidade de opiniões.

violência verbal materializada no discurso do enunciador 2 não pode ser tratada de modo separado da instituição que o legitima, tampouco das condições sócio-históricas e culturais da sociedade brasileira.

O enunciador 1, na medida em que mobiliza o tema da morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, no tocante à demora das investigações, fala do lugar do cidadão que reclama da morosidade da investigação criminal. “Queremos justiça!” (E1). Podemos observar aí uma cena de fala positiva, contida na memória social daqueles que pedem, num Estado democrático de direito, justiça, respeitando a Constituição que fundamenta este Estado. Ou seja, o item lexical <nós>, ao ser incluído no ato de pedir justiça, produz um efeito de sentido de coletividade no corpo social. É um <nós> que pede justiça e não a candidata do partido X. No entanto, o enunciador 2 evoca outro discurso: “Em primeira ou segunda instância” [...] (E2).

Ora, é preciso considerar nesse ponto as condições sócio-históricas e culturais no que diz respeito à sua dimensão discursiva, ou seja, no que se refere à dimensão histórica-memorial recente na política brasileira. Trata-se do pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Supremo Tribunal Federal-STF, a qual procurava evitar a prisão de Lula, condenado a 12 anos e 1 mês de prisão pelo Tribunal Regional Federal - TRF-4, em segunda instância. No dia 4 de abril de 2018, o STF rejeitou por 6 votos a 5 o pedido de *habeas corpus* preventivo e, dessa forma, autorizou a prisão do ex-presidente. Porém, antes da votação propriamente dita, houve um intenso debate na sociedade brasileira acerca da legitimidade do pedido. Na mídia brasileira, discursos dos campos religioso, militar, político, jurídico, artístico mobilizaram seus intermediários.

Nesse cenário, o enunciador 2 invade o campo do <nós>, onde se inscreve o enunciador 1, para expulsá-lo do direito de exigir solução das autoridades competentes. Aliás, o enunciado “Em primeira ou segunda instância, sua vaca?” (E2), embora não vise ao diálogo - uma vez que a exigência do enunciador 1 baseia-se no direito do esclarecimento de um crime - mobiliza, no quadro do interdiscurso, o discurso da justiça, em particular, da noção de justiça. Nota-se, com isso, que o espaço discursivo êmico visa a anular a voz do *outro* particularizado, não a voz do <nós>, como revela o aposto: “[...] sua vaca? [...]”. Contudo, o *outro* representa um lugar de fala, um posicionamento/identidade político-ideológico, a princípio, veementemente, recusado pelo enunciador [2].

É bom lembrar que o espaço social - Rio de Janeiro - onde ocorreu o crime, assim como em muitas outras cidades, tende a ser tomado como um espaço [social] êmico. Mas nesse espaço, o *outro*, em sua maioria, possui determinada etnia, classe social, gênero e, às vezes, inclinações político-ideológicas contundentes, como lembrou o enunciador 2 na

Configuração 1. “[...] mas temos certeza de que comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim” (E2). Logo, a iluminação do espaço social êmico tem sido um mecanismo que, de um lado, denuncia as práticas discursivas odiosas e, de outro, promove um arrefecimento do debate democrático e, em última instância, evidenciam a derrocada no enfrentamento da alteridade.

Nos últimos tempos, as redes sociais têm produzido, em suas relações de confronto, não apenas práticas discursivas maledicentes e falaciosas, mas também espaços discursivos êmicos onde o discurso da violência verbal surge como signo história recente da política partidária brasileira.

Considerações finais

O texto da Configuração 1 “deu vazão”, por assim dizer, aos ataques, no campo mais aberto das mídias digitais, a vereadora Marielle Franco - mas não a Anderson Gomes.¹⁶ Contudo, as chamadas “correntes” de *WhatsApp* vinham disseminando *fake news* desde as primeiras horas, depois do assassinato. É bem verdade que a maior parte dos sujeitos-usuários passa essas correntes - informações duvidosas - sem checar a sua veracidade. Isso funciona muito bem neste campo, porque, de fato, o usuário “comum” de redes sociais não tem o hábito, tampouco se sente obrigado a investigar se aquilo que lê é ou não verídico. Contudo, nesse processo, esse sujeito-usuário assume duas funções sociais no mecanismo da comunicação.

Repassando informações duvidosas, o sujeito-usuário, sem o ter em conta, também assume a autoridade do discurso a que aderiu, mesmo que ignore a responsabilidade sobre a materialidade discursiva que ajudou a disseminar. A primeira função, então, pode ser pensada na de um autor-responsável, paradoxalmente, acrítico e manipulável no organismo social.¹⁷ A segunda função desse sujeito-usuário pode ser tomada no campo da construção do efeito verdade.

Na frase, “uma mentira contada mil vezes, torna-se verdade”, atribuída a Joseph Goebbels (1897-1945)¹⁸ observamos dois movimentos na prática das “correntes” maliciosas. A função social do autor-responsável se correlaciona à função de um dispositivo. O sujeito-usuário, que repassa sem conferir a veracidade das informações, é tomado como um dispositivo no campo da estrutura virtual das redes. Ele faz ressoar “boatos”, violências verbais, ofensas e ódios gratuitos. Essas práticas, quando

¹⁶ Não esquecemos, tampouco banalizamos a vida de Anderson Gomes, morto no mesmo atentado à Marielle Franco. Aliás, as homenagens são, em sua maioria, feitas aos dois: Marielle, presente! Anderson, presente! Mas queríamos focar o aspecto político-ideológico-partidário da violência física e verbal sofrida pela vereadora carioca. Pelas questões que foram aventadas neste artigo, observamos que ódio e a violência verbal tinha Marielle como alvo.

¹⁷ De certo, esse fenômeno não é exclusivo do Brasil.

¹⁸ O alemão, Paul Joseph Goebbels, ocupou o cargo de Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 e 1945, ano de sua morte.

possuem algo de novidade, são cooptadas pelas mídias digitais e, muitas vezes, reverberam na grande imprensa, cuja abrangência e credibilidade são amplas.

Todavia, as funções do sujeito-usuário de rede social, que repassa informações malévolas, odiosas e falsas, mesmo nocivas à democracia, não são exclusivas da sociedade contemporânea. De fato, essas funções sempre existiram. Acontece que, com a mutação das tecnologias da informação e da comunicação e, depois, com sua descentralização geográfica, econômica e social, as informações se multiplicaram e passaram a circular de modo vertiginoso, instituindo outros gestos de leitura no polo da recepção. Dessa maneira, o efeito verdade, por meio da “mentira contada mil vezes” tem sido mais efetivo na “sociedade da informação”.

Soma-se a isto um ponto importante: o sujeito-usuário acrítico e passível de manipulação não tem especificidades, ou seja, não são apenas sujeitos sem instrução - semi-analfabetos (o povo!) - que servem de dispositivos para mediar violências verbais ou mentiras. As Configurações 1 e 2 visaram a salientar que sujeitos-usuários com alta instrução, muitas vezes, servem, também, de dispositivos. Por isso, como alertou Bauman (El País, *online*): “as redes sociais são uma armadilha”.

Independente de sabermos que navegamos em mares temerários, não estamos salvaguardados de encontrarmos a nós mesmos no epicentro de uma tempestade. Logo, não estamos livres, na sociedade contemporânea, de encontrarmo-nos em espaços êmicos, cujo único objetivo é a eliminação do corpo e da voz do *outro*.

Fica, então, o convite ao diálogo.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. As redes sociais são uma armadilha. **El País**. Entrevista concedida em debate em Burgos, Espanha. 09 jan. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html> Acesso em: 09 jan. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2.ed. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.

DESEMBARGADORA que ligou Marielle ao tráfico diz que não se arrepende, mas diz que foi precipitada. **Folha de São Paulo**. 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/desembargadora-diz-nao-se-arrepende-de-declaracao-sobre-marielle.shtml>> Acesso em: 29 abr. 2018.

FERREIRA, Anderson. **Leitura, discurso e contemporaneidade: a negociação dos efeitos de sentido no espaço digital**. 2018. 285 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANCO, Marielle. **UPP: A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, 2014.

JUIZ sugere que “algum brasileiro” dê “cusparada no meio da fuça” ou “chute no abundante traseiro” de Gleisi. **DCM** 23 abr. 2018. Disponível: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/juiz-sugere-que-algum-brasileiro-de-cusparada-no-meio-da-fuca-ou-chute-no-abundante-traseiro-de-gleisi/>> Acesso: 24 abr. 2018.

MÉDICO de hospital de Porto Alegre é afastado após postar ofensas a Manuela D'Ávila nas redes sociais. **G1**. 06 abr. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/medico-de-hospital-de-porto-alegre-e-afastado-apos-postar-ofensas-a-manuela-davila-nas-redes-sociais.ghtml>> Acesso em: 07 abr. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso.** 3.ed. Tradução Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Gênese dos discursos.** Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Discurso e análise do discurso.** Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MARÍAS, Javier. A internet organizou a imbecilidade pela primeira vez. **El País** Disponível <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/24/cultura/1443105759_175114.html?rel=mas>. 01 out. 2015. Acesso em: 04 jan. 2017.

NASCIMENTO, J.V.; GERALDO, D. A manifestação da misericórdia pela palavra. In: Jarbas Vargas Nascimento. (Org.). **Misericórdia e vida acadêmica.** 1.ed. São Paulo: Educ, 2016, v. 1, p. 133-147.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Gestos de leitura: da história no discurso.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010, pp. 49-59.

PINHO, Osmundo de Araújo. Voz ativa: rap – notas para leitura de um discurso contra-hegemônico. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 67-92.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Record, 2000.

SEREJO, Lourival. **Comentários ao código de ética da magistratura nacional.** 1.ed. Brasília, DF: ENFAM, 2011.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente.** Tradução Hossein Shooja e Isabel Santos. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

Artigo recebido em: 09/05/2018.

Artigo aceito em: 03/08/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.

PERCEPÇÕES E ATITUDES DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM FRENTE À VIOLÊNCIA OCUPACIONAL: UM ESTUDO LINGUÍSTICO NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Anúbes Pereira de Castro*
Gdeane Constantino de Almeida**
Marcus Vinícius Freitas Mussi***

Resumo: Pesquisas sobre violência ocupacional têm sido recorrente alvo de estudos no ambiente acadêmico. Neste contexto, objetivamos investigar percepções e comportamentos de profissionais de enfermagem do alto sertão da Paraíba frente à violência física e/ou psicológica sofrida(s) em decorrência da sua ocupação profissional. Escolhemos como objeto de pesquisa os discursos de duas enfermeiras e de dois técnicos em enfermagem acerca de violências ocupacionais sofridas. O contexto é o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de São José de Piranhas, no alto sertão paraibano. Como aporte teórico, adotamos a dimensão das Políticas Linguísticas. Nessa pesquisa de cunho qualitativo, o estudo exploratório foi utilizado como ferramenta de coleta de dados, assim como a entrevista semiestruturada com questões objetivas e dissertativas com profissionais de enfermagem. Os discursos revelaram violências de caráter físico e psicológico – sendo essa bem mais recorrente do que aquela, com os acompanhantes de pacientes e gestores do SAMU os principais agentes infratores. Os discursos revelaram percepções de violências de caráter físico e psicológico – sendo esta muito mais recorrente do que aquela – e, no entanto com atitudes frente a essas violências sofridas mais divergentes. Isso ocorreu principalmente em decorrência do vínculo empregatício que os participantes possuíam junto à instituição, e à falta de conhecimento do funcionamento do SAMU por parte da população em geral.

Palavras-chave: Políticas linguísticas. Violência ocupacional. SAMU.

Abstract: Researches on occupational violence have been recurring target of studies in the academic environment. In this context, we aim to investigate the perceptions and behaviors of nursing professionals from the high backwoods of Paraíba in the face of physical and/or psychological violence suffered as a result of their professional occupation. We chose as research object the discourses of two nurses and two nursing technicians about occupational violence suffered. The context is the Mobile Emergency Service (MES) of São José de Piranhas, in the high backwoods in Paraíba. As a theoretical contribution, we adopted the dimension of Linguistic Policies. On this qualitative character research, the exploratory study was used as a data collection tool, as well as the semi structured interview with objective and dissertative questions with nursing professionals. The speeches revealed physical and psychological violence – being this one much more recurrent than that –, although with attitudes towards this violence suffered more divergent. This happened mainly due to the

* Professora da Unidade Acadêmica de Enfermagem da Universidade federal de Campina Grande/UFCG, Doutora em Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, anubes@bol.com.br

**Enfermeira especialista em Cardiologia e Nefrologia pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, gdeanealmeidacz@gmail.com.

***Professor da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, doutorando em Linguística aplicada e práticas sociais pela Universidade Federal da Paraíba, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, marcusmussi@gmail.com.

employment relationship that the participants had with the institution, and the lack of knowledge of the MES operation by the population in general.

Keywords: Linguistics Policies. Occupational violence. SAMU.

Introdução

Pesquisas acerca de violência sofrida por profissionais de enfermagem têm sido um proveitoso campo de investigação no país, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Violência e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CNPq). Dentre eles estão as pesquisas que investigam a violência ocupacional, tema que iremos discutir a partir de agora.

Primeiramente é importante deixarmos claro que entendemos saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1976, p.1, tradução nossa). Já “a violência pode ser definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade” (OMS, 2002, p.3) e violência ocupacional como sendo aquelas sofridas em decorrência da ocupação profissional. Além disso, partimos do pressuposto de que violência ocupacional é um problema de saúde pública multicausal enfrentado por trabalhadores.

Assim, profissionais de enfermagem¹ que estão em contato direto com pacientes e seus familiares são alvos de constantes agressões, sujeitos a comportamentos ofensivos como assédio moral entre outros tipos de violência (BRASIL, 2015). Esse cenário hostil pode “resultar, ou tem alta probabilidade de resultar, em morte, lesão, dano psicológico, alterações do desenvolvimento ou de privação”. (OMS, 2002 p.3).

Considerando o contexto do alto sertão da Paraíba, o objetivo geral aqui é investigar percepções e comportamentos de profissionais de enfermagem do alto sertão paraibano frente à violência física e/ou psicológica sofrida(s) em decorrência da sua ocupação profissional. E para alcançarmos tal objetivo, realizamos a principal pergunta de pesquisa: como profissionais de enfermagem percebem e reagem frente a violências ocupacionais sofridas? Já como objetivos subsidiários, buscamos especificamente identificar os tipos de violências sofridas por eles.

Nesse sentido, a partir de uma análise linguística de profissionais de enfermagem, este trabalho se torna significativo pelo fato de contribuir para as relações interpessoais de sujeitos

¹ Nos referimos a enfermeiros e técnicos em enfermagem.

que vivenciam o contexto de violência em serviços de saúde, bem como pelo seu caráter constitutivo para produção do conhecimento.

Dessa forma, organizamos este trabalho com uma breve discussão acerca da metodologia, que é de caráter qualitativo/interpretativista e seus instrumentos de coleta de dados. Em seguida, apresentamos o modelo de política linguística de Spolsky (2004; 2009, 2012), como lente de análise. E por fim, analisamos o objeto desta pesquisa, seguidos dos resultados.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória² de cunho qualitativo³, cujo intuito é o de estudar e iluminar questões sobre violência ocupacional, observadas frequentemente em serviços de saúde, por exemplo. Concomitante, adotamos a entrevista como instrumento de coleta⁴ de dados para investigarmos, através de uma análise linguística, os discursos de profissionais de enfermagem frente a violências ocupacionais sofridas ou observadas. De acordo com Hornberger (2015, tradução nossa) a análise pode ser realizada por meio “estatístico, experimental, etnográfico, linguístico, e abordagens de análise discursiva e suas variações”. Dessa forma, é preciso fazer escolhas acerca dos métodos a serem utilizados na pesquisa. (Hornberger, 2015, p.9).

Com base no objetivo principal que é *investigar percepções e comportamentos de profissionais de enfermagem do alto sertão paraibano frente a violências ocupacionais*, foram eleitos como procedimentos de coleta/geração de dados de cunho qualitativo: estudo exploratório, e entrevista semiestruturada⁵.

2.1 Instrumentos de coleta/geração de dados e pesquisa qualitativa

Nessa subseção vamos apresentar sequencialmente, o instrumento de coleta de dados e de geração de dados adotados. Em seguida, discorreremos de forma bem genérica sobre o caráter quantitativo e qualitativo de pesquisas científicas, justificando nossa escolha pela segunda.

No que concerne aos instrumentos de coleta de dados, adotamos a pesquisa exploratória, uma vez que através dela podemos observar o contexto com maior proximidade,

² Estudo realizado no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de São José de Piranhas, através de entrevista semiestruturada aplicada a Enfermeiros e Técnicos em enfermagem.

³ Em outras pesquisas é possível encontrar termos como interpretativista para se referir à pesquisa qualitativa.

⁴ Adotamos o termo *geração* pelo fato de que os dados não existiam antes da aplicação da entrevista, sendo, portanto, gerados a partir do referido instrumento metodológico (entrevista). E o termo *coleta* para nos referir ao procedimento exploratório, uma vez que os dados já existiam e foram apenas coletados.

⁵ Entrevista com perguntas preparadas, mas com flexibilidade para adaptações durante sua aplicação.

formular problema de pesquisa e hipóteses com maior precisão, e apontar prováveis obstáculos (THEODORSON E THEODORSON 1970, p. 142). Nesse primeiro contato, escolhemos ainda a instituição de saúde a ser pesquisada (SAMU-São José de Pianhas-PB), para em seguida coletar o consentimento formal da instituição para a realização da pesquisa. Além disso, nessa fase foram escolhidos os participantes (dois técnicos de enfermagem e dois enfermeiros) com base nos critérios de inclusão e exclusão, como explicaremos mais detalhadamente adiante.

Já para a pesquisa propriamente dita aplicamos entrevista semiestruturada com instrumento de geração de dados, composta de perguntas fechadas e abertas, com quatro participantes profissionais de enfermagem, sendo duas enfermeiras assistenciais e dois técnicos em enfermagem. Essa ferramenta se deu com o propósito de coletarmos *corpora* com concepções acerca de violência ocupacional. Se por um lado existe um certo quantitativo, ressaltamos que tanto os procedimentos quanto os instrumentos metodológicos foram usados em função de uma pesquisa de caráter qualitativo.

A pesquisa de cunho qualitativo se apresenta em oposição ao positivismo. “Enquanto a tradição positivista adotou a posição de objetividade, neutralidade e desinteresse” a pesquisa qualitativa “se engaja em assuntos relacionados a desigualdade de poder, diferenças de valor e posição do sujeito” (CANAGARAJAH e STANLEY, 2015, p.34, tradução nossa). Nesse sentido, se apresenta de forma coerente visualizarmos nosso objeto de pesquisa por essa lente, sobretudo por se tratar de poder e valores relacionados a determinados sujeitos.

2.2 Instituições de saúde no alto sertão paraibano: contexto e participantes

Vimos, portanto, que além de nos afastarmos da objetividade e neutralidade, nossa posição metodológica está pautada na compreensão do sujeito. E apoiados nessa concepção, apresentaremos nessa subseção o local que envolve os sujeitos participantes e os critérios de inclusão e exclusão na seleção de seu perfil.

O local escolhido para a pesquisa foi a Unidade de Suporte Básico de Vida do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SBV-SAMU), localizada na cidade de São José de Pianhas - PB, microrregião de Cajazeiras, no alto sertão paraibano. Este contexto foi escolhido basicamente por dois motivos: o fácil acesso aos participantes e a pouca visibilidade dada à essa região, que parece viver às margens do desenvolvimento das pesquisas acadêmicas.

Dessa forma, classificamos os participantes, entre outros fatores, a partir de critérios de inclusão e exclusão, tais como seguem. Como inclusão, temos: enfermeiros e técnicos em enfermagem que realizam assistência direta ao paciente com vínculo empregatício por meio

de contrato trabalhista com ou sem a aprovação em concurso público. Como critério de exclusão: profissionais de enfermagem que não realizam assistência direta ao paciente, assim como os ausentes por férias, licença médica ou licença prêmio.

Em suma, apresentamos, assim, as escolhas metodológicas, a saber: estudo exploratório enquanto coleta de dados; entrevista semiestruturada enquanto instrumentos de geração de dados desta pesquisa qualitativa; e a caracterização do contexto e dos sujeitos, os quais demos vozes neste trabalho. E passaremos agora para a exposição das escolhas teóricas em Políticas Linguísticas.

Fundamentação teórica

Políticas Linguísticas (PPL)

Políticas Linguísticas, doravante PPL, está inserida na área de estudos da Linguística Aplicada que, por sua vez, é essencialmente interdisciplinar. Neste contexto, julgamos útil usarmos um modelo de análise linguística de Spolsky enquanto lente de investigação de discursos na área de enfermagem, caracterizando esse trabalho como útil a ambas as áreas envolvidas.

As primeiras pesquisas em PPL surgem na década de 1960 pautado no modelo binário política e planejamento, passando “lentamente, do teórico ao militante” (CALVET, 2007, p.36). Desde então, muitas mudanças ocorreram nesta área, seja por influência da ideia de língua, seja por buscar responder a demandas sociais de sua época. Dentre os construtos teóricos possíveis para nossa análise, elegemos os de Spolsky (2004; 2009), cujo modelo teórico se refere basicamente às práticas, crenças e gestão da língua.

Neste sentido, já deixamos claro, de antemão, que não comungamos da concepção de que a língua é neutra e, portanto, os discursos sempre permeiam questões políticas, ideológicas, sociais, entre outras. Com base nessa perspectiva, serão explicitados, especificamente, “três componentes descritíveis inter-relacionados, mas independentes – práticas, crenças e gerenciamento” (SPOLSKY, 2009, p.4). Segundo Spolsky (2004), as práticas se referem às escolhas que os sujeitos fazem, mais ou menos conscientes, de sua variedade lexical, por exemplo. Já as crenças, para ele, remetem aos valores que as línguas, suas variedades ou variantes assumem. E o gerenciamento linguístico é “o esforço explícito e observável de alguém ou algum grupo que reivindica autoridade sobre os participantes no domínio com o intuito de modificar suas práticas ou crenças” (*Ibidem*, p.4-5).

Importante destacarmos ainda que as práticas e crenças, as quais adotamos na análise, podem ser percebidas ou implícitas. As formas percebidas ou explícitas são, por exemplo, padrões linguísticos, testes de admissão em cursos de Pós-graduação, língua oficial, entre outros. Já as formas implícitas, como o nome sugere, são aquelas que não estão tão à vista, encobertas por estratégias linguísticas diversas. Sob a proposta de oferecer uma expansão da visão da PL, Shohamy postula que para se compreender realmente as políticas atuais é fundamental observar os mecanismos, definido como “dispositivos evidentes e encobertos usados como meios de afetar, criar e perpetuar práticas linguísticas, e conseqüentemente, PL de fato” (SHOHAMY, 2006, p.53-54).

Aliado a isso, o campo da PPL se apresenta como multifacetado: um traço “indicador da heterogeneidade do campo da Política Linguística abrange tanto os contextos [...] estudados, como os níveis macro, meso e micro de intervenção” (SEVERO, 2013, p.451). E apoiados nessa concepção selecionamos discursos do contexto da violência ocupacional de profissionais do campo da enfermagem.

Temos aqui, portanto, três perspectivas basilares na nossa fundamentação da área de PPL: o modelo de análise linguística de Spolsky, que inclui crenças, práticas e gerenciamento da língua, a investigação de intenções implícitas nos discursos (SHOHAMY, 2006) e a questão da heterogeneidade de contextos de interesse da PPL. Com base nisso, analisaremos formas explícitas e implícitas das práticas e crenças em discursos de profissionais de enfermagem acerca de violência ocupacional sofrida, não nesse sentido direto, mas de forma adaptada. Dando continuidade à teorização, apresentamos a seguir discussões acerca dos principais tipos de violência ocupacional contra profissionais de enfermagem.

Principais tipos de violência ocupacional contra profissionais de enfermagem

A Portaria nº 737 do Ministério da Saúde define violência como qualquer “evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e ou espirituais a si próprio ou a outros.” Há diversos locais ocupacionais onde podem ocorrer inúmeros tipos de violência com diferentes profissionais. Dentre esses, os profissionais de enfermagem com atendimento em hospitais, como observa Cezar e Marziale (2006, grifo nosso):

A **violência** no trabalho é um problema observado **em hospitais, principalmente em serviços de urgência** onde os trabalhadores da equipe de saúde, ora atores, ora vítimas de atos violentos, estão reproduzindo e perpetuando situações de

agressividade que vêm prejudicando a assistência prestada aos clientes e ocasionando o adoecimento pelo trabalho.

Diante desse contexto, a Resolução COFEN nº 311/2007 estabelece como direito do profissional de enfermagem exercer a profissão com liberdade, autonomia e ser tratado segundo os pressupostos e princípios legais, éticos e dos direitos humanos. No entanto é importante que todos os trabalhadores saibam identificar os tipos de violências que o acometem em sua trajetória e exijam seus direitos a melhores condições de trabalho.

Dentre os muitos tipos de violências, ocorrem com maior frequência os de caráter físico e psicológico, podendo ser manifestados de diversas formas, tais como agressão física, agressão verbal, assédio moral, assédio sexual, entre outros. De acordo com Vasconcellos, Abreu e Maia (2012), a agressão verbal é o principal tipo de violência sofrida entre os trabalhadores da enfermagem e muitas vezes esse tipo de violência não é valorizado, resultando na falta de registro formal do ocorrido.

Agressões físicas podem ser caracterizadas como atitudes que resultem em arranhões, socos, mordidas, luxações, fraturas, uso de objetos ou armas entre outros. A forma de diálogo dos profissionais com os envolvidos pode provocar sentimento de fúria e com isso ocasionar algum tipo de violência ocupacional. Assim, “a comunicação pode influenciar no comportamento dos envolvidos e na maneira como eles se relacionam com o mundo (ANDRADE; CAVALCANTE; APOSTÓLICO, 2010, p. 85)”.

Já as agressões psicológicas são consideradas não fatais e podem ser manifestadas como desqualificação profissional, insultos, discriminações, humilhações, chantagens, ameaças, exploração, limitação de direitos, constrangimentos, ridicularização, etc. O Decreto-lei nº 2.848 do Código Penal, capítulo V, Art. 140 faz alusão à injúria como crime contra a honra, e o Art. 146 do mesmo faz menção a constrangimento relacionando a crime contra a liberdade pessoal.

Muitas das vezes, coações, ameaças, danos físicos, entre outros tipos de agressões, são representadas, dentre outras formas, de “manifestações de indignação dos usuários dos serviços de saúde, de pequenos episódios de rebeldia, de questionamentos à ordem instituída nas instituições de saúde” (MATTOS, 2008 p.350). “Em estudo realizado em unidade de atendimento primário a saúde verificou-se que os maiores índices de violência vinham de clientes que faziam uso de álcool e drogas” (MORENO; MORENO, 2004, p. 748). Mas há também casos de pacientes psiquiátricos, localização geográfica da instituição, comportamentos inadequados da equipe de saúde, como por exemplo, negligência,

imprudência e imperícia, demora no atendimento e presença de acompanhantes impacientes. “Há ainda outros problemas que as instituições públicas do país enfrentam como déficit de funcionários e escassez de material” (VASCONCELLOS, ABREU; MAIA, 2012, p. 168).

Coleta, geração e análise dos dados

A entrevista foi aplicada a duas enfermeiras e dois técnicos em enfermagem no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), instituições públicas de Saúde instalada na cidade de São José de Piranhas, no alto sertão paraibano. Seus discursos foram coletados considerando, por um lado, dificuldade de aplicação da entrevista pela indisponibilidade de horário e possibilidade de desistência de algum participante, mas, por outro lado, observamos a facilidade de acesso de um dos pesquisadores ao ambiente ocupacional por já ter trabalhado naquele local e residir na referida cidade. Além de considerarmos essas questões durante o estudo exploratório, houve constante preocupação com a intensidade de envolvimento dos pesquisadores com os participantes, seja nessa fase da pesquisa, seja na análise dos dados, tratada a seguir.

Dessa forma, primeiramente apresentamos os dados sociodemográficos e de identificação profissional dos participantes. Em seguida dispomos os discursos separados por participantes em cada grupo de *corpus* (doravante C), organizados e analisados quanto às violências físicas e/ou psicológicas e as providências tomadas por cada um. E ao final, compilamos as informações, dando um parecer final acerca das nossas perguntas de pesquisa e objetivos.

As enfermeiras são casadas, cumprem carga horária de 40h semanais e têm 6 anos de experiência. A primeira, que identificaremos a partir de agora de E1, tem 28 anos e possui vínculo empregatício por meio de concurso, enquanto a segunda enfermeira investigada, que chamaremos de E2, possui 29 anos e está vinculada com a instituição por meio de concurso público. Os técnicos em enfermagem, por sua vez, são casados e cumprem, respectivamente, carga horária de 40 horas e o outro 30 horas semanais. O primeiro, ao qual nos referimos por T1, tem 30 anos, possui experiência profissional de 3 anos é remanejado de outra vaga de efetivo, mas não ligada à área de saúde. O segundo, T2, tem 42 anos de idade e 4 anos de experiência profissional e está vinculado com a instituição de saúde por meio de concurso público.

Assim, temos duas participantes e dois participantes. Fatos interessantes acerca dos vínculos empregatícios é que apenas dois participantes atuam na unidade por meio de concurso público direcionado ao SAMU, enquanto os demais foram aprovados em concurso

público na prefeitura municipal para cargos de atendente e vigilante, ou seja, em outros setores, não sendo, portanto, servidores concursados para atuarem como profissionais de enfermagem.

Quanto à violência física, iniciamos com uma identificação sofrida pela participante E1 de forma explícita ao ser perguntada se já sofreu algum tipo de violência em seu ambiente de trabalho: *recebi um **tapão na cara** de uma paciente que já estava na maca, como **ela sentia muita dor e não queria remoção, ficou agitada e jogou o braço fortemente contra o meu rosto. E acertou em cheio.***(C1). É possível interpretar a partir das passagens “tapão na cara” e “E acertou em cheio”, de forma implícita e através da prática enquanto elemento descritível da PPL, que a agressão ocupacional parece não ter ofendido de forma significativa a participante, uma vez que a mesma lança mão de um termo popular e uma frase que se distancia da raiva ao mesmo tempo em que se aproxima da empatia e do cômico.

Reforçando nossa visão quanto à percepção dessa participante, nos remetemos às justificativas dadas por ela como forma de amenização do comportamento da agressora: “ela sentia muita dor e não queria remoção, ficou agitada”. E confirmamos de vez essa crença da E1 de forma explícita nos seguintes excertos, ao ser perguntada sobre as sequelas pós agressão: *No caso da tapa na cara - **tentei** entender o momento de dor da paciente e Problemas sempre acontecem, **temos** que saber encarar e passar os obstáculos* (C2). Sua explicação sobre o ocorrido parece ainda ser uma tentativa de convencer àqueles que venham a sofrer violências, o que confere uma tentativa de gerenciamento enquanto elemento descritível da PPL. Um forte indicativo desse objetivo é seu uso do tempo verbal de primeira pessoa do singular para primeira do plural, como supradestacados.

No que se refere à violência psicológica sofrida pela E1, ela relaciona diretamente e de forma explícita as agressões e ameaças sofridas ao fato de ser contratada⁶: *Em virtude de ser contratada, **já sofri constrangimentos, humilhações, limitações de direito**, etc. Pois se não aceitamos a forma da gestão trabalhar, **somos ameaçados** e para não perder o vínculo, acabamos aceitando as imposições* (C3). Além de seus superiores, ela relata outros perfis de executores de violências psicológicas, a saber, médicos, acompanhante de paciente, paciente, e também de colegas de trabalho: *Também já me senti humilhada por **profissionais médicos e superiores** (coordenações do SAMU)(C4). Geralmente **acompanhantes** agredem verbalmente a equipe, já ocorreu com os **pacientes** também. Alguns **colegas** fizeram comentários maldosos que me fizeram sofrer* (C5). [sic].

⁶ Quando na verdade ela se encaixa em um dos perfis dos que foram remanejados de outras áreas para a área de saúde

Como os demais participantes não relataram casos de violência física ao serem perguntados sobre já terem sofrido violência em seu ambiente de trabalho, passaremos agora para a análise das violências psicológicas sofridas pela participante E2, em resposta à essa mesma questão.

Considerando as escolhas que os sujeitos fazem acerca de léxico e termos, no âmbito das práticas em PPL essa participante deixa explícita sua percepção de humilhação sofrida por gestores de saúde, sobretudo na recorrência do termo *falta[do][ndo] de respeito*, em destaque: *Por gestor municipal em reunião com os profissionais Enfermeiros do SAMU, faltado com o respeito e agindo com desprezo enquanto fazíamos nosso discurso, sem dar importância ao que tentávamos solucionar (C6). Primeiramente veio a irritabilidade por nos ter faltado com o respeito, e segundo, por ter usado de sua fala para tentar nos humilhar (C7).*

Embora não tenha dado detalhes sobre a falta de respeito sofrida e referida humilhação, E2 informa ter informado ao Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e ao Sindicato, além de ter dado início a um processo judicial: *Eu e meus colegas de trabalho buscamos o COREN, o Sindicato e procuramos ajuda de advogado para tentarmos resolver judicialmente (C8).* Assim como interpretamos com a E1, entendemos que o relato das providências tomadas é uma forma convencer terceiros a agir como ela ao descrever as providências que tomaram frente às violências sofridas.

Fechando a análise das participantes, passamos para os discursos dos técnicos em enfermagem acerca da mesma pergunta supracitada da entrevista. Assim como E1, o participante T1 relatou (sinalizando de forma objetiva na entrevista) ter sofrido violências psicológicas de colegas de trabalho, pacientes e seus respectivos acompanhantes: *Algumas pessoas leigas que não entendem como funciona o serviço ou como o profissional trabalha acaba falando alguns argumentos que não são verdades e por parte dos gestores que se acham donos do mundo e da razão e alguns colegas de trabalho (C9)[sic].* É possível perceber que assim como E1 e E2, T1 também cita os gestores como responsáveis por esse tipo de violência.

No entanto, diferente de E1 e E2, T1 enfatiza esse perfil ao usar a preposição **de** mais o artigo definido **os** (formando **dos**, sublinhado no excerto C9) e ao referir aos gestores como **donos do mundo** (forma subjetiva para se referir a alguém que se comporta como dono da razão), enquanto se refere às pessoas leigas (pacientes e acompanhantes de pacientes) e colegas de trabalho com o pronome indefinido **alguns**, ou seja, de modo vago e impreciso.

Ao ser indagado sobre quais providências tomou em relação ao agressor, o mesmo relatou apenas amenização por meio de apelo verbal: *Não me interessava resolver de outras formas, pois a justiça é lenta e falha, não resolve nem os problemas em relação aos direitos trabalhistas (C10) [sic]*. Novamente, assim como argumentamos ao relatar sobre a E2, parece implícita a intenção de convencer o leitor, nesse caso, ao expor sua crença de que a justiça é desqualificada.

Assim como E1 e T1, o participante T2 também relatou ter sofrido violências psicológicas de acompanhantes de pacientes. No entanto, T2 relata ter sofrido ameaças (marcando de forma objetiva na opção da entrevista) desses acompanhantes, e completa justificando as causas das hostilidades: *Porque temos que fazer todo procedimento e protocolo do SAMU para remover o paciente e os familiares queriam que levasse logo (C11)*. Como meio de solucionar a ameaça, e sob a crença de que a polícia poderia resolver, acionou a mesma, segundo ele, *para manter a paz e a ordem (C12)*. O mesmo parece ocorrer novamente ao informar as providências: convencer o leitor a tomar a mesma providência.

Quanto às percepções e comportamentos, observamos os relatos de providências mais incisivas tomadas por E2 e T2 junto às violências sofridas e considerando o fato de que são os únicos que estão efetivados no cargo a partir de concurso específico para profissionais de enfermagem, acreditamos fortemente que a posição que eles se encontram junto ao seu cargo no SAMU influenciou diretamente em seus comportamentos. Por outro lado, E1 e T1 se apresentaram de forma mais flexível e tolerante junto às tomadas de providências em decorrência das violências sofridas, como resgatamos mais uma vez, respectivamente: *Para não perder o vínculo acabamos aceitando as imposições (C13 de E1)*. e *Enfrentar as dificuldades da vida e a necessidade de trabalhar (C14 de T1)*.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi a recorrência das violências dos gestores de saúde, caracterizados pelos participantes como secretárias de saúde e prefeito, e dos acompanhantes de pacientes. Mas, como não estamos apenas relatando os ocorridos, voltamos para a descrição e interpretação dos relatos dos participantes. Eles indicaram a falta de conhecimento de funcionamento do SAMU por parte dos leigos como causa da violência dos participantes⁷ e quanto à violência sofrida dos gestores, a percepção dos participantes se apresentaram carregadas de irritabilidade, tristeza, frustração e baixa da autoestima⁸. Esses

⁷ Sinalizamos aqui que entendemos fortemente que isso não justifica em hipótese nenhuma qualquer tipo de violência.

⁸ Utilizamos também as respostas objetivas (de marcar) para chegar a essa definição.

sentimentos são decorrentes da falta da falta de boa tratativa e falta de diálogo da gestão do SAMU junto aos profissionais de saúde.

Quanto às questões de idade, gênero ou categoria profissional (técnico em enfermagem e Enfermeiro) não foi observável nem no aspecto das percepções e nem nos comportamentos diante das violências sofridas pelos participantes qualquer característica divergente. No entanto, como vimos, percebemos que há diferenças nos comportamentos desses servidores no que se refere aos seus vínculos junto à instituição aqui investigada.

Em suma, os discursos revelaram percepções de violências de caráter físico e psicológico, sendo essa bem mais recorrente do que *aquela*, como os acompanhantes de pacientes e gestores do SAMU os principais agentes infratores. No entanto, com atitudes frente a essas violências sofridas mais divergentes, principalmente em decorrência ao vínculo empregatício que os participantes possuíam junto à instituição, e à falta de conhecimento do funcionamento do SAMU por parte da população em geral. Vale ressaltar que ao optar por não reagir quanto à violência física ou psicológica sofrida, identificamos que os participantes justificaram com descrença na justiça ou crença na compreensão do paciente.

Apresentados esses dados sistematizados e sintetizados, cumprimos, assim, o proposto no objetivo desta pesquisa ao observarmos e interpretarmos percepções e comportamentos nos discursos de profissionais de enfermagem do alto sertão da Paraíba frente à violência física e/ou psicológica sofrida(s) em decorrência da sua ocupação profissional.

Considerações finais

Importante reiterarmos que como se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo, devemos levar em conta que esses resultados foram obtidos em determinado contexto e com determinados sujeitos. Além disso, essa é apenas uma possível visão sobre os fatos, embora formal e rigorosamente sistematizado. Por esses motivos, entre outros fatores, não há nenhuma garantia dos mesmos resultados em contextos iguais ou similares, ou com os mesmos sujeitos e contexto em outro momento. Por outro lado, os resultados aqui obtidos podem servir de parâmetro interpretativistas para outros trabalhos que envolvam as áreas de estudo investigadas.

Referências

ANDRADE, J. B., CAVALCANTE, M. B., & APOSTÓLICO, M. R. *Marketing Pessoal e Enfermagem: Projeção para Visibilidade Social do Enfermeiro*. Enfermagem em Foco , 82-

86, (2010).

BRASIL. Decreto-lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940. *Código Penal*.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 737 de 16 de maio de 2001*. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Diário Oficial da União 2001.

_____. Ministério da Saúde. *Assédio moral: conhecer, prevenir, cuidar*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CANAGARAJAH, S.; STANLEY, P. *Ethical considerations in Language Policy research*. In: *Research methods in Language Policy and Planning: a practical guide*. UK: Wiley Blackwell. p. 33-44, 2015.

CEZAR, E. S., & MARZIALE, M. H. *Problemas de Violência Ocupacional em um serviço de urgência hospitalar da Cidade de Londrina, Paraná, Brasil*. Cad. saúde pública, 217-221, 2006.

COFEN. Resolução COFEN nº 311, de 08 de fevereiro de 2007. *Código de ética dos Profissionais de Enfermagem*. Disponível em < <http://se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007>>. Acesso em 14 de julho de 2017.

HORNBERGER, N. H 2015. *Selecting appropriate research methods in LPP research: methodological rich points*. In *Research methods in Language Policy and Planning: a practical guide*. UK: Wiley Blackwell. p. 09-20.

MATTOS, Ruben Araujo. *Integralidade, trabalho, saúde e formação profissional: algumas reflexões críticas feitas com base na defesa de alguns valores*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MORENO, L. M. C, & MORENO, M. I. C. *Violência no Trabalho em Enfermagem: um novo risco ocupacional*. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 57(6), p. 746-749, 2004.

Organización Mundial de la Salud (OMS). *Documentos básicos*. ed. 48, 2014.

_____. *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 2002.

SEVERO, Cristine G. *Política(s) Linguística(s) e questões de poder*. Alfa: São Paulo, 57(2): 451-473, 2013.

SHOHAMY, E. *Trab. Language policy: hidden agendas and new approaches*. London: Routledge, 2006.

SPOLSKY, B. *Language policy: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge, 2004.

_____. *Language Management*. Cambridge: Cambridge, 2009.

THEODORSON, G.A.; THEODORSON A.G. *A modern dictionary of sociology*. London:

Methuen, 1970.

VASCONCELLOS, I. R.; ABREU, A. M.; MAIA, E. L. *Violência Ocupacional sofrida pelos Profissionais de Enfermagem*. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 167-175, 2012.

Artigo recebido em: 12/06/2018.

Artigo aceito em: 27/08/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.

A GESTÃO DE FACE NAS INTERAÇÕES DE UMA AUDIÊNCIA COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: O PAPEL DAS EMOÇÕES

Janice Helena Chaves Marinho
Regina Célia Vago

Resumo: Este trabalho parte da hipótese de que os adolescentes em conflito com a lei utilizam estratégias discursivas para gerenciarem as suas relações de faces, e, por inúmeras vezes, fazem esse gerenciamento por meio de estratégias discursivas que suscitam emoções, sempre com o objetivo de reduzir as ameaças às faces. Há ainda que se observar que os demais atores dessa encenação também usam estratégias discursivas que procuram atenuar ou reforçar a ameaça à face do adolescente. O objetivo deste estudo, portanto, é apresentar uma análise da complexidade discursiva (estratégias de gestão de faces, tais como a polidez e a proteção da própria face) nas interações de adolescentes em conflito com a lei, em audiências de instrução e julgamento, a fim de verificar quais são as emoções suscitadas por essas estratégias, como essas emoções se apresentam linguisticamente nesse discurso para atingirem o seu objetivo, qual é o papel delas na gestão de faces e que efeitos de sentido sugerem. Para a transcrição desse *corpus*, utilizamos as normas de transcrição do projeto NURC/SP (2002) e adotamos como referencial teórico e metodológico os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni (2000; 2006) e Goffman (2011).

Palavras-chave: Estratégias discursivas. Emoções. Adolescentes em conflito com a lei.

Abstract: This work is based on the hypothesis that adolescents in conflict with the law use discursive strategies to manage their face relationships and, for countless times, they accomplish this management through discursive strategies that provoke emotions, always with the objective of reducing the threats to their faces. It should also be noted that the other actors in this scenario also use discursive strategies that seek to mitigate or reinforce the threat to the adolescent's face. The purpose of this study, therefore, is to present an analysis of the discursive complexity of face management, such as politeness and their own face protection, during interactions of adolescents in conflict with the law, in instruction hearings and trials, in order to verify what emotions are caused by these strategies, how these emotions are presented linguistically in this discourse to reach their goal, what their role in face management is, and what meaning effects they suggest. For the transcription of this corpus, we used part of the transcription norms of the NURC/SP project (2002) and adopted as theoretical and methodological references the works of Kerbrat-Orecchioni (2000; 2006) and Goffman (2011).

Keywords: Discursive Strategies. Emotions. Teens in conflict with the law.

· Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Pós-doutorado pela Université de Fribourg/ Fribourg, Suíça. Janicehelena.chaves@gmail.com

· Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: reginaceliavago@hotmail.com

Os adolescentes e a lei: contexto

A problemática que envolve o adolescente em conflito com a lei, no Brasil, é complexa e vem de longa data. Em meados dos anos 70, em plena ditadura militar, movimentos sociais organizados iniciaram uma série de lutas de fundamental importância para a redemocratização deste país. Dentre essas lutas, inclui-se a militância em prol de crianças e adolescentes, as quais culminaram em uma série de denúncias e propostas que mais tarde foram contempladas na carta constitucional de 1988. Posteriormente, em 1990, as demandas em relação às crianças e aos adolescentes foram consolidadas em uma legislação específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente, inicialmente conhecido por ECA¹, e, posteriormente, devido ao teor pejorativo da sigla, passou a Ecriad². Na perspectiva desse documento, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, e uma das principais preocupações diz respeito ao adolescente em conflito com a lei.

No contexto desse estatuto, passou-se a adotar a Doutrina da Proteção Integral, a qual rompe com a tradição do “menor”, expressa no Código de Menores de 1927, bem como com a Doutrina da Situação Irregular do Código de 1979. Assim, itens específicos do Estatuto que tratam do adolescente passam a ser observados. Dentre eles, ressalta-se que os adolescentes – pessoas entre 12 e 18 anos de idade – são passíveis de cometerem o ato infracional, entendido como a transgressão das normas estabelecidas ou do dever jurídico, mas que em face das peculiaridades que os cercam, não se pode caracterizar como crime.

Dessa forma, ainda que os adolescentes se encontrem sujeitos a todas as consequências dos seus atos infracionais (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação), não são passíveis de responsabilização penal. Cabe-lhes, nesses casos, *medidas socioeducativas*, cujo objetivo é a reinserção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e, bem menos, a punição.

De lá para cá, essa legislação tem sido objeto de discussão em vários segmentos sociais: autoridades, mídia, pessoas comuns. Trata-se de um tema polêmico, principalmente no que diz respeito à maioria penal. Todavia, esta pesquisa não pretende entrar na discussão a respeito da maioria penal, pretende apenas refletir sobre o tema a partir do lugar ocupado pelo adolescente e demais atores que compõem essa *mise-en-scène*, que, do

¹ Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

² Juristas entre outras autoridades, na última década, preferem a utilização da sigla Ecriad em detrimento de ECA por considerarem que esta última possui um sentido pejorativo.

ponto de vista de uma teoria do discurso, são chamados de sujeito. Vale lembrar que do ponto de vista de uma teoria discursiva, o sujeito é sempre contaminado e perpassado pelo contexto sócio-histórico e ideológico. Neste cenário polêmico, portanto, os atores principais dessa “mise-en-scène” (os adolescentes em conflito com a lei) representam seus papéis sociais. A juíza e os demais atores dessa enunciação também. São sujeitos que ocupam lugares sociais, que “falam”, “ouvem” e agem de acordo com formações imaginárias - imagens na perspectiva de Pêcheux (1969) - ou faces - na perspectiva de Goffman (2011) - que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais.

Ante o exposto, verifica-se que o cenário, onde se dá a mise-en-scène em que está inserido o discurso desse adolescente em conflito com a lei pode e deve constituir o *corpus* de análise do analista do discurso, pois ele pode nos oferecer muitas informações que atendem ao propósito do objeto teórico da Análise do Discurso, ou seja, “a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 26).

Diante dessa questão, verifica-se, num primeiro olhar, que assim como todo sujeito de discurso, os adolescentes em conflito com a lei utilizam estratégias discursivas para gerenciarem as suas relações de face. Todavia, por inúmeras vezes, fazem esse gerenciamento por meio de estratégias discursivas que suscitam emoções, sempre com o objetivo de reduzir as ameaças às faces, protegendo-as e preservando-as, garantindo assim a persuasão. Dessa forma, a nossa hipótese é a de que esses atores, ao se valerem de estratégias discursivas de gestão de faces, suscitam emoções (as paixões segundo a retórica grega e latina), as quais garantem a proteção e a preservação de sua face. Há ainda que se observar que os demais atores dessa encenação também usam estratégias discursivas que procuram atenuar ou reforçar a ameaça à face do adolescente.

Dessa maneira, partindo da hipótese explicitada, o objetivo deste estudo é apresentar uma análise das estratégias discursivas de gestão de faces, tais como a polidez e a proteção da própria face, nas interações de adolescentes em conflito com a lei, em audiências de instrução e julgamento, a fim de verificar quais são as emoções que são suscitadas por essas estratégias, como essas emoções se apresentam linguisticamente nesse discurso para atingirem o seu objetivo, qual é o papel dessas emoções na gestão de faces e que efeitos de sentido sugerem.

Para dar conta de responder às questões propostas, tomamos como *corpus*³ trechos de uma audiência com adolescentes em conflito com a lei, gravada no fórum da cidade de Colatina, noroeste do Espírito Santo. Na audiência, foram ouvidos três adolescentes, mas fizemos nosso recorte a partir do depoimento de um deles, por nos parecer de teor mais relevante para as nossas análises.

Para a transcrição desse *corpus*, utilizamos as normas de transcrição do projeto NURC/SP (2002), e adotamos como referencial teórico e metodológico, os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni (2000; 2006) e Goffman (2011).

A emoção no discurso: pequena trajetória

A retórica clássica, tanto a grega quanto a latina, dedicou grande parte de suas reflexões ao estudo das emoções. Meyer (2007) aponta três grandes categorias que classificam as diferentes concepções de retórica: (i) Em Platão, a retórica é uma manipulação do auditório; (ii) em Quintiliano, a retórica é a arte de bem falar (*ars bene dicendi*); (iii) e, em Aristóteles (2000), a retórica é a exposição de argumentos ou de discursos que devem persuadir.

A primeira definição (Platão) dá origem a todas as concepções de retórica centradas na emoção, centradas, portanto, no auditório, no papel do alocutário. À segunda, estão ligadas todas as concepções que dizem respeito “ao orador, à expressão, ao si mesmo, à intenção e ao querer dizer” (MEYER, 2007, p. 21). Ainda segundo Meyer, a terceira definição diz respeito às relações entre o explícito e o implícito, o literal e o figurado, as inferências e o literário.

Cada uma dessas três categorias focaliza uma das dimensões da retórica. A noção de pathos (o auditório), ethos (o orador) e logos (o discurso). Ao longo da retórica clássica, portanto, a perspectiva dessas três grandes concepções acabou por influenciar os estudos sobre a retórica, a eloquência ou a argumentação.

Entretanto, não se pode negar que, nesta longa trajetória, as emoções (o pathos na retórica clássica) sempre foram vistas de forma preconceituosa e estereotipada. Dessa forma, na era clássica, as referências feitas por Platão, em algumas obras (tal como em A República) colocaram as paixões como algo contrário à razão. Partindo desse pressuposto, convencionou-se que o homem que é dado às paixões possivelmente poderá sofrer a interferência da força

³ Esta pesquisa passou pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP/UFMG). O COEP é um dos Comitês de Ética brasileiros vinculados ao Sistema CEP-CONEP. O Sistema CEP-CONEP é organizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, órgão consultivo do Conselho Nacional de Saúde (CNS), com sede em Brasília.

desses sentimentos quando for preciso adotar uma conduta racional e ética diante da sociedade.

Descartes foi outro grande responsável por essa visão negativa sobre as emoções. Ao separar corpo e mente, acabou por criar uma vertente filosófica que defendia o princípio de que somente livre de qualquer emoção é que a mente poderia estar em perfeita saúde. Segundo Lima (2006), este filósofo, apesar de sua importância como “pai do racionalismo”, contribuiu com séculos de atraso para os estudos sobre o papel das emoções no discurso. Esse preconceito também foi intensificado com a visão romântica advinda do Romantismo, que, mais uma vez, supunha um antagonismo entre razão e emoção.

Acredita-se que essa visão negativa construída sobre as emoções, ao longo da História, seja a responsável pelo fato de que a linguística como ciência, cujo objeto é social, não tenha se interessado pelas emoções por tanto tempo. Se perguntarmos qual é o lugar das emoções na linguística dos séculos XX e XXI, possivelmente, teremos como resposta que se trata de um lugar marginal, mínimo, quase inexistente. Há os estudiosos que as excluíram completamente, tais como Bloomfield, Sapir, Saussure e Chomsky e há os que fizeram algumas investidas teóricas no campo das emoções, porém não chegaram a desenvolver teorias que realmente investigassem o papel delas no discurso, tais como Jakobson, Halliday, Bally, entre outros.

Somente a partir dos anos noventa, com a entrada da retórica para os estudos linguísticos, por meio da Análise do Discurso e dos estudos da Argumentação, é que o estudo das emoções passa a ser objeto de investigação. Com a retomada dos termos *ethos*, *logos* e *pathos*, termos da retórica clássica, a emoção (*pathos*) passa a ser objeto da linguística moderna.

Dessa maneira, o estudo da emoção no discurso passa a ser interesse de alguns linguistas, os quais têm realizado várias pesquisas sobre o assunto, entre eles Catherine Kerbrat-Orecchioni (2000; 2006), Ruth Amossy (2010), Christian Plantin (1997; 2010), Gisèle Mathieu Castellani (2000), Michel Meyer (2007; 2008) e Patrick Charaudeau (2010). E não se pode deixar de mencionar as contribuições dadas por pesquisadores que, embora não sejam da área da linguística, representam teorias significativas para a investigação da emoção no discurso. Entre eles destacamos as contribuições de Goffman (2011; 2013).

Para este artigo, o nosso objetivo é, a partir da contribuição dos trabalhos de Goffman (2011) e Orecchioni (2006) para a noção de face, apresentar uma análise do papel das emoções em uma audiência com menores em conflito com a lei.

A seguir, apresentamos algumas considerações teóricas em relação à noção de face, na perspectiva de Goffman (2011) e de Kerbrat-Orrecchioni (2006), considerando que entender esses princípios teóricos é de fundamental importância para a compreensão de nossas análises.

Estratégias de gestão de faces

Segundo Goffman (2011), todas as pessoas vivem em um mundo de encontros sociais que as envolvem, ou em contato face a face, ou em contato mediado com outros participantes. Nesses contatos, as pessoas desempenham um padrão de atos verbais e não-verbais, por meio dos quais expressam sua opinião sobre uma situação, bem como sua avaliação sobre os participantes dessa interação e, especialmente, sobre elas próprias. Esse padrão de atos verbais e não-verbais é chamado pelo autor de *linha*. Para ele, não importa se a pessoa pretende assumir uma linha ou não, ela sempre o fará na prática. Dessa maneira, em todas as interações, os interactantes, se quiserem lidar com as respostas entre si, precisarão levar em consideração as impressões construídas entre si.

Em seguida, Goffman (2011, p. 13), utiliza o termo “*face*” para definir “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”. A face, portanto, é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados.

Nessa perspectiva, o autor defende a ideia de que os sentimentos dos interactantes estão ligados à face, ou seja, a pessoa tende a experimentar respostas emocionais imediatas à face que o contato com o outro permite a ela. Segundo ele, uma pessoa também terá sentimentos sobre a face mantida para os outros participantes de uma interação. Embora sejam sentimentos de quantidade e direção diferentes dos que ela mantém para com a sua face, trata-se de um envolvimento tão espontâneo e imediato quanto o que mantém para com sua própria face. É o que pretendemos mostrar quando das análises das emoções na audiência com os menores em conflito com lei.

Diante do exposto, podemos afirmar que tanto a face pessoal quanto a face do outro são construtos de mesma ordem. A quantidade de sentimentos que temos pela nossa face e a distribuição deles pelas faces envolvidas são determinadas pelas regras do grupo social na situação de interação.

Isso significa que, ao participar de uma interação, o interactante recebe uma face para manter e assim assume a responsabilidade de vigiar o “*fluxo de eventos que passa diante dela*” (GOFFMAN, 2011, p. 17), de forma que tudo que seja enunciado seja consistente com

sua face. Dessa maneira, embora a face seja nossa posse mais pessoal, centro de nossa segurança e prazer, ela é apenas um empréstimo da sociedade e pode ser retirada a qualquer momento, caso não nos comportemos de forma digna dela.

Para Goffman (2011), da mesma forma que se espera que um interactante proteja a sua face (respeito próprio), espera-se também que ele realize esforços para resguardar os sentimentos e a face do outro (consideração). Espera-se que ele faça isso espontaneamente devido à sua identificação emocional com os outros e com os sentimentos deles. Nas análises de nosso *corpus*, encontramos esse tipo de preservação de face na interação da juíza (J) com os adolescentes (A) como evidenciado no fragmento “*olhinho verde. Não é isso? Clarinho... assim ... olhinho verde. Meio carequinha..*”, em que o uso do diminutivo sugere a afetividade, oriunda da identificação de J para com os sentimentos de A.

Para a realização de nossas análises, faz-se necessário, também, tecer algumas considerações sobre as pesquisas realizadas por Kerbrat-Orecchioni (2006) a respeito da emoção e da noção de faces. A autora, para tratar da “polidez”, a partir de uma concepção da pragmática linguística, utiliza o quadro referencial teórico proposto por Brown e Levinson (1987).

Para esses autores, a noção de polidez deve ser entendida em sentido amplo, recobrando todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal. Partindo desse princípio, Kerbrat-Orecchioni (2006) apresenta uma proposta de análise das manifestações linguísticas da polidez.

O modelo de Brown e Levinson (1987), fundamentado pela noção de faces e território de Goffman (2011), afirma que todo indivíduo possui duas faces: uma positiva e outra negativa. A negativa corresponde aos territórios do eu (corporal, espacial, temporal, bens materiais) e a positiva corresponde ao narcisismo e ao conjunto de imagens que os interactantes constroem entre si e tentam proteger na interação.

Posto dessa forma, em qualquer interação com dois participantes, teremos a presença de quatro faces, que no desenrolar desta interação estarão sob ameaça pelo número de atos verbais e não verbais produzidos. Os autores dão a essas ameaças, que podem pôr em risco uma ou mais faces de um interactante, o nome de *Face Threatening Act* – FTA – atos que ameaçam as faces, sigla que, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (2011), faz parte do vocabulário básico de todo pesquisador das conversações.

Nessa perspectiva, os atos de fala foram divididos pelos autores em quatro categorias de atos: os que ameaçam a face negativa do emissor (ofertas ou promessas que podem lesar o seu território posteriormente); os que ameaçam a face positiva do emissor (confissões,

desculpas, autocríticas); os que ameaçam a face negativa do receptor (perguntas indiscretas, proibição, ordem, conselho) e os que ameaçam a face positiva do receptor (tudo o que põe em risco o narcisismo do outro: crítica, insulto, injúria, sarcasmo). Vale dizer que um mesmo ato pode se inscrever em mais de uma categoria, porém com valores determinantes.

Brown e Levinson (1987) apresentam ainda o conceito de “*face want*” e “*face work*”. O *face want* corresponde ao desejo dos interactantes de preservar as suas faces sob constante ameaça e o *face work* corresponde ao trabalho ou meio de conciliar o desejo de preservar a face com a imensidade de atos de fala ameaçadores que os interactantes produzem o tempo todo durante uma interação. Nessa perspectiva é que surge a noção de polidez, a qual aparece como elemento conciliador.

Para Kerbrat-Orecchioni (2006), o modelo de Brown e Levinson, embora produtivo, é passível de algumas críticas, tal como o caráter excessivamente pessimista da interação, o que reduz a polidez à sua forma negativa. Ao centrar a pesquisa na questão da “ameaça”, os autores privilegiam a face negativa. Dessa forma, a teoria da polidez deles focalizou os atos ameaçadores para a noção de faces, deixando de apontar os atos valorizantes para essas mesmas faces, tais como o agradecimento e o elogio. Diante disso, Orecchioni propõe-lhe um aperfeiçoamento, introduzindo, no modelo teórico proposto por esses pesquisadores, um termo suplementar para designar os atos que representam o lado positivo dos FTAs, o que ela chamou de *Face Flattering Acts* – FFAs – atos que lisonjeiam a face. Assim a autora propõe a ideia de polidez negativa vs polidez positiva. Para ela, a presença das FFAs permite a ampliação dos estudos da polidez e ocupa um lugar tão importante quanto a polidez negativa.

[...] mostrar-se polido na interação é produzir FFAs tanto quanto abrandar a expressão dos FTAs – e até mais que isso: nas representações protótipas, a lisonja passa como sendo “ainda mais polida” que a atenuação de uma crítica (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.23).

A partir dessa crítica ao modelo teórico de Brown e Levinson (1987), Kerbrat-Orecchioni (2006) nos coloca três questões básicas para tratar das diferentes realizações linguísticas da polidez: a noção de face negativa e face positiva, FTA e FFA, e polidez negativa e positiva.

Em relação à polidez negativa, a autora, recorrendo a Brown e Levinson, mostra-nos a necessidade da recorrência à procedimentos “suavizadores” na produção de atos ameaçadores de fatos – FTAs, os quais podem ser de natureza verbal e não verbal. Os procedimentos de natureza verbal foram divididos por ela em substitutivos e subsidiários.

Os substitutivos consistem em substituir a formulação mais direta, portanto mais ameaçadora, por uma mais suave. Dentre essas formulações, recorre-se à formulação indireta do ato de fala, como ocorre no clássico exemplo dos atos que indicam ordem: em vez de dizer “Feche a janela” substitui-se por “Você pode fechar a janela para mim?”, “Está ventando muito aqui”, ou seja, substitui-se um ato mais coercitivo por um menos coercitivo ou uma asserção.

Há outras formas de formulação indireta, porém nosso objetivo não é apresentar uma listagem dessas formulações. Na medida em que elas aparecerem em nosso *corpus*, atendendo ao propósito de nossas análises, pretendemos apresentá-las.

Outros procedimentos substitutivos também podem suavizar uma FTA: desatualizadores modais, temporais ou pessoais, substituição de determinados pronomes pessoais com o objetivo atenuar a ameaça, procedimentos retóricos do tipo lítote, eufemismo e tropo comunicacional.

Kerbrat-Orecchioni (2006), em seguida, apresenta os procedimentos subsidiários (acompanhantes), que consistem em acompanhar a formulação de uma FTA por uma fórmula especializada tal como “por favor” ou “se for possível”. Contudo, para a autora, há ainda outras formas de se “*bater nas faces delicadas de nosso parceiro de interação*”, entre elas estão: a enunciação preliminar do ato ameaçador, reparações tais como pedido de desculpas ou justificativas, minimizadores, modalizadores, desarmadores, modeladores.

Kerbrat-Orecchioni (2006) apresenta ainda algumas considerações em relação à polidez positiva, que consiste na produção de atos que tenham um caráter “antiameaçador” – as FFAs. Dentre eles destacam-se o elogio, o agradecimento, as boas vindas. A autora, por último, observa que as FTAs tendem a ser minimizadas em sua verbalização e que as FFAs se prestam à formulação intensiva, ou seja, são enfatizadas.

Levando-se em conta as noções de faces e gestão de faces apresentadas pelos autores comentados, podemos afirmar que muitas estratégias de proteção de faces estão diretamente ligadas às emoções. O uso de estratégias de proteção de face, como a polidez, em um discurso, significa principalmente suscitar e expressar emoções na superfície desse discurso. Assim, utilizando os recursos de análise da polidez, entre outros marcadores, sugeridos por Orecchioni, procederemos a uma análise da presença dessas emoções, as quais foram suscitadas e expressas pelos interactantes de uma audiência com adolescentes em conflito com a lei, em busca da proteção e da preservação da face (entendendo-se aqui a face positiva).

O palco da mise-en-scène: emoções e proteção de face

Os fragmentos apresentados para estas análises pertencem a um *corpus* maior, que se encontra na íntegra nos anexos deste trabalho. Vale dizer que essas análises não se esgotam aqui. Há muitas estratégias de proteção de face (positiva) que suscitam emoções presentes no *corpus*, mas que devido aos objetivos deste trabalho não nos foi possível apresentar. Tomamos emprestada a proposta de Orecchioni para a análise das manifestações linguísticas da polidez, não somente para proceder às análises relacionadas à proteção e à preservação de face de um interactante para com o outro (polidez), mas, principalmente, para a análise do uso dessas estratégias pelo interactante para proteger a sua própria face.

Para isso, partimos do princípio de que os adolescentes (atores), que compõem a cena enunciativa em uma audiência, procuram construir e preservar a sua face positiva, as quais procuram proteger por meio de estratégias discursivas que suscitam emoções. Os outros atores da cena enunciativa, no caso da audiência em análise, a juíza, também se utilizam de estratégias discursivas, as quais procuram atenuar ou reforçar a ameaça à face positiva do adolescente. Dessa maneira, procuramos observar atos que ameaçam a face positiva do adolescente enunciatador e a face positiva do adolescente enunciatário e, conseqüentemente, as formas de atenuar esses atos bem como as emoções suscitadas nessa enunciação. Essa face positiva diz respeito à imagem do adolescente em conflito com a lei, ou seja, à *linha* de conduta estabelecida para ele, principalmente pelo ECRIAD, entre outras legislações e autoridades: imagem de um sujeito de direito, passível de cometer atos infracionais, porém, em face de suas peculiaridades, não caracterizados como crime, portanto não passíveis de responsabilidade penal.

A cena enunciativa da audiência em questão possui como principais atores: um adolescente em conflito com a lei por tráfico de drogas (tratava-se da segunda audiência dele devido a esse tipo de infração) e a juíza da Vara da Infância e da Juventude. Na transcrição, o adolescente será designado por “A” e a juíza por “J”.

No início da audiência J, antes de ler a acusação, ao dirigir-se ao adolescente “*Você sabe então o que é, né A? Consta aqui, A, ...*” já utiliza estratégias discursivas que suscitam emoções, objetivando a proteção de face. O uso da interrogativa, do marcador conversacional “né” e a retomada do nome do adolescente funcionam como estratégia de polidez, atenuando o ato ameaçador à face positiva de A e suscitando afetividade, tal como carinho e ternura.

Ao longo de toda a audiência os marcadores conversacionais “*e aí*”, “né” e as interpelações são utilizados diversas vezes por J. “*E aí? E você trabalha? Não?*” (...) “*J: Eu já apliquei alguma medida de... liberdade assis::stida ou de prestação de serviço à comunidade para você? (...) Ainda não, né? Quer dizer que você está querendo mudar de vida? (...) Com*

sinceridade? (...) Mesmo?” O uso desses marcadores conversacionais, típicos da modalidade oral, aliado à forma como J modaliza as interpelações, evidencia a busca de uma relação de proximidade com o adolescente, até maternal.

Outra estratégia usada por J durante a audiência é a utilização de perguntas como estratégia de polidez negativa; dessa maneira, J utiliza-se de perguntas para repreender: *“Não está estudando? (...) Você está com 16 anos? (...) Você nunca trabalhou? (...) Então você continua no tráfico né, A?”*. A repreensão consiste em ato típico de ameaça à face positiva de A (FTA) e, portanto, deve ser atenuado evitando assim a exposição de A. Trata-se de procedimento “suavizador”, como bem colocou Orecchioni (2006), a partir das considerações de Brown e Levinson (1987).

Ainda, no decorrer da audiência, J utiliza diversos marcadores conversacionais do tipo “Ah:.” “Ahn-rã” demonstrando compreensão para com o adolescente e, assim, procurando estabelecer uma relação de confiança com ele.

Em *“Você já experimentou alguma vez... o fristo que é o.: o cigarro da maconha com a pedra de craque? Não. Nunca experimentou. Tem medo do craque né. Tem que ter mesmo”*, temos um ato ameaçador atenuado por uma emoção. J, para não dizer “você não pode fumar craque” apela para uma emoção direta, “o medo”, e por meio de interrogativas e asserções, utiliza essa emoção como estratégia para proteger a face do adolescente.

Mais adiante, ao referir-se a um ex-adolescente, citado por A, J utiliza-se de escolhas lexicais no diminutivo: *“Sabe quem é né, R? O W, olhinho verde. Não é isso? Clarinho... assim ... olhinho verde. Meio carequinha... assim... pouco cabelo. Já fez dezoito anos ele.”* Essas escolhas pelo diminutivo e a própria modalização das sentenças nos sugere, mais uma vez, a expressão da afetividade: o carinho e a ternura.

Outro fato bastante interessante é o uso do tropo conversacional (dirigir o enunciado ameaçador a outro que não é aquele a quem o enunciado se destina): *“Eu sei o nome dele. Conheço bastante. Abriguei ele quando era menor de idade, tentei colocar ele para estudar. Levei ele várias vezes para o pai dele. Muitas vezes ele falou que ia voltar. Ele ficou vai e volta até fazer dezoito. Ai, eu não podia fazer mais nada!”* Ao enumerar o que fez pelo ex-adolescente, J, na verdade, diz a A que o mesmo que ocorreu com o ex-adolescente ocorrerá com ele, caso não mude de atitude.

Será preciso, ainda, destacar o momento da aplicação da medida socioeducativa. A juíza procura atenuar os FTAs por meio de diversas perguntas e demais formulações indiretas dos atos de fala e modalizações: *“O que eu posso fazer por ele? Acho que dá para a gente aplicar uma medida ainda. Eu posso oferecer para você ... o perdão ... né. Em relação a isso*

aqui, cumulado com uma medida socioeducativa. Eu posso dar para você uma liberdade assistida de seis meses. Você sabe o que é isso? Você vai lá no L.A. Vai te ajudar, porque eles vão conseguir seus documentos todos... né. Te ajudar a arrumar documento. Te ajudar a arrumar matrícula... em escola ... tá bom? Te ajudar também ... a::: ... é::: ... fazer cur::so profissionalizan:::te. Eles te encaminham, mas eles vão te acompanhar. Eu vou saber se você continua no tráfico, eu vou saber se você está disposto a fazer curso, se está disposto mesmo a trabalhar ou se é conversa fiada. Tá? Com três tráficos, você pode ser internado. Tá bom? Então essa é assim ... é uma primeira oportunidade que a gente dá a você. Aí você pode aproveitar essa oportunidade. Você topa? Por meio dessas formulações indiretas e de modalizadores, J oferece a A o perdão, porém, ao mesmo tempo, aplica-lhe uma medida socioeducativa e lhe faz uma advertência: deixa claro que, se não aproveitar a oportunidade (Liberdade Assistida), poderá perder a liberdade.

Há, ainda, muitas outras estratégias discursivas de gestão de face utilizadas por J, porém ficaremos apenas com as que já mencionamos. Passaremos, a partir de agora, às análises das estratégias discursivas que suscitam emoções, utilizadas pelo adolescente, em busca da proteção de sua face.

O adolescente A, seguindo o ritual para o seu “to save face⁴” também irá usar as estratégias de proteção de face. Ao ser questionado por J se trabalhava, no início da audiência, apresenta como resposta um “*ainda não*”. Esse “*ainda não*” é uma forma modalizada que consiste em uma estratégia de proteção face. Ao usar o operador discursivo “ainda”, A está dizendo que não trabalha no momento, mas que pretende trabalhar.

No decorrer da audiência, vamos observar que existe uma recorrência à “doxa⁵” do trabalho (ou estudo), tanto por parte do adolescente: “*Não. Vou estudar à noite no Aristides. (...) Ah:: não. O cabo Vieira falou que vai arrumar um emprego pra mim. (...) Mas eu decidi de ontem que eu vou caçar um emprego e vou parar com isso*”, como por parte da juíza: “*Não. Não está. Não está estudando, mas irá começar a estudar à noite... e trabalhar. Ahnrã. Vai voltar a estudar e trabalhar. Os policiais ainda vão te abordar muitas vezes. Até perceberem você com o uniforme de esco::la... com o uniforme de traba::lho, mudando sua situação::: ...*” Essa recorrência se justifica por fazer parte do imaginário da coletividade a ideia de que o trabalho enobrece e dignifica o homem e, portanto, aquele que trabalha (ou estuda) não pode ser criminoso ou não tem tempo para o crime. Trata-se de um amenizador do FTA: dizer simplesmente que não estuda é uma ameaça à face, mas dizer “*Ainda não*”. “*Vou*

⁴ Expressão usada por Goffman (2011), que em português poderia ser entendida como “livrar a cara”.

⁵ Saberes consagrados em torno de uma ideia e que faz parte do imaginário social.

estudar à noite no Aristides” atenua a ameaça à face e ainda suscita os sentimentos de nobreza e dignidade.

Ainda fazendo uso de modalizadores e moderadores, o adolescente procura atenuar o FTA quando se vê obrigado a responder se é usuário de droga: a forma como modaliza por meio do “Só de maconha” (...) e do “Mas... eu não sou viciado não, senhora” (...) e a forma moderada “Ah:... ah de quanto que eu quiser. Se eu falo que só vou fumar uma. Só fumo uma” diminuem a gravidade de ser um usuário de droga. Essas estratégias discursivas de proteção de face são procedimentos que procuram atenuar o FTA, mas, ao mesmo tempo, resgatar a confiança de J, sugerindo autoconfiança e determinação.

Não podemos deixar passar despercebido o momento da confissão. Segundo Brown e Levinson (1987), a confissão é um tipo de ato que ameaça a face positiva do interactante. Ao fazê-la, portanto, A, mesmo que inconscientemente, sabe que será preciso proteger a sua face e para tal recorre a um procedimento suavizador. Quando J lhe pergunta: “A, o que você estava fazendo com essas quinze pedras de craque?”, A resolve confessar “Senhora, eu não vou mentir pr’ucê não. Eu ia vender elas”. Mas para realizar essa confissão, ele procura suavizá-la, inserindo nela uma “fórmula especializada” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006), tal como “Senhora, não vou mentir pr’ucê não”. Essa fórmula especializada, além de atenuar o FTA “eu ia vender elas”, procura resgatar a confiança perdida.

Ainda como estratégia de proteção de face, utilizada por A, encontramos a utilização da recorrência à máxima da sinceridade. No decorrer da audiência, J lhe pergunta: *Eu já apliquei alguma medida de... liberdade assistida ou de prestação de serviço à comunidade para você? (...) Ainda não, né? Quer dizer que você está querendo mudar de vida?* Após esse questionamento segue-se um “Sim senhora” e a juíza torna a perguntar “Com sinceridade?” e A responde “Com sinceridade”. Ao recorrer à máxima da sinceridade, a juíza espera que A se comprometa com a sua promessa e A, por sua vez, demonstra arrependimento, desejo e esperança de “mudar de vida”.

Há vários aspectos discursivos relacionados às estratégias de proteção de faces que merecem ser analisados nesta audiência, porém para o propósito de um artigo, consideramos pertinentes as análises apresentadas até aqui. Fica para um próximo trabalho a discussão a respeito dos diversos FFAs (Atos lisonjeadores às faces) presentes nesta audiência.

Considerações finais

Este estudo comprovou a nossa hipótese inicial de que os atores de uma audiência com adolescentes em conflito com lei utilizam-se de estratégias discursivas de gestão de faces, as

quais suscitam emoções, buscando a proteção e preservação dessa face. Entre essas estratégias foram utilizados, principalmente, procedimentos que atenuam os FTAs (atos que constituem ameaças às faces positivas dos interactantes), no caso de nosso corpus, o adolescente em conflito com a lei.

Esses procedimentos, quando marcados linguisticamente, variam desde formulações indiretas de atos de fala, uso de tropos e procedimentos subsidiários, tais como fórmulas especializadas, minimizadores, modalizadores, moderadores, entre outros. Todos esses procedimentos, utilizados tanto na proteção da face alheia (polidez – da juíza para o adolescente), quanto na preservação da própria face (do adolescente para o próprio adolescente), cumprem o seu papel de preservar a face em questão, geralmente por meio das emoções suscitadas.

As emoções suscitadas passam pelas relações de carinho e ternura, pelo arrependimento /perdão, entre outras emoções citadas ao longo de nossas análises, e, finalmente, terminam com a felicidade. Na última frase pronunciada pela juíza ao se despedir do adolescente: “Tchau. Estou feliz porque você vai mudar hem, A”, esta, expressando felicidade, demonstra ter confiança no adolescente, mesmo quando sabe que nem sempre isso é possível.

Referências

AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. 3ª edição. Paris: Armand Colin, 2010.

ADORNO, S. (1993). Criança: a lei e a cidadania. In I. Rizzini. (Org.). *A criança no Brasil hoje. Desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula.

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BROWN e LEVINSON, S. *Politeness*. Cambridge, CUP, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. A Patemização na televisão como estratégias de autenticidade. In: Machado, Ida Lúcia, Menezes, William e Mendes, Emília (org.). *As emoções no discurso*. Vol. 2. Campinas: Mercado de Letra, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2011.

_____. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis, RJ: editora vozes, 2013.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Les émotions dans les interactions. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

_____. Análise da conversação: princípios e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no tribunal do júri. Tese de doutorado em estudos linguísticos. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

MATHIEU-CASTELLANI, Gisèle. La rethorique des passions. Paris: PUF, 2000.

MEYER, Michel. A retórica. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Les grands définitions de la rethoriques. In: Principia rhetórica: une théorie générale de l'argumentation. Paris: PUF, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.

PLANTIN, Christian. L'argumentation dans l'émotion. Paris: Pratiques 96, 1997.

_____. As razões das emoções. In: Machado, Ida Lúcia, Menezes, William e Mendes, Emília (org.). As emoções no discurso. Vol. 2. Campinas: Mercado de Letra, 2010.

Anexos

Audiência 01

Apresentamos, a seguir, a transcrição de uma audiência com adolescentes em conflito com a lei por envolvimento com o tráfico de drogas. Trata-se de audiência gravada no Fórum de Colatina – ES e participam de sua mise en scene, a juíza (J), um representante do Conselho Tutelar (R), o irmão de A (I). A transcrição que segue é o recorte de uma parte desta audiência, quando foi ouvido o menor que aqui chamaremos de A. Há ainda referência a segundo menor L e a um primo do menor ouvido, que chamaremos W.

Segue tabela de transcrição adaptada do projeto NURC/SP.

(())	Comentário do analista
Truncamento	/
Entoação enfática	Uso de maiúsculas
Alongamento de vogal ou consoante	:: ou :::
Pausa	...
Superposição de vozes	[
Interrogação	?

((A juíza, após ouvir as testemunhas, começa a ouvir o adolescente A))

J Você sabe então o que é, né A? Consta aqui, A, que no dia 26 de setembro de 2013, por volta das 19 horas, na escadaria X, no bairro N, durante patrulhamento, a guarnição avistou três indivíduos no local, em atitude suspeita. Que ao avistarem a guarnição, empreenderam fuga para dentro da casa de número 56 da escadaria. Dois dos indivíduos foram alcançados, sendo um deles CA. A guarnição prosseguiu com a abordagem pessoal e nada de ilícito foi encontrado. Contudo ao realizarem a revista na casa dele, foi encontrada uma balança de precisão com resíduo de entorpecente e várias sacolas de chup-chup. Questionado acerca do terceiro indivíduo que se encontrava com CA, este diz ser W, indicando onde ele residia. Ao se deslocarem à residência de W, foi encontrado dentro da mesma mais dois indivíduos, sendo os adolescentes A e L. Essa é que a sua parte tá? No interior da casa, foi encontrada uma sacola transparente, contendo uma substância em pó branca, aparentando ser ácido bórico, a quantia de 179 reais, em espécie, com o adolescente L e a quantia de 109 reais, em espécie, com o representado A. Foi encontrado ainda, dentro da mesma casa, um prato com duas colheres, ambas com resíduo de substância análoga a ácido bórico, e uma sacola transparente com a mesma substância citada acima. A guarnição, então, se deslocou até a residência de A, sendo encontrada uma bucha com substância análoga à maconha e mais 51 reais em espécie. Durante as buscas, a guarnição recebeu uma denúncia indicando onde o adolescente A havia escondido a droga, sendo possível encontrar no local indicado na denúncia 23 buchas de substância análoga à maconha, embaladas em sacolas transparentes e uma munição de calibre 32 intactas. Então consta que aquela droga, aquelas 23 buchas de maconha eram suas e que você venderia aquela droga. Você confirma?

A Confirmando não.

J ((virando-se para a escrevente)) Que nega os fatos narrados na inicial.

J E aí? E você trabalha? Não?

A Ainda não.

J Você estuda?

A Não. Vou estudar à noite no Aristides.

J Não está estudando?

A Por enquanto não.

J Você está com 16 anos?

A Tô. Vô estudar à noite no Aristides.

((A escrevente pergunta))

E Ele está estudando?

J Não. Não está. Não está estudando, mas irá começar a estudar à noite... e trabalhar.

[

A

a estudar...

J Você nunca trabalhou?

A Ah:: não. O cabo Vieira falou que vai arrumar um emprego pra mim.

J Falou?

((Nesse momento, o irmão maior de A, que o acompanhava, perguntou sobre o dinheiro))

I E os 51 reais? Era meu.

J É::, depois você conversa comigo, tá. Agora ele está sendo ouvido.

J ((Voltando para a escrevente)) Que o cabo Vieira prometeu arrumar um emprego para o depoente.

J ((Voltando para o depoente)) A, você com... a sua ahn:: / quando você foi revistado, foi encontrado com você 109 reais, junto do seu corpo, né. E de onde....

[

A Não... foi encontrado 76, eu acho.

J Bom, aqui consta que foi encontrado 109 reais com você. Tá constando aqui 109. Mas você diz que não foi, foi 76.

A É... foi por aí. 89 reAIS.

J E de onde / oitenta e nove ou setenta e nove? Não sabe dizer ao certo?

A É

J Sabe ou não sabe? Sabe não?

A Não sei se foi 80 reais ou 70 reais?

J Setenta ou 80 reais?

A É... 70 reais.

J ((para a escrevente)) 70 reais ou 80 reais e não 109 como consta na inicial.

J ((para A) De onde era esse dinheiro? Se você não trabalhava? De onde era esse dinheiro? Proveniente de QUÊ, esse dinheiro? Esses 70 ou 80 reais?

A Eu tinha vendido umas bucha ((bem baixinho))

J Você tinha vendido umas buchas de maconha.

J ((para a escrevente)) Que o dinheiro era produto da venda de umas buchas de maconha.

J ((voltando para A)) E aquelas maconhas, vinte e três buchas... não eram suas?

A Era só seis. E... e:: uma/ e seis... eu tinha deixado pra... e uma... eu tinha...

[

J Você tinha vendido cinco, então? Você tinha vendido seis? E uma você guardou?

[

A Ahn::

J A carga era de sete que você tinha?

A Não, tinha seis. Eu tinha seis escondida do lado da escada.

J Ah::

A Ai eu ia usar... e uma eu deixei em cima da geladeira, que eu tinha esquecido.

J ((para a escrevente)) o depoente tinha seis buchas de maconha escondidas perto da escada, mas eram para uso próprio. Que... essa bucha que estava em cima da geladeira era sua também.

[

A É...

J Que o depoente havia guardado para usá-la.

J ((voltando para A)) quem mais escondia droga naquela escadaria?

A Ah senhora, eu nem sabia que tinha droga lá não.

J ((para a escrevente)) que o depoente não sabia que havia drogas escondidas na escadaria.

J ((para o depoente)) quem mora perto da escadaria lá, além de você?

A Eu ((bem baixinho)) ahn::...eu moro... pra... frente um pouco.

J Oi?

A Eu moro pra frente um pouco.

J Sei. Você mora um pouco mais frente da escada. E da sua casa você consegue visualizar a escada?

A Não. Eu nem fico dentro de casa não. Eu ficava mais na casa da minha namorada.

J ((para a escrevente)) Que a escadaria onde foi encontrada a droga é um pouco mais à frente da casa do depoente. E perguntado ao depoente se da casa é fácil visualizar a escada, respondeu que quase não fica em casa e que fica mais na casa de sua namorada.

J ((para A)) Você foi apreendido novamente na terça-feira?

A Terça-feira?

J Terça-feira. É.

A Fui.

J E aí?

A Eu tava descendo ...

[

J droga também?

A Não. Eu tava descendo lá pro:: São Vicente. Aí foi / quando eu tava curvando... aí chegou a polícia militar e botou todo mundo na parede. Aí nisso, acharam umas drogas que tava do lado das meninas que tava sentada lá no morro. Aí nisso, como eu sou pichado né, botou eu/ botou todo mundo dentro da gaiola. Aí levou eu lá na casa da minha irmã e eu tinha esquecido ((num tom mais baixo)) quinze pedras lá.

J Você tinha esquecido quantas pedras?

A Quinze.

J Quinze pedras. O que foi encontrado perto das meninas? Foi craque... foi...

A [foi craque

J Craque. Você sabe quantas?

A Não, não sei não. Tava dentro de uma bolsinha preta.

J ((voltando para a escrevente)) que as pedras de craque estavam dentro de uma bolsinha preta.

A [Aí els falaram que era de uma menina que tava lá.

J ((ainda para a escrevente)) como o depoente... é:: / ((voltando para o adolescente)) fichado né, que você quis dizer?

A Como assim?

J Marcado pela polícia.

A É, é.

J ((voltando para a escrevente)) Como o depoente é marcado pela polícia, foi colocado dentro da viatura e levado até a casa de sua irmã. Não é isso?

A É::

J ((para a escrevente)) que o depoente havia esquecido quinze pedras de craque na casa da irmã, que essas forma apreendidas pela polícia.

((voltando-se para o depoente)) Você é usuário de drogas, A?

A ((abaixa a cabeça)) Só de maconha.

J Só de maconha?

A Mas... eu não sou viciado não, senhora.

J Você usa de quanto em quanto tempo?

A Ah::...ah de quanto que eu quiser. Se eu falo que só vou fumar uma. Só fumo uma.

J Mas assim, normalmente, quanto você usa?

A Uns dois ... uns três.

J Por dia?

A É.

J Todo dia?

A Todo dia não.

J Todo dia não? Assim na semana.... sete dias da semana...

A [sete dias na semana?

J Não Em SETE dias? Você usa uns três dias?

A Por aí.

J Por aí ou pouquinho mais?

A Por aí.

J Por aí. Então... três dias, em sete, você usa. E quando usa, usa duas buchas?

A Não. ((bem baixinho)) Uso quando tem.

J Em quanto tempo? Você acredita que você controla então? Que você é capaz de controlar? Que você fuma quando tem ou quando quer? Você acha isso?

A Eu acho não. Eu tenho certeza.

J Você já experimentou alguma vez... o fristo que é o:: o cigarro da maconha com a pedra de craque?

A ((responde negativamente com a cabeça)).

J Não. Nunca experimentou. Tem medo do craque né. Tem que ter mesmo. A, o que você estava fazendo com essas quinze pedras de craque?

A Senhora, eu não vou mentir pr'ucê não. Eu ia vender elas.
 J Você ia vender. Então você continua no tráfico né, A?
 A Não.
 J Foi ONTEM! ANTION:::TEM!
 A Mas eu decidi de ontem que eu vou caçar um emprego e vou parar com isso.
 J Você “decidiu de ontem” que vai “caçar um emprego” e vai parar de traficar.
 A O cabo Vieira me prometeu ...
 []
 J o Marcos te prometeu. O cabo Marcos Vieira ...
 A é pra eu procurar ele lá no outro lado que ele vai deixar o número comigo, os negócio todo, pra eu procurar ele ...
 J Ahn-rã. Vai voltar a estudar e trabalhar.
 A É chato ficar correndo da polícia, fugindo ...
 J Isso aí é o de menos. O pior é moRRER::, maTAR:: ... ser PREso. Você está com dezesseis, né? O negócio não está bonito não, A. Eu vou ler para você o que você falou na delegacia tá.
 ((leitura do depoimento do adolescente na delegacia. Após a leitura, volta-se para o adolescente))
 J Confirma só em parte né, A?
 A É ... em parte.
 J ((voltando-se para a escrevente retifica o depoimento quanto ao valor e origem do dinheiro, em seguida volta-se para o depoente)).
 J Eu já apliquei alguma medida de... liberdade assi:::stida ou de prestação de serviço à comunidade para você?
 A Não.
 J Ainda não, né? Quer dizer que você está querendo mudar de vida?
 A Sim senhora
 J Com sinceridade?
 A Com sinceridade.
 J Mesmo?
 ((voltando-se para a escrevente)) que pretende realmente mudar de vida e irá procurar emprego.
 ((em seguida, torna ao depoente)) E aquele ácido bórico que estava entre vocês ... você dois? Era ácido bórico mesmo?
 A Eu e o L tinha saído à noite e chegamo na madrugada. O meu irmão tava dormindo e a mãe dele também. Nós ficamo do lado de fora, aí nós pedimo o W para dormir lá.
 J Ah:::!
 ((novamente para a escrevente)) que não sabe dizer de quem era o ácido bórico, nem o que seria feito dele, pois o depoente e L pediram ao W para dormir na casa dele em razão de seu irmão e da mãe de L estarem dormindo e a porta da casa estar fechada no momento em que o depoente chegou em casa.
 ((voltando-se para o depoente)) O W é seu primo?
 A Não. É de consideração.
 []
 J não?
 ((voltando-se para a escrevente)) que W não é seu primo de sangue, mas de consideração.
 A Ele ficava no centro ...
 J Oi?
 A Ele ficava no centro ...
 J No centro da cidade. Ah:::! É o WI? É um que engraxava sapato?
 []
 A É. É.
 J ((para a escrevente)) que o W costumava ficar no centro da cidade e era engraxate. Ele é lá de::: ...
 []
 A Mantena.
 J Mantena. Você é de Mantenópolis?
 A Não, sô daqui.
 J Não. Daqui mesmo.

((volta-se para a escrevente)) que o W é de Mantena, Minas Gerais.
 ((Volta-se para o membro do Conselho Tutelar)) Sabe quem é né, R? O W, olhinho verde. Não é isso? Clarinho... assim ... olhinho verde. Meio carequinha... assim... pouco cabelo. Já fez dezoito anos ele.

A Ele tá no CDP. ((Centro de Detenção Provisória))

J Ele está pre:::so?!

A Não sei o que foi ... uma audiência que ele não veio.

J Nã::o! Ninguém fica preso assim não.

A Ele tá preso no CDP.

J Está no CDP?

A Já vai sair já.

J Vai sair?

A A mulher dele/ eles tinha ele como morador de rua. Aí ... ele já tava morando com a mulher dele já ... é só levar o negócio lá / que ele mora com a mulher dele.

J Nã::o. Tem alguma coisa aí que está mal explicada, porque ninguém vai preso por morar na rua não. É furto. Furto é difícil ficar preso. Muito difícil. Se for roubo fica preso, agora furto é difícil. Eu vou olhar no sistema. Eu sei o nome dele. Conheço bastante. Abriguei ele quando era menor de idade, tentei colocar ele para estudar. Levei ele várias vezes para o pai dele. Muitas vezes ele falou que ia voltar. Ele ficou vai e volta até fazer dezoito. Aí, eu não podia fazer mais nada. E essa companheira dele? É mais velha que ele, não é?

A É.

J É... eu sei quem é. É ele mesmo.

((volta-se para a escrevente)) Deixa eu ver o quanto que o A tem de ato infracional aqui. O que eu posso fazer por ele? Não tem a informação de antecedentes. ((Juntas, verificam no sistema os atos infracionais do adolescente)).

É. Acho que dá para a gente aplicar uma medida ainda.

((volta-se para o adolescente)) Eu posso oferecer para você ... o perdão ... né. Em relação a isso aqui, cumulado com uma medida socioeducativa. Eu posso dar para você uma liberdade assistida de seis meses. Você sabe o que é isso? Você vai lá no L.A. Vai te ajudar, porque eles vão conseguir seus documentos todos... né. Te ajudar a arrumar documento. Te ajudar a arrumar matrícula... em escola ... tá bom? Te ajudar também ... a::: ... é::: ... fazer cur:::so profissionalizan:::te. Eles te encaminham, mas eles vão te acompanhar. Eu vou saber se você continua no tráfico, eu vou saber se você está disposto a fazer curso, se está disposto mesmo a trabalhar ou se é conversa fiada. Tá? Com três tráficos, você pode ser internado. Tá bom? Então essa é assim ... é uma primeira oportunidade que a gente dá a você. Aí você pode aproveitar essa oportunidade. Você topa?

A Topo.

J A, então está bom. A gente suspende o processo e você tem que cumprir a medida. Tá? No momento é ótimo, porque você está disposto mesmo, né. Se você não cumprir você pode ser internado por até noventa dias, que é internação sanção.

A Não. Eu vou.

J Tá bom. É isso aí. Então tá ótimo.

((passam-se alguns minutos)) E eles ainda vão te abordar muitas vezes, tá, A. Os policiais ainda vão te abordar muitas vezes. Até perceberem você com o uniforme de esco:::la... com o uniforme de traba:::lho, mudando sua situação::: ...

A É... assim. Eu vou ... num tem ... cumprir minha promessa. Mas ... tipo... se eles achar alguma droga no beco. Eles não pode falar que é minha não.

J Não. Não aí

[

A porque eu nem vô ficar lá no beco não, pra evitar esses problema.

J O ideal é você ficar: escola, trabalho, casa. Se você ficar pelos becos, pode ser confundido. E é como você falou: você está marcado. Né?

A E se eu tiver passando na hora ... assim?

J Se você tiver passando na hora, aí você vai dizer “ôh, não estraguem a minha vida não, eu estou no L.A., eu estou querendo trabalhar, não estraguem a minha vida não que eu não estou mais no tráfico. Converse com eles, né. E os meninos eles ...por exemplo, o cabo Vieira, ele conversa bem com vocês. Eu não sei se os outros conversam. Naquela região ... só que o cabo Vieira não está mais naquela região.

R ((Conselho Tutelar)) Ele nunca esteve não. Só terça-feira que ele esteve ...

[

J Ah tá! Só terça que ele esteve nessa operação. Acho que ele está lá no Ayrton Senna. Então ... o que você vai fazer? Você vai ... mudar sua vida. E tenta evitar ser pego, porque eles vão... eles vão sempre te abordar, até eles perceberem que você mudou. Porque é o trabalho deles. É a obrigação deles né.

A Eu entendo.

J Agora, se você tiver tranquilidade e respeitar... os policiais conversam bem. Não pode é querer ficar impondo a vontade a policial. Policial fala parede: na hora, num briga não, não reage não. Eu tô no meu carro, policial mandou eu parar... é na hora... na hora. Documento? ... na hora. Documento. Certo? É assim... porque é a obrigação deles, então tem que respeitar a obrigação deles. Não é verdade? Já fui parada por policia... pra apresentar documento de ca:rrro. Eles não são delicados, mas eu tenho que compreender que... eu posso estar agindo bem, mas tem gente que não está. Então eu tenho que ter paciência com eles, porque eles estão sob stress constante e eu não. Eles estão o tempo todo procurando alguma coisa errada. Não é verdade? Então a pessoa fica com uma adrenalina, stress constante. Não dá para ser delicado né? É por isso que a gente precisa ter paciência, né? E saber se comportar com o policial.

((A juíza encerra a audiência e o conselheiro (conselho tutelar) orienta o adolescente em relação ao endereço da L.A))

J Tchau. Estou feliz porque você vai mudar hem, A.

Artigo recebido em: 13/06/2018.

Artigo aceito em: 13/08/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.

O CONFLITO DE IDENTIDADES E A VIOLÊNCIA VERBAL NA REPRODUÇÃO DAS *FAKE NEWS* A RESPEITO DE MARIELLE FRANCO

Manoel Francisco Guaranha¹

Resumo: Este trabalho propõe-se a estudar as marcas da violência verbal nas *fake news* que circularam nas redes sociais a respeito da vereadora carioca Marielle Franco depois de sua execução no Rio de Janeiro em 15 de março de 2018. Para tanto, serão utilizados os seguintes pressupostos teóricos: a teoria dos atos de fala de Austin (1990) ampliada por Searle (1991); as considerações sobre os atos de linguagem no discurso de Catherine Kerbrat-Orecchioni (2005); os estudos sobre o discurso polêmico de Ruth Amossy (2017) e sobre a construção do *ethos*, também de Ruth Amossy (2016); e os estudos sobre argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) articulados aos conceitos de identidade cultural e identidade e diferença de Stuart Hall (2000) e Kathryn Woodward (2000), respectivamente. A finalidade é compreender, por meio de uma perspectiva interdisciplinar, como os processos de violência verbal podem revelar, na materialização discursiva difusa das redes sociais, um aspecto do *ethos* coletivo nacional que evidencia o choque identitário latente na sociedade brasileira do qual essa violência verbal e virtual das *fake news* em estudo é uma face visível e se materializa na realidade documentada no **Atlas da Violência 2018** (CERQUEIRA *et alli*, 2018).

Palavras-chave: Violência verbal; *Fake news*; Atos de fala; *Ethos* discursivo; Identidade cultural.

Abstract: This paper proposes to study the marks of verbal violence in the fake news that circulated in social networks about the city councilwoman Marielle Franco after her execution in Rio de Janeiro on March 15, 2018. In order to do that, the following theoretical assumptions will be used: Austin's speech acts theory (1990) amplified by Searle (1991); the considerations about the acts of language in the speech of Catherine Kerbrat-Orecchioni (2005); the studies on Ruth Amossy's polemical discourse (2017) and on the construction of *ethos*, also by Ruth Amossy (2016); and the studies on Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996) articulated with the concepts of cultural identity and identity and difference of Stuart Hall (2000) and Kathryn Woodward (2000), respectively. The purpose is to understand, through an interdisciplinary perspective, how the processes of verbal violence can reveal, in the diffuse discursive materialization of social networks, an aspect of the collective national *ethos* that evidences the latent identity shock in Brazilian society from which the verbal and virtual violence of the fake news in study is a visible

¹ Professor Doutor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro, UNISA, São Paulo, SP, Brasil e professor concursado da FATEC – Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: manoel.guaranha@gmail.com.

face and materializes itself in reality, expressed in the Brazil's official document **Atlas da Violência 2018** (CERQUEIRA et alli, 2018).

Keywords: *Verbal violence; Fake news; Acts of speech; Ethos discursive; Cultural identity.*

Em 15 de março de 2018, a vereadora Marielle Franco (PSOL- Rio de Janeiro), quinta mais votada na cidade, foi assassinada com quatro tiros no rosto no interior de seu carro, no bairro de Estácio. Seu motorista, Anderson Pedro Gomes, também foi assassinado na ocasião. Houve manifestações de repúdio ao crime e homenagens às vítimas, mas chamou a atenção, especialmente, a grande quantidade de notícias falsas, as chamadas *fake news*, sobre as trajetórias política e pessoal da vereadora que foram veiculadas por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp* e por outras redes sociais. Foram informações sem fonte segura ou comprovação sobre a conexão da vereadora com o crime organizado, sobre a suposição de uso de drogas e de ela ter engravidado na adolescência. A reprodução dessas *fake news* foram feitas também por figuras públicas como um deputado e uma desembargadora. (SANTOS, 2018). Além de expor a crise pela qual atravessa a democracia brasileira, pois a morte de Marielle eliminou uma representante eleita por um grupo que se identificou com as ideias dela, o crime e os desdobramentos dele na Internet expôs outra face da violência, aquela que se amplia além da aniquilação física das vítimas: a violência verbal nas redes sociais que expõe os conflitos identitários latentes na sociedade brasileira.

Este trabalho propõe-se a analisar, a partir das perspectivas de estudos linguísticos, discursivos e culturais, as marcas dessa violência verbal nessas *fake news* que circularam nas redes sociais a respeito da vereadora carioca assassinada. A finalidade é compreender como os processos de violência verbal podem revelar, na materialização discursiva difusa das redes sociais, um aspecto do *ethos* coletivo nacional que evidencia o choque identitário latente na sociedade brasileira trazido à tona em postagens que, inclusive, desafiam a legislação vigente que regula práticas de difamação e calúnia.

Para tanto este trabalho compreenderá três sessões: na primeira delas, será discutida a teoria dos atos de fala de Austin (1990) ampliada por Searle (1991), bem como as considerações sobre os atos de linguagem no discurso de Catherine Kerbrat-Orecchioni (2005), destacando-se a força ilocucionária desses atos e a questão da intencionalidade desses enunciados. Na segunda

sessão, serão articulados aos conceitos precedentes considerações sobre o discurso polêmico feitas por Ruth Amossy (2017) e sobre a construção do *ethos* discursivo, também de Amossy (2016), no sentido de compreender a função dos estereótipos nesse fenômeno. Finalmente, na terceira sessão, serão analisados os argumentos que sustentam as *fake news* (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996) e apresentados os conceitos de identidade cultural ao longo do tempo e na contemporaneidade com base em Stuart Hall (2000), bem como a visão da identidade em função da diferença, discutida por Kathryn Woodward (2000). Essa instrumentação teórica permite destacar a crise de identidade, especialmente no Brasil, que revela, no caso em estudo neste artigo, a transposição verbal para os ambientes virtuais da violência material do país exercida contra os grupos identitários representados por Marielle Franco, violência que está documentada no *Atlas da Violência 2018* (CERQUEIRA *et alli*, 2018).

Teoria dos atos de fala: performatividade, força ilocucionária e intencionalidade

Austin (1990) propõe que enunciados como “Eu batizo esta criança”, “eu aposto X em tal possibilidade”, “aceito esta mulher ou este homem como esposa ou marido”, entre outros, são casos em que “proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas) evidentemente não é descrever o ato que [eu] estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar o que estou praticando: é fazê-lo” (AUSTIN 1990, p. 24). Proferimentos desse tipo são chamados performativos e não estão sujeitos a condições de verdade ou falsidade, mas a condições de felicidade sob determinadas circunstâncias que, se presentes, implicam que dizer é fazer.

Austin (1990) delimita, ainda, algumas dessas condições de felicidade. Entre elas, que o procedimento deve ser convencionalmente aceito, que tenha um efeito convencional, que seja dito por determinadas pessoas em determinadas circunstâncias, que essas pessoas tenham autoridade para fazer isso (AUSTIN 1990, p. 31). Alguém só pode performar uma decisão condenatória, por exemplo, se for um juiz e se estiver em uma sessão de julgamento após cumpridos todos os ritos do processo.

Austin (1990) categoriza, ainda, os graus de performatividade: os performativos puros, os quase-performativos, os enunciados intermediários e os performativos implícitos.

No primeiro caso, o dos performativos puros, temos os enunciados sustentados por verbos em primeira pessoa como “aposto tal quantia”, “juro que é verdade”, “agradeço por tal coisa”.

Formulado em outro tempo verbal ou atribuído a outra pessoa, o performativo puro transforma-se em um declarativo: “eu apostei”, “ele apostou”, por exemplo.

No segundo caso, dos quase-performativos, ocorre a transformação dos performativos por meio de reduções: o juiz pode proferir “Culpado!” ao invés de “Eu declaro o réu culpado” ou um agente pode proferir “Pedro está autorizado pela presente a fazer tal coisa” ao invés de “Eu autorizo Pedro a fazer tal coisa”. Pode haver também o acréscimo de um modalizador ou de outro prefixo: “Gostaria de informá-lo que está autorizado a fazer tal coisa”, “Queria declará-lo culpado” (caso o enunciador não esteja proferindo sua intenção, mas a própria declaração de culpa, dado que remete à questão da intencionalidade que será tratada mais adiante neste artigo).

No terceiro caso, enunciados como “Eu sou eternamente grato a você” ou “Eu sinto muito” são semelhantes aos performativos “Eu agradeço a você” e “Eu peço desculpas”. Seriam enunciados mistos que estariam entre os constativos, os que relatam estados de coisas, e os performativos, que realizam o que dizem.

No quarto caso, “Eu ordeno que você saia”, o ato de ordenar pode ser performado implicitamente como “Saia”. Esses performativos implícitos ou primários são dotados de força ilocucionária.

Quanto à “força ilocucionária” dos enunciados, encontramos em Austin (1990) três dimensões por meio das quais se pode analisar os atos da fala: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Locucionário é o ato de emitir um enunciado segundo as regras de determinada língua, como indica o elemento de composição latino “*loqu-*”, do verbo. latino *lōquor, ēris, locūtus* [...] depoente, 'falar, exprimir-se” (HOUAISS, 2001, p. 1783). Ilocucionário é o ato que realiza a ação denominada pelo enunciado: promessa, juramento, ordem, pedido, batismo. Neste caso, o prefixo “i” está por “in”, cujo sentido mais próximo parece o de transformação (HOUAISS, 2001, p. 1588). Perlocucionário é o fator da dimensão que exerce um efeito sobre o ouvinte de intimidar, convencer, por exemplo, e que depende, fundamentalmente, da situação da enunciação. O prefixo “per”, neste caso, está ligado às ideias de “por meio de”, “por intermédio de”. Vale dizer que, por meio da locução, produz-se algum efeito no enunciatário.

Searle(1984), engajado na teoria de Austin, “vai tentar estabelecer o inventário e a classificação dos diferentes atos que podem ser realizados por meio da linguagem; [...] descrever para cada categoria de atos e cada ato particular suas realizações linguísticas, bem como as condições de sucesso às quais eles estão submetidos” (KERBRAT-ORECCHIONI 2005, 43). A

proposta deste artigo não é problematizar essas categorias, de resto bastante flexíveis, mas destacar certo aspecto dos atos de fala que ajudarão a compreender como os enunciados das redes sociais a respeito de Marielle deixam de ser constativos e ganham aspecto performativo ao adquirirem a capacidade de exercer efeitos concretos sobre os enunciatários. Neste ponto, revela-se bastante útil a análise da questão da intencionalidade nos atos de fala.

Searle, partindo das hipóteses de que “falar uma língua é executar atos de fala” tais como fazer afirmações, perguntas, promessas, dar ordens entre outros, bem como realizar atos como referir e predicar; e de que “esses atos são, em geral, possíveis graças a certas regras” (1984, p. 26), discute a questão da intencionalidade como fator importante no estudo da unidade básica ou mínima da comunicação linguística, os atos de fala: “não só devemos supor o ruído ou a marca [dos enunciados] como produzidos por um comportamento intencional, mas também que estas intenções são de uma natureza muito especial, particular aos atos de fala” (SEARLE, 1984, p. 27).

Essa noção de intencionalidade revela-se ponto fundamental e uma das condições essenciais para a realização dos atos de linguagem. Searle mostra que

O falante tem a intenção de produzir um certo efeito ilocucional, fazendo com que o ouvinte perceba a sua intenção de produzir esse efeito; pretende também que essa percepção seja atingida em virtude do fato de a significação do item que ele emite [ter condição de] se associar convencionalmente com a produção desse efeito” (SEARLE, 1984, p. 81).

Tomando como exemplo a promessa, para que ela se realize como ato de fala, o falante precisa ter a intenção de que o enunciado produza no ouvinte a percepção de que este falante tem a obrigação de fazer aquilo que enunciou. Isso distingue a promessa de outro enunciado como o mero desejo de fazer algo, por exemplo.

Em interações polêmicas, especialmente nas redes sociais, talvez por causa da sensação que as pessoas têm de estarem dirigindo-se apenas àqueles que com elas se identificam ou pela sensação de que suas postagens sejam diluídas por certo anonimato que lhes conferirão os compartilhamentos, a intencionalidade assume formas muito claras ainda que a violência verbal não seja veiculada pelo xingamento, modo mais explícito. As *fake news* ganham contornos mais sutis, mas não menos perversos em enunciados que atacam a vida pessoal dos adversários com a finalidade de adquirir força ilocutória capaz de potencializar os efeitos perlocutórios

intencionados e destruir o oponente se não fisicamente, como no caso de Marielle que já havia sido assassinada, pelo menos simbolicamente por meio do ataque à reputação da pessoa do adversário imputando-lhe estereótipos que reafirmam as diferenças identitárias entre o produtor das *fake news* e seu grupo e o grupo representado pelo adversário.

Neste ponto, é necessário que sejam apresentados os aspectos teóricos da polêmica, notadamente aquela que envolve violência verbal, a questão do *ethos* retórico perceptível nesses discursos e os processos argumentativos que os sustentam para fundamentar as considerações sobre as notícias falsas em questão neste artigo.

A polêmica, a construção do *ethos* discursivo e o estereótipo como marca da violência verbal

As redes sociais caracterizam-se, em grande medida, como um espaço polêmico, espécie de ágora virtual. Segundo Amossy (2017), o senso comum tende a compreender a polêmica como uma interação que tende a ter mais agressividade do que outras formas de debate de ideias. A polêmica é um “debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público que comporta os anseios da sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura” (AMOSSY, 2017, p. 49), trata-se de uma atividade pautada pela “oposição de discurso”: “O antagonismo das opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal é condição essencial da polêmica (AMOSSY, 2017, p. 49).

Amossy (2017, p. 210-216) analisa, ainda, algumas funções sociais específicas da polêmica que poderíamos sintetizar do seguinte modo a partir da intencionalidade do enunciador: a) influenciar e dominar o outro a fazer certas escolhas sociais; b) aglutinar pares sociais, ainda que diferentes, sob a mesma bandeira para a construção de comunidades virtuais; c) exercer o protesto por meio de “uma recusa e um desejo de mudança; inscrevendo-se numa relação de força, [...] acontece como um ato de resistência” (AMOSSY, 2017, p. 213) que, acreditamos, pode ser a favor ou contra o novo, liberal ou reacionário (este adjetivo considerado no sentido político do termo, que significa aquele que defende princípios ultraconservadores); e d) posicionar-se como líder em algum segmento ou contexto apropriando-se do discurso da maioria.

Embora seja difícil delimitar nitidamente as fronteiras entre essas funções, no caso específico das *fake news* a respeito de Marielle Franco, objeto de nosso estudo, estas serão

consideradas interações polêmicas em que prevalecem as funções enumeradas em “b” e “c” do parágrafo anterior, ou seja, têm o objetivo de aglutinar pares sociais como um modo de protesto de certos extratos da sociedade, notadamente aqueles de perfil mais reacionário, de modo a mobilizá-los e reagir contra certas mudanças ocorridas no Brasil nas últimas décadas que desafiaram o *status quo* e permitiram a certos grupos antes fora do jogo político, como as mulheres, os negros e os moradores de periferias pobres, elegerem seus representantes e ganharem voz no cenário político.

A partir desta perspectiva reacionária, exacerba-se a violência verbal das interações polêmicas, ainda que seguindo “regras autorizadas pelos enquadres discursivos dos quais participar e cumprir neles as funções mencionadas de luta, de protesto ou de reunião” (AMOSSY, 2017, p. 214), vale dizer, mesmo que de alguma forma reguladas pelas convenções que regem certo decoro necessário às redes sociais, a desqualificação do outro é uma das características do discurso polêmico: “Na disputa que se desenrola face ao terceiro, ela [a polêmica] se distingue sempre pelas tentativas de desqualificação do Oponente” (AMOSSY, 2017, p. 58).

A violência verbal, mesmo que não expressa por termos chulos, não é menos agressiva do que a violência física uma vez que aquela reverbera e procura legitimar as consequências desta. Além disso, põe em risco todos os demais elementos identificados como pertencentes ao grupo da vítima uma vez que os estigmatiza. De certo modo, as polêmicas veiculadas e reproduzidas a respeito de Marielle Franco em forma de *fake news* atingiram a memória da vítima, já atingida mortalmente pelos projéteis, mas intencionaram um efeito maior ainda de fragilizar o grupo social que ela representava ou metonimizava, aqueles que de alguma forma compartilham as identidades em que o discurso e as ações de Marielle investiam.

Aqui articulam-se, na proposta deste artigo, as teorias dos atos de fala e os estudos sobre a polêmica que envolve violência verbal e materializa-se nas *fake news*. Nestes tipos de interações polêmicas, ainda que ausentes certas condições de felicidade que devem reger os atos de fala, entre elas a autoridade e a confiabilidade daquele que enuncia, dizer torna-se necessariamente fazer porque a força ilocucionária do dito produz, intencionalmente, efeitos perlocutórios importantes de estigmatizar, intimidar, marginalizar e fragilizar todo um grupo marcado por aspectos identitários servindo-se de argumentos questionáveis do ponto de vista retórico, como será mostrado adiante.

Sendo assim, é necessário discutir o conceito de *ethos* discursivo que nos remeterá, por sua vez, à expressão das identidades culturais em crise que as interações polêmicas das *fake news* revelam e como os sujeitos que produzem essas notícias falsas persuadem os enunciatários por meio de um *ethos* discursivo marcado por estereótipos evocados, por sua vez, por argumentos que partem de uma “petição de princípio”.

Aristóteles, em sua *Retórica* (2012), entendida como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (p.12), define as provas ou os meios de persuasão sobre qualquer questão dada dividindo-as em inartísticas, as que não são produzidas pelo orador; e em artísticas, aquelas que o orador deve inventar: “As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar.” (ARISTÓTELES, 2012, p. 13). No livro II, o filósofo afirma que “a retórica tem por objetivo formar um juízo” e por isso não só “o discurso deve ser demonstrativo e digno de crédito, mas também [é necessário] que o orador mostre certas disposições e prepare favoravelmente o juiz” (ARISTÓTELES, 2012, p. 83). Mais adiante, o filósofo apresenta “os tipos de caráter segundo as paixões, os hábitos, as idades e a fortuna” (ARISTÓTELES, 2012, p. 121-130). Essas considerações ilustram como o *ethos*, a imagem que o orador constrói de si no discurso, exerce função primordial no processo argumentativo.

Em seu estudo sobre o *ethos*, Amossy (2016, p. 9-28) traça a trajetória deste conceito desde os clássicos até as perspectivas contemporâneas dos estudos culturais numa obra que procura “refletir sobre a noção de *ethos* como construção de uma imagem de si no discurso ao fazer dialogar especialistas em retórica, em filosofia analítica e em pragmática” (AMOSSY, 2016, p. 23) e também “procura elaborar ferramentas da análise que se encontram no cruzamento da teoria da argumentação com a pragmática” (AMOSSY, 2016, p 27), o que vem ao encontro dos propósitos deste artigo.

Estudar interdisciplinarmente o *ethos* discursivo por meio de uma perspectiva interdisciplinar, parte da proposta deste artigo, apresenta, pelo menos, um problema que foi apontado por Amossy (2016): “o *ethos* dos pragmáticos, na linha de Aristóteles, constrói-se na interação verbal e é puramente interno ao discurso, enquanto o dos sociólogos se inscreve em uma troca simbólica regrada por mecanismos sociais e por posições institucionais exteriores” (AMOSSY, 2016, p 122).

Amossy aponta, nesse sentido, que a nova retórica de Perelman concebe a argumentação como “o conjunto dos meios verbais pelos quais um orador tenta provocar ou reforçar a adesão de um auditório às teses que ele submete a seu assentimento” (AMOSSY, 2016, p. 123) o que implica ter de levar em conta o quadro de uma troca verbal e não o discurso pontual apenas para analisar a figura do orador e do *ethos*. Assim, a “ancoragem social” do orador conduz a uma “doxa” que ele comunga com o auditório: “conjunto de valores, de evidência, de crenças, fora das quais todo diálogo se revelaria impossível” (AMOSSY, 2016, p. 123). Essa doxa, por sua vez, apoia-se nos *topoi*, nos lugares-comuns. Esses lugares-comuns não devem ser, contudo, concebidos como atributos da figura concreta do enunciador, mas como produto da construção da própria imagem do enunciador “em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as [representações] do público” (AMOSSY, 2016, p. 124).

Essa concepção especular do *ethos* implica que a doxa seja construída com base em representações partilhadas, em “modelos culturais pregnantes” (AMOSSY, 2016, p. 125), estereótipos que veiculam esquemas coletivos cristalizados: “Na perspectiva argumentativa, o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da doxa no qual ele se situa” (AMOSSY, 2016, p. 126). Nesse sentido, serão categorizados os estereótipos a respeito de Marielle Franco veiculados pelas *fake news* sobre a vereadora. Esses enunciados tentam apresentar argumentos em favor de minimizar a barbárie que foi o assassinato dela e de seu motorista recorrendo a “esquemas coletivos cristalizados” que, em certo sentido, justificariam os crimes. Segundo a perspectiva deste trabalho, isso configura prática de violência verbal já que reitera, estimula e procura perpetuar a violência física.

Os argumentos *ad personam* e os embates identitários nas *fake news* sobre Marielle Franco

As interações polêmicas de enunciadores que se caracterizaram pela violência verbal e que tiveram força ilocucionária para desencadear os efeitos perlocutórios apontados neste trabalho de estigmatizar, intimidar, marginalizar e fragilizar uma categoria de pessoas que se identificam com a vereadora assassinada nos revelam muito do embate de identidades em crise no Brasil.

As *fake news* em questão foram inventariadas por voluntários no site www.mariellefranco.com.br/averdade (2018) com a finalidade de serem desmentidas e esclarecidas. Elas serão retomadas aqui e categorizadas, para fins de análise, segundo os estereótipos em que se baseiam: a) se o indivíduo é originário de local em que há criminosos, automaticamente isso o torna cúmplice da criminalidade como no caso das *fake news* “Marielle era ex do Marcinho VP (traficante carioca), “Marielle foi eleita pelo Comando Vermelho” e “Marielle defendia bandido” (A vereadora era originária da Favela da Maré, Rio de Janeiro); b) quem defende a não criminalização ou relativiza a criminalização das drogas é usuário de drogas e usuários de drogas podem ser exterminados, como sugere a *fake news* “Marielle era usuária de maconha”; e c) mulheres que engravidam na adolescência ou que são mães solteiras são marginais, caso da *fake news* “Marielle engravidou aos 16 anos”.

Considerando-se que a veiculação dessas informações a respeito da vereadora após o assassinato em nada contribuiriam para a solução do crime e, ainda que fossem verdadeiras, não o justificariam ou serviriam de atenuante para os criminosos, elas funcionaram como espécies de “petição de princípio”.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) estabelecem duas categorias de argumentos: *ad hominem* e *ad rem*. A primeira categoria é baseada na opinião e a segunda na verdade ou na própria coisa: “a argumentação *ad rem* corresponde a uma argumentação que o orador pretende válida para toda a humanidade racional, ou seja, *ad humanitatem*” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 125). Esta “visa ao auditório universal” e “evitará, tanto quanto possível, o uso de argumentos que só forem válidos para grupos particulares” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 125).

A petição de princípio decorre, geralmente, do uso de argumentos *ad hominem*. Trata-se de se postular o que se quer provar, ou seja, a verdade da conclusão é assumida pelas premissas e, em certos casos, a conclusão é apenas reafirmada nas premissas de modo um pouco diferente. Em suma, a “petição de princípio consiste num uso do argumento *ad hominem* quando ele não é utilizável, porque ela supõe que o interlocutor já aderiu a uma tese que o orador justamente se esforça por fazê-lo” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 127).

Ainda que a petição de princípio não possa ser considerada um erro dentro da teoria da demonstração², ela é considerada um erro de retórica e se a função da retórica é buscar a adesão de um auditório a uma tese, o enunciador que se serve da petição de princípio estaria, por assim dizer, sendo pouco racional no processo de persuasão do seu auditório.

Acresce que, no caso em questão, os argumentos utilizados nas *fake news* a respeito de Marielle Franco são menos válidos à medida que podem ser categorizados numa posição inferior, em termos de racionalidade, aos argumentos *ad hominem*. Eles constituem os argumentos denominados *ad personam*, aqueles que atacam a figura o adversário.

O mecanismo argumentativo das *fake news* constrói-se por meio de argumentos *ad personam* tomados como se fossem argumentos *ad hominem* (porque reivindicam o status de representantes de uma comunidade). Corre-se o risco de que estes argumentos sejam confundidos pelo senso comum como argumentos *ad rem* pela força ilocutória que as redes sociais lhes conferem (quer por conta da quantidade de compartilhamentos, quer por conta da autoridade institucional de quem os compartilha). Na outra ponta, a dos enunciatários, ganham força perlocutória que, por sua vez, reforça os estereótipos e constituem uma tentativa irracional de legitimar certas barbáries, como foi o assassinato da vereadora e de seu motorista.

Os argumentos de categoria particular apresentados como se fossem universais são, em grande medida, construídos por meio da estereotipagem. O que se percebe como denominador comum dessas categorias vaso-comunicantes em que dividimos as *fake news* a respeito de Marielle é o estereótipo determinista de que o indivíduo é produto do meio e identifica-se completamente com esse meio; que determinados espaços sociais são redutos de indivíduos marginais que têm menos direitos do que outros embora pertençam todos ao mesmo Estado; e que a eliminação desses indivíduos considerados marginais de algum modo não deve ter o mesmo peso que teria a eliminação de outros com os quais os enunciadores das *fake news* identificam-se por meio do *ethos* discursivo que constroem.

Neste ponto, marcam-se as identidades culturais, ou seja, os “aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 1997, p. 8). O surgimento das notícias falsas e a

² “(...) no plano da lógica formal, a acusação de petição de princípio é desprovida de sentido. Poder-se-ia, de fato, pretender que toda dedução formalmente correta consiste numa petição de princípio, e o princípio de identidade, que afirma que toda a proposição implica a si própria, seria mesmo a petição de princípio formalizada.” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 127).

violência verbal que nelas se materializa revela que uma parte significativa da população brasileira adere a esses estereótipos identitários, pois algumas delas, segundo o site **Congresso em Foco** (SANTOS, 2018), foram compartilhadas por um Deputado Federal e por uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, figuras públicas que exercem funções institucionais atribuídas pelas urnas ou pelo cargo de destaque que possuem.

Para compreensão desse processo de identidade e dos choques identitários que essas *fake news* sobre Marielle expuseram, é necessário discutir o conceito de “identidade cultural” e considerar como se marca a identidade de cada um, de que a identidade cultural parece ser subsidiária ou caudatária. Quanto a isso, Stuart Hall (1998) apresenta-nos três concepções de identidade ao longo da história.

A primeira dessas identidades equivale à do sujeito do Iluminismo, aquele “indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 1998, p. 11). O centro ou núcleo interior do indivíduo constituía a identidade de uma pessoa e, não obstante se desenvolvesse ao longo do tempo, permanecia a mesma em sua essência.

A segunda equivale à do sujeito sociológico, concebido como sendo resultado da interação entre o eu e a sociedade, quer dizer, o “eu real” seria modificado pelo diálogo constante com outros sujeitos que se tornavam mediadores dos valores, sentidos e símbolos do mundo (HALL, 1998, p. 11). A identidade seria então a costura ou a sutura do interior, do sujeito, com o exterior, a sociedade ou a estrutura.

A terceira forma de identidade seria aquela do sujeito pós-moderno, concebido como o resultado do caráter provisório que a identidade ganhou no mundo fragmentado da modernidade frente às mudanças que se apresentam de modo intenso na sociedade contemporânea decorrentes da multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural (HALL, 1998, p. 13) a que assistimos, observamos, e que assistimos, ou seja, com a qual contribuímos.

Vivemos hoje uma crise de identidade, talvez sem precedentes na história, em função da rapidez das mudanças. O indivíduo contemporâneo tem visto serem abalados “os quadros de referência” que lhes conferia “uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 1998, p. 7).

Ao falar sobre as principais mudanças nos sujeitos e nas identidades no mundo contemporâneo, Hall (1998) traça um painel do “Nascimento e morte do sujeito moderno” (p. 23-46) em que procura explicar o fenômeno do descentramento do indivíduo.

O sujeito do início da modernidade seria individualista, pois trazia aspectos de outros períodos, como o Humanismo renascentista antropocêntrico e o Iluminismo, época em que se tornou racional e científico. À medida que a sociedade moderna tornou-se mais complexa e em decorrência das transformações econômicas e políticas e coletivizou-se, o ser humano também teria alterado sua identidade, passando a ser visto mais como um ser “definido” no interior dessas novas estruturas de sociedade. Essa teria sido a origem do sujeito sociológico, sujeito central do tempo moderno, cuja identidade estabelece-se por meio das relações que constrói.

O descentramento do sujeito sociológico, por sua vez, teria ocorrido como consequência dos avanços das ciências humanas na modernidade tardia, que teria ocasionado o fim do sujeito da época moderna. Esses avanços responsáveis pelo descentramento apontados por Hall seriam: as diferentes interpretações do pensamento marxista que revelaram contradições na posição do sujeito na sociedade; os estudos freudianos que apresentaram a identidade como algo móvel, formada por processos conscientes e inconscientes do sujeito; as concepções do linguista Ferdinand de Saussure, de que não somos os autores das afirmações que fazemos, uma vez que “falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 1998, p. 40); o estudo crítico do poder disciplinar realizado por Michel Foucault, poder cuja função seria manter os sujeitos como corpos dóceis em suas vidas, atividades, trabalho, infelicidades e prazer, “assim como sua atividade física e moral, suas práticas sexuais e sua vida familiar, [teria a função de mantê-los] sob estrito controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento fornecido pelas ‘disciplinas’ das Ciências Sociais” (HALL, 1998, p. 42); e, por fim, o feminismo e outros movimentos que emergiram e a década de 1960, os quais buscavam salientar a identidade social de cada grupo. O feminismo, particularmente, mais do que questionar a posição da mulher na sociedade, teria proporcionado críticas e reflexões em torno das identidades sexuais e de gênero.

A partir dessas reflexões, Hall argumenta que as identidades culturais são híbridas, ou seja, movidas por mudanças, encontros e desencontros. Desse modo, não é possível afirmar que o indivíduo tenha uma “identidade”, mas sim que seja composto por uma identificação, passível de mudança e transformação.

Kathryn Woodward(2000, p. 13-14) também apresenta a identidade como simbólica e relacional, portadora de múltiplas dimensões e um fenômeno cultural que envolve reivindicações essencialistas (quem pertence e quem não pertence a determinado grupo); oriunda de alguma versão essencialista da história e do passado (mito); relacional e simbólica; vinculada a condições sociais e materiais; construída por sistemas classificatórios; não unificada e portadora de contradições internas que têm de ser negociadas. Por conta disso, as pessoas identificam-se com determinadas posições identitárias e investem nelas e nos discursos que elas lhes oferecem.

Segundo Woodward (2000), “a identidade é marcada pela diferença” e a “diferença é sustentada pela exclusão” (p. 9); “a luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais” (p. 10); e no jogo das identidades parece que algumas diferenças são mais importantes do que outras (p 11) para aqueles que as defendem.

As *fake news* sobre Marielle Franco constituem um ataque discursivo a grupos identitários representados pela vereadora assassinada e que são segregados no Brasil ainda que as leis lhes garantam os mesmos direitos dos outros: as mulheres, os negros, os moradores de áreas periféricas pobres estão entre esses grupos. O texto de apresentação do site oficial da vereadora assassinada reivindica para ela essas identidades e a legitimidade da representação de Marielle fundamentada tanto na quantidade de votos quanto na sua trajetória acadêmica e profissional:

Marielle Franco é mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte. [...]. Marielle se formou pela PUC-Rio, e fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação teve como tema: “UPP: a redução da favela a três letras”. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo. Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Aos 19 anos, se tornou mãe de uma menina. Isso a ajudou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater esse tema nas favelas. Mari dizia que ocupar a política é fundamental para reduzir as desigualdades que nos cercam. Vamos defender e espalhar a sua memória para que mais Marielles possam surgir e mudar a realidade em que vivemos. (Mandato Marielle Franco e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher 2018)

Além do tom de manifesto do texto, é de se notar o uso do presente do indicativo que marca o início do enunciado e que constitui, linguisticamente, a concretização da proposta do site de construir o movimento “#MarielleVive” por meio do qual são presentificados e reafirmados os valores que nortearam a trajetória da vereadora, os quais marcam também valores identitários dos grupos que ela representava. Esses grupos, por sua vez são, segundo o *Atlas da Violência de 2018* (CERQUEIRA *et alli*, 2018) os mais fragilizados em nossa sociedade:

As categorias de gênero e raça são fundamentais para entender a violência letal contra a mulher, que é, em última instância, resultado da produção e reprodução da iniquidade que permeia a sociedade brasileira. Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%. (CERQUEIRA *et ali*, 2018, p. 51).

[...]

Outra questão [...] é a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas. (CERQUEIRA *et ali*, 2018, p. 4).

Esses dados estatísticos mostram que a violência verbal das *fake news* acerca de Marielle Franco são uma espécie de cabo do açoite cuja violência verbal dos atos de fala castiga certos grupos sociais e constituem a ponte por meio da qual a energia intencional daquele que inflige transmite-se àqueles que são infligidos. Revelam, ainda, que mais do que dizer, fazem ou, usando a terminologia de Austin, performatizam o que dizem segregando os objetos do discurso por meio da força ilocutória dos enunciados que produzem importantes efeitos perlocutórios, ainda que baseados em argumentos *ad personam*, em espécies de petição de princípio. Esses argumentos, por sua vez, só adquirem valor porque são construídos por enunciadores que criam um *ethos*, uma imagem de si no discurso, que é especular, pois é, em grande parte, reflexo do auditório a que se os enunciadores se dirigem.

Considerações finais

Prova da força perlocutória dessas falas sobre Marielle Franco está nas ruas em ações concretas que revelam o poder persuasivo dessas *fake news*. Em São Paulo, por exemplo, em uma escadaria do bairro de classe média Pinheiros, foi afixado um cartaz com a imagem de Marielle Franco (Foto 1 – Anexo A). Esse cartaz foi legendado com o *slogan* “MARIELLE VIVE” em letras vermelhas e, posteriormente, foram acrescentados os dizeres “NO COLO DO CAPETA”, também em letras vermelhas. Numa segunda ação, o cartaz foi coberto com tinta preta, numa espécie de apagamento da imagem de Marielle. Como reação, provavelmente do grupo que afixou o primeiro cartaz, outra foto menor da vereadora foi colada sobre a anterior e, novamente, vandalizada (Foto 2 – Anexo B).

Pelo modo violento como investem discursivamente em suas posições, as *fake news* sobre Marielle sugerem que nossa sociedade precisa repensar as identidades de modo menos estanque e estereotipado, pois aqueles que produziram ou reproduziram essas notícias falsas constroem uma imagem de si e do grupo para o qual se dirigem, um *ethos* discursivo, que reivindica a soberania de uma identidade única e a exclusão de outras identidades que consideram inferiores, categorizando-as por estereótipos que consideram universais e imutáveis. Simultaneamente, esses enunciadores rejeitam a coexistência com os grupos que segregam atacando-os, notadamente quando eles começam a ganhar algum tipo de representatividade política.

Neste ponto é preciso considerar que as redes sociais, ferramentas capazes de aproximar as pessoas e possibilitar a inserção de todos em espaços de democráticos de debate, quando utilizadas irracionalmente servindo-se de práticas de violência verbal consideradas neste artigo, paradoxalmente constituem uma arma contra a democracia, mais ainda, uma arma que estimula a concretização da barbárie imaginada por comunidades virtuais aglutinadas sob a bandeira da recusa a mudanças que possam levar à redução das diferenças sociais.

Referências

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*, p. 9-28. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*, p. 119-144. São Paulo: Contexto, 2016.

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

CERQUEIRA, Daniel *et alli*. *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>. Acesso em 20 de julho de 2018.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os Atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Niterói: EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

Mandato Marielle Franco e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. *A Verdade sobre Marielle Franco*. Site #MarielleVive. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/averdade>. Acesso em: 20 de Julho de 2018.

_____. *Quem é Marielle*. Site #MarielleVive. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>. Acesso em: 20 de Julho de 2018.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, G. Fake news: 5 mentiras que espalharam sobre Marielle. *Congresso em Foco*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/cinco-mentiras-que-espalharam-sobre-marielle-equipe-da-ex-vereadora-lanca-site-contrafake-news/>. Acesso em 20 de julho de 2018.

SEARLE, J. R. *Os actos de fala - um ensaio de filosofia a linguagem*. Coimbra: Almedina, 1994.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, p. 7-72. São Paulo: Vozes, 2000.

Artigo recebido em: 13/08/2018.

Artigo aceito em: 27/08/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.

Anexo A – Foto 1, cartaz de Marielle Franco com os dizeres “MARIELLE PRESENTE”, em tinta vermelha, a que foram acrescentados os dizeres “NO COLO DO CAPETA”, também em tinta vermelha. Rua Cardeal Arcoverde, Pinheiros, São Paulo. Foto tirada em junho de 2018 por Olívia Landi Corrales Guaranha.



Anexo B – Foto 2, cartaz de Marielle Franco afixado sobre o anterior, que fora vandalizado com tinta preta e que também foi vandalizado. Rua Cardeal Arcoverde, Pinheiros, São Paulo. Foto tirada em junho de 2018 por Olívia Landi Corrales Guaranha.



PRESTAÇÕES DE CONTAS COMO DISPOSITIVOS PARA AGRAVAMENTO DE CONFLITO

Roberto Perobelli de Oliveira¹

Resumo: O objetivo deste artigo é contribuir com os estudos sobre conflito verbal, considerando a perspectiva das análises da fala-em-interação. Neste trabalho, apresenta-se a análise de um excerto em que duas pessoas se agridem verbalmente, lançando mão de ações como atribuições de responsabilidade e solicitações de prestação de contas. À medida que essas ações se desencadeiam, o conflito vai se agravando ainda mais, diferentemente do que aponta a literatura sobre prestações de contas. Essa perspectiva já foi apresentada em trabalhos anteriores, mas neste trabalho, a diferença é que o conflito não se resolve e termina suspenso pela terceira participante presente, que detém o mandato institucional de encerrar o encontro. Dessa forma, o presente artigo contribui para elucidar e prover mais um exemplo para um quadro teórico, de inspiração etnometodológica, que trata de temas relacionados ao conflito verbal, potencializador da violência.

Palavras-chave: Conflito verbal. Prestações de contas. Etnometodologia.

Abstract: The aim of this article is to contribute to the studies on verbal conflict, considering the talk-in-interaction perspective. In this paper, we present the analysis of an excerpt in which two parts are verbally offended, using actions such as attributions of responsibility and accounts. As these actions unfold, the conflict is further aggravated, unlike what points the literature on accountability. This perspective has already been presented in previous works, but in this work, the difference is that the conflict is not solved and is suspended by the third participant present, who holds the institutional mandate to end the meeting. Thus, this article contributes to elucidate and provide another example for a theoretical framework, of ethnomethodological inspiration, which deals with issues related to verbal conflict, which is a potential for violence.

Keywords: Verbal conflict. Accounts. Ethnomethodology.

Introdução

Em Oliveira (2012), apresentei, como epígrafe daquele trabalho, uma passagem bíblica² em que o rei Salomão se constitui, de fato, como líder, primordialmente pela capacidade mediar um conflito. Na passagem, duas parturientes o procuram, e uma delas relata que a outra teria se aproveitado do momento em que aquela dormia e trocado o filho desta, morto por uma fatalidade pós-parto, pelo filho vivo daquela. Essa emblemática

¹ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFES, Vitória-ES. robertoperobelli@gmail.com

² BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Primeiro livro dos reis, capítulo 3, versículos 16-28. São Paulo: Paulus, 2010.

passagem ressalta que, na constituição da história da humanidade, pela ótica judaico-cristã, a perseguição por mecanismos voltados para fazer justiça é uma constante na rotina das pessoas que são instadas a resolver conflitos. Desde então, os mediadores de conflito vêm se articulando em práticas sociais que tentam ser surpreendentemente ousadas e criativas, de modo que possam resultar em solução ou, pelo menos, diminuição do conflito.

No referido episódio, percebemos que a solução do impasse se instaura a partir de muitas ações: a interação ocorrida entre uma das mães e o rei Salomão, narrando os fatos do seu ponto de vista, a contraposição da outra mulher, apresentando, então, por seu turno, outro ponto de vista, o rei pedindo uma espada, o rei tomando a decisão de cortar o filho restante ao meio, a mãe verdadeira abrindo mão da maternidade priorizando manter o filho vivo, a outra mulher endossando a decisão de cortar a criança, e a decisão final de entregar a criança àquela que realmente se mostrou, de fato, afetivamente ligada a seu filho. Pelo encadeamento das ações, podemos perceber que é possível (e até recomendável) que a solução de um episódio de conflito não se estabeleça *a priori*, mas no decorrer da interação, pois, à medida que cada participante vai acrescentando informações, mais subsídios vão sendo fornecidos no sentido de construir um resultado reconhecidamente válido pelos interagentes. Nesse sentido, é desejável reconhecer que a solução para esse impasse se deu “na perspectiva dos participantes”, pois foi a partir dela que o conflito se instaurou e foi, também, a partir dela que ele se dirimiu.

O presente artigo pretende, assim, seguir a linha argumentativa de produções anteriores (OLIVEIRA, 2015; GAGO; OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA; GAGO, 2012) em que o conceito de prestações de contas foi apresentado e definido como um fenômeno interacional importante para a constituição de um episódio de conflito. O termo *prestações de contas*, para os fins deste trabalho, é uma tentativa de tradução do que, na literatura de referência, que está em inglês, se aponta como *accounts*. Alguns autores brasileiros, diante da dificuldade em traduzir o termo, lançaram mão de alternativas, fazendo a ressalva de que uma tradução não consegue encerrar em uma única expressão a carga semântica do termo original, ou mantiveram o original (cf. GARCEZ, 2008; ALMEIDA, 2009; FORTES, 2009, entre outros). Mais recentemente, a tradução de *Studies in Ethnomethodology* (GARFINKEL, 2018 [1967]) traduz *accountability* como “relatabilidade”. Em Gago e Oliveira (2015), porém, justificamos nossa escolha por *prestações de contas*, “inspirados na metáfora contábil” (p. 124), associando-a ao fato de que Garfinkel, o precursor da Etnometodologia, era, além de sociólogo, contador.

Nas seções seguintes, apresentamos os conceitos fundamentais para a compreensão da análise dos dados, os quais foram gerados no decorrer de um processo de regulamentação de visitas em uma Vara de Família de uma cidade do Sudeste brasileiro. A contextualização desses dados também será apresentada antes da análise, após a qual serão feitas as considerações finais em que se destacam as principais contribuições deste trabalho para os estudos sobre violência verbal, tanto do ponto de vista da linguística (aplicada e indisciplinar), quanto do ponto de vista social.

O que são as prestações de contas etnometodológicas?

Para Buttny (1993), o papel das prestações de contas consiste em um movimento restaurativo da harmonia interacional. Segundo o autor, um ator social é capaz de prestar contas de suas ações após praticar uma ofensa, tentando desfazer a ruptura que sua atitude ofensiva possa ter provocado. Em contrapartida, se essa prestação de contas não aparece após a ofensa, sua ausência é percebida, e isso pode acabar agravando o conflito. Do ponto de vista etnometodológico, a prestação de contas pode ser vista e destacada no curso das ações sociais, quando integra uma sequência conversacional, podendo ocupar a posição de uma segunda parte do par (SPP) em um par adjacente³.

Além da categorização das prestações de contas como “harmônicas”, há a possibilidade de se encarar esse fenômeno interacional como “não harmônicos”: são as prestações de contas que, quando ocorrem, agravam o conflito. Muitas são as possibilidades de abordagem do tema, mas vamos privilegiar a visão etnometodológica, segundo a qual “prestar contas” envolve pessoas dando satisfações das ações que realizam e, assim, gerando ainda mais conflito interacional.

Assim como em Oliveira (2012), as prestações de contas serão analisadas neste artigo no interior de unidades discretas de análise interacional, consideradas “episódios de conflito”. Partindo do princípio de que episódios de conflito têm um caráter confrontacional retrospectivo (GOODWIN, 2006), consideramos que o episódio de conflito se realiza por meio de um encadeamento de ações adversariais. Além disso, como se trata de uma sequência conversacional em que, para que um dos interagentes sinalize que percebeu a ocorrência um

³ De acordo com Gago e Oliveira (2015), um par adjacente é “uma sequência mínima de conversa composta por duas elocuições, faladas por falantes distintos, em geral uma após a outra, de forma adjacente, e podem ser divididas em primeira parte do par (PPP) e segunda parte do par (SPP), como por exemplo, a sequência pedido de desculpas e aceitação do pedido de desculpas” (p. 126). Ver também Gago (2002; 2005) e Schegloff (2007) para uma elucidação maior sobre organização de sequências.

início de confronto, tal desencadeamento deve ter acontecido antes dessa sinalização. Por essa razão, é necessário considerar que, em um episódio de conflito, há um turno “0”, em que o elemento desencadeador do conflito se prefigura, para, então, se realizar o turno “1” do episódio de conflito, quando o falante detentor do turno conversacional sinaliza que o que fora dito anteriormente teria desencadeado o confronto. Normalmente, é nesse turno “1” que aparecem as prestações de contas não harmônicas, que vão obter, por sua vez, a devida réplica do falante anterior, que proferiu o turno “0”. Por isso, além dos turnos “0” e “1”, para que um episódio de conflito seja reconhecido como tal pelos participantes, um turno “2” é necessário, pois é nele que “o falante que proferiu o turno com o elemento desencadeador toma o turno novamente e engaja-se na produção de mais ações confrontacionais demandantes de prestações de contas” (GAGO; OLIVEIRA, 2015, p. 129).

Ratificando essa perspectiva de que movimentos opositivos são realizados para constituir uma troca opositiva em nome da formatação de uma dada atividade social, Gruber (2001) destaca uma estrutura típica (também passível, em certa medida, de expansão ou redução), composta de três etapas, que compreendem os seguintes movimentos: (1) uma declaração, seguida de uma (2) contradecaração, dissonante da declaração anterior, tendo uma (3) contradecaração, dissonante da declaração anterior e reforçando a primeira declaração (GRUBER, 2001, p. 1822). Outro autor que também destaca uma sequência de três partes semelhante é Norrick e Spitz (2008), conforme apresentado no esquema abaixo, extraído do texto dos autores:

Quadro 1 - Sequência básica de abertura de um conflito verbal

P1	A: evento antecedente/ ação disputável	ação verbal ou não verbal
P2	B: oposição inicial	discordância com P1
P3	A: contraoposição	discordância com P2 e/ou amparando ou insistindo em P1

Fonte: NORRICK; SPITZ, 2008. Traduzido pelo autor.

O quadro acima⁴, embora apresente a visão de um autor especificamente, não diverge das definições de sequências envolvendo fala de conflito apresentadas por outros autores. Alguns autores, como Maynard (1985), Gruber (2001) e Norrick e Spitz (2008), consideram,

⁴ Nossa livre tradução para:

P1	A: antecedent event/ arguable action	verbal or nonverbal action
P2	B: initial opposition	disagreement with P1
P3	A: counter-opposition	disagreement with P2 and/or supporting or insisting on P1

ainda, que, para o conflito se estabelecer realmente, é preciso que o primeiro falante mantenha sua posição, após a ação opositiva do seu interlocutor. Os autores consultados reconhecem, também, que a ação opositiva (em P2) é central para a delimitação dessa atividade de fala específica.

Sendo assim, propomos o quadro a seguir como um aprimoramento do Quadro 1, a partir das reflexões apontadas anteriormente:

Quadro 2 - Episódios de conflito com prestações de contas

“0”	turno com elemento desencadeador
“1”	ação confrontacional demandante de prestação de contas / prestação de contas
“2”	fornecimento de prestação de contas/ não aceitação da prestação de contas

Fonte: elaboração do autor.

Como já afirmamos em Oliveira (2012) e em Gago e Oliveira (2015), essa sequência não se encerra no turno com o símbolo “2”, porque geralmente sofre expansão. O quadro acima também não carrega pretensões de ser uma informação a priori de um padrão interacional encontrado. Pelo contrário, essa sequência tem pretensões apenas norteadoras da identificação do início de um episódio de conflito com o envolvimento de prestações de contas. As ações que se dão depois disso são peculiares e distintas, conforme poderá ser observado no relato da análise, que se inicia a seguir.

Contextualização da análise: informações metodológicas

Os dados utilizados neste artigo foram gerados na Vara de Família de um Fórum de uma cidade de interior no Sudeste brasileiro. Trata-se de um estudo de caso, em razão da descrição detalhada em uma ocorrência única: um único processo. A vantagem de estudos dessa natureza é a possibilidade de se estudar uma dada realidade social e o caráter de construção conjunta de significado por agentes sociais únicos, voltados para lidar com questões reais, e não gerar números ou resultados estatísticos. No estudo de caso, enquanto método de pesquisa qualitativa-interpretativista, os objetos de investigação são representações da realidade (cf. DENZIN; LINCOLN, 2000; DIVAN; OLIVEIRA, 2008), voltadas para prover, tanto na perspectiva dos analistas, quanto na perspectiva dos próprios participantes, como foram construídas as interpretações das ações sociais ocorridas em um evento de fala-em-interação.

Para uma melhor interpretação dos dados, algumas informações contextuais são tornadas relevantes pelos próprios participantes das cenas representadas pelos excertos de transcrições, apresentados na próxima seção. Trata-se de um processo de regulamentação de visitas, em que o requerente do processo, aqui identificado pelo pseudônimo Amir, pai das crianças identificadas pelos pseudônimos Íris e Vítor, solicita uma revisão do acordo para estar com os filhos em fins de semana alternados com a mãe, a qual recebeu, nesta pesquisa, o pseudônimo de Flávia. O trâmite desse processo seguiu o curso natural, tendo chegado às mãos da assistente social, aqui identificada como Sônia, por não ter obtido acordo na audiência inicial com a juíza responsável pelo caso. Ao ser encaminhado para os setores técnicos, os profissionais desses setores (geralmente psicólogos e assistentes sociais), os métodos de atuação de auxílio técnico para o caso podem variar. Sônia, no caso, optou por realizar encontros de mediação com o requerente e a requerida, de modo a tentar construir em conjunto com eles, um acordo. Precedidos por dois encontros de pré-mediação, realizados com cada uma das partes do processo (Amir e Flávia), os encontros de mediação se deram em um total de quatro encontros, e o trecho que será analisado a seguir, compõe a interação ocorrida no segundo encontro. O encontro todo teve duração de 24 minutos, e o excerto apresentado, teve início aos sete minutos e 33 segundos, finalizando-se aos 13 minutos e 19 segundos da gravação, realizada apenas em áudio⁵, em um minigravador portátil.

Conforme informado em Gago e Oliveira (2015), “obtivemos o consentimento livre e esclarecido para geração dos dados e autorização de todas as partes envolvidas” (p. 130) e, além desses cuidados éticos, nosso interesse recai apenas sobre trajetórias específicas de ação, bem como sobre as orientações dos participantes para as ações encadeadas em sequência através do que se chama de *consequencialidade procedimental* (cf. SCHEGLOFF, 1991).

Análise de confrontos em um cenário jurídico

No fragmento a seguir, Amir atribui a Flávia a responsabilidade por uma determinada atitude (gastar o dinheiro que ele paga de pensão), e essa ação, direcionada à terceira parte,

⁵ Uma crítica a que este estudo está exposta diz respeito à falta de análise multimodal, devido ao fato de a gravação de um evento em que os participantes estão em presença ter sido registrada apenas em um “modo” – o áudio. Reconhecemos a pertinência dessa crítica, mas apontamos as limitações que, à época (2007), existiam sobre o procedimento de geração de dados: como era uma proposta muito incipiente, mesmo para o judiciário, a juíza autorizou a entrada apenas de minigravadores, e câmeras sequer puderam ser cogitadas. Reconhecemos a perda de certas características relevantes para a interação, mas ressaltamos que, junto ao gravador, havia sempre um pesquisador tentando tomar notas. Sabemos que esse não é um procedimento de geração de dados muito apreciado por analistas da conversa, em geral, mas destacamos, também, que mesmo tendo perdas significativas, alguma análise relevante foi possível fazer, mesmo sem acesso à multimodalidade.

mas tendo a outra litigante como a ouvinte endereçada, é que desencadeia o presente episódio de conflito (turno “0”). Flávia, por sua vez, assume a responsabilidade a ela atribuída (gasta o dinheiro), mas afasta a caracterização negativa da ação (turno “1” – afirmando que o faz em benefício das crianças). As setas apontam para as prestações de contas de Flávia, foco da análise em seguida.

Excerto 1⁶

[2º Encontro, 07’33” – 13’19”]⁷

001 Amir acho que a saúde também é responsabilidade de quem tá
 002 com a criança também, né.=
 003 Sônia =naquele período [ali, né].=
 004 Flávia [i::sso.] =
 005 Sônia =no final de semana também [se acontecer alguma coisa]
 “0” 006 Amir [é: a: porque parece]
 007 também que é falta de responsabilidade isso, não ter
 008 um plano quando [()]
 009 Sônia [agora,]
 “1” 010 Flávia [não, não] é falta de responsabilidade
 011 não ter plano não, meu bem, eu não sou obrigada a ter
 012 plano não, agora a própria juíza e a:: a doutora,
 013 >como é que-< a promotora falou, se as crianças já têm
 014 plano é direito deles usarem [>o dia que adoecerem<]=
 “2” 015 Amir [quem paga sou eu.]=
 016 Flávia =pode pôr na porta da casa dele, A promotora falou,
 017 como é que ela chama, é que ela chama?=
 018 Sônia =vilma.=
 019 Flávia =vilma, falou assim, olha, o dia que adoecer você põe
 020 na porta da casa dele que ele se vira.
 021 (0.2)
 022 Flávia a- plano tá com ele- ela falou isso.
 023 (1.0)
 024 Flávia então eu posso fazer ↑isso e isso [não quer dizer]=
 025 Amir [e isso então-]=
 026 Flávia =que eu sou resp- eu não tenho o- a obrigação de pagar
 027 plano, eu não tenho.
 028 (0.2)

Nesse excerto, podemos perceber que Amir faz uma avaliação (“acho que a saúde também é responsabilidade de quem tá com a criança também, né.”, linhas 001-002), que obtém, como resposta, um turno com marcas de concordância por parte de Sônia, alinhando-se (“naquele período [ali, né].”, linha 003), porém restringindo a generalização que poderia estar implícita, pois, diante de uma atribuição de responsabilidade (“a saúde é responsabilidade de quem está com a criança”), Sônia demonstra entender que Amir talvez estivesse atribuindo unicamente a Flávia, a qual detém a guarda das crianças, a

⁶ As convenções de transcrição estão disponíveis no anexo deste artigo.

⁷ As indicações entre colchetes marcam os minutos e segundos relativos ao início e ao fim do excerto em análise. Neste caso, trata-se do trecho da gravação que se iniciou quando o contador marcava sete minutos e 33 segundos e com finalização aos 13 minutos e 19 segundos. O segundo encontro todo durou cerca de vinte minutos.

responsabilidade pela saúde das crianças em todos os momentos. Ao fazer uma correção (“naquele período [ali, né].”, linha 003), Sônia, então, restringe essa interpretação. Com isso, Sônia destaca sua posição contrária à posição posta em evidência por Amir, e o conflito, de certa forma, já começa a se instaurar. Essa restrição fica ainda mais clara no turno seguinte de Sônia (“no final de semana também [se acontecer alguma coisa]”, linha 005), quando ela remonta a outro cenário, no qual Amir estaria incluído. A formulação de tempo (“no final de semana”) indexicaliza uma atribuição de responsabilidade a um dos participantes, pois renova o contexto segundo o qual, no caso, Amir é responsável pelas crianças em determinados fins de semana. O efeito dessa formulação é a atribuição de responsabilidade que Sônia realiza primando pela equanimidade.

Interessante é observar que Flávia demonstra concordar com a primeira afirmação de Amir (“[i::sso.]”, linha 004). Essa aparente harmonia ocorre depois de eles já terem discutido sobre o fornecimento do plano de saúde em episódios anteriores, nos quais Flávia, mais de uma vez, reafirmou que Amir tem um plano de saúde, alegando pagá-lo para benefício das crianças, mas que as crianças não o utilizam. Desse modo, se a afirmação de Amir é prenúncio de uma atribuição de responsabilidade a Flávia (sobre a falta de cuidado com a saúde das crianças, por ela não pagar um plano para os filhos), a concordância dela também serve como prenúncio de uma atribuição de responsabilidade a ele (de que não adianta nada ter um plano de saúde e não permitir que as crianças o utilizem).

A acusação pronunciada de Amir, enfim, toma corpo no seu turno seguinte (“[é: a: porque parece] também que é falta de responsabilidade isso, não ter um plano quando [()]”, linhas 006-008). Desse modo, ele se coloca em oposição a Flávia, uma vez que aponta duas categorias: uma, na qual ele se enquadra, de pai responsável, porque tem um plano de saúde a oferecer para os filhos, e outra, na qual ele inclui a ex-mulher, de provedor irresponsável, por não oferecer um plano de saúde para os filhos. Essa afirmação desencadeia o episódio de conflito em tela, pois Flávia, logo em seguida, toma o turno para negar a atribuição de responsabilidade imputada a ela por Amir, sobrepondo-se a Sônia (“[agora,]”, linha 009), que não dá prosseguimento à sua ação depois de finalizar a UCT e cede o turno à Flávia.

O turno opositivo de Flávia (“[nãõ, não] é falta de responsabilidade não ter plano não, meu bem, eu não sou obrigada a ter plano não, agora a própria juíza e a:: a doutora, >como é que-< a promotora falou, se as crianças já têm plano é direito deles usarem [>o dia que adocerem<] pode pôr na porta da casa dele,”), linhas 010-016) é a primeira prestação de contas desse

episódio construída enquanto justificativa, porque Flávia assume não pagar um plano de saúde para os filhos, mas nega que essa atitude seja negativa ou indicadora de sua incompetência como mãe. Com essa prestação de contas, ela se defende da acusação anterior e, ao mesmo tempo, produz um reversor⁸ por meio de um relato em que anima as vozes de outros membros da sociedade legitimados pelo mandato institucional – juíza e promotora – como vozes em concordância com o seu discurso. Com isso, na medida em que enriquece seu relato (cf. linhas 016-027, marcadas pelas setas), ela mantém o conflito em pauta:

Excerto 2

[2º Encontro, 07’33” – 13’19”] – parcialmente repetido

- 016 Flávia =pode pôr na porta da casa dele, A promotora falou,
017 como é que ela chama, é que ela chama?=
018 Sônia =vilma.=
- 019 Flávia =vilma, falou assim, “olha, o dia que adoecer você põe
020 na porta da casa dele que ele se vira.”
021 (0.2)
- 022 Flávia “a- o plano tá com ele”- ela falou isso.
023 (1.0)
- 024 Flávia então eu posso fazer ↑isso e isso [não quer dizer]=
025 Amir [e isso então-]=
- 026 Flávia =que eu sou resp- eu não tenho o- a obrigação de pagar
027 plano, eu não tenho.
028 (0.2)

É válido notar que o início de reparo produzido na linha 017 tende a ter um efeito que vai além da chamada busca de palavras. O fato de Sônia, na linha 018, fornecer o nome que Flávia demonstrou ter esquecido (“como é que ela chama, é que ela chama?”, linha 017) pode ser visto também como uma busca de alinhamento. No entanto, também não seria verdadeiro afirmar que Amir tenha desistido da contenda, uma vez que ele tenta tomar o turno logo após o relato de Flávia, sobrepondo-se à avaliação final, típica dos relatos⁹ (“então eu posso fazer ↑isso e isso [não quer dizer] que eu sou resp- eu não tenho o- a obrigação de pagar plano, eu não tenho.”, linhas 024 e 026-027). A sobreposição de Amir não é bem sucedida, pois ele se autointerrompe (“[e isso então-]”, linha 025), permitindo que Flávia mantenha seu turno. Todavia, esse turno de avaliação, desencadeia um novo tópico de conflito, em que os participantes passam a discutir sobre a “obrigação de gastar o dinheiro da pensão alimentícia”.

⁸ Sobre os “reversores” (do inglês, *counters*), cf. Schegloff (2007, p. 27).

⁹ Sobre a constituição de relatos e suas partes integrantes, como a avaliação ou coda, por exemplo, ver Labov (2008[1972]) e Vieira (2007).

O mesmo episódio, agora com novo tópico, traz à tona novas prestações de contas por parte de Flávia, que vai apresentar outras justificativas (agora, para seus gastos), assumindo uma determinada atitude (“gastar dinheiro”), mas negando a qualidade negativa que a assunção dessa atitude possa trazer no decorrer das trocas de turnos seguintes. No trecho abaixo, as setas também apontam as justificativas de Flávia:

Excerto 3.

[2º Encontro, 07’33” – 13’19”] – continuação do excerto anterior

029 Amir você [tem obrigação de gastar dinheiro]
 → 030 Flávia [> se você já tem, o seu <] plano é pra
 031 quê? ô menino, você para de falar em negócio de gastar
 032 dinheiro, que eu pago aluguel, tá::? os meus
 033 filhos [andam bem arrumados.]
 034 Amir [com qual dinheiro?] com qual dinheiro?
 → 035 Flávia eu TRABA:LHO meu bem, eu sou professora,=
 → 036 =[eu não sou vagabunda]
 037 Amir =[e com o dinheiro deles?] eu gostaria muito de
 038 saber [>o que é que é feito com o dinheiro deles<]
 → 039 Flávia [o que é que é fei- ↑ué::? eu pos]so
 040 provar tudo o que eu [↑pa::go]

A avaliação de Amir, que também pode ser (e, de fato, foi) interpretada como atribuição de responsabilidade (“você [tem obrigação de gastar dinheiro]”, linha 029), faz com que Flávia novamente se defenda prestando contas e que, novamente, também se utilize da prestação de contas para manter o conflito em curso (“ô menino, você para de falar em negócio de gastar dinheiro, que eu pago aluguel, tá::? os meus filhos [andam bem arrumados.]”, linhas 031-033). O elemento que ela utiliza para se referir a Amir (“menino”) é peculiarmente relevante para se observar o tom sancionador de seu pedido, pois ela o faz de um modo visto, mas não notado, no senso comum, semelhante ao de uma professora ou de uma mãe que censura seu aluno ou seu filho sobre o comentário acerca de determinados assuntos. Esse teor repressor do turno de Flávia parece se constituir como um agravante para o conflito, uma vez que Amir, logo em seguida, sobre a prestação de contas que ela profere, lança um desafio (“[com qual dinheiro?] com qual dinheiro?”, linha 034), demandando mais prestações de contas.

Mais uma vez, Flávia produz justificativas, assumindo gastar dinheiro, mas negando a fonte do gasto, isto é, não é do dele que ela gasta, mas, sim, do dela. Desse modo, ela nega que isso tenha uma qualificação negativa (“eu TRABA:LHO meu bem, eu sou professora, [eu não sou vagabunda]”, linhas 035-036) e, assim, ela limita sua ação de prestar contas (afirma que deve prestar contas apenas do dinheiro investido nos gastos com seus filhos a partir da pensão alimentícia, e não dos gastos provenientes do seu salário). Isso parece

ter ficado bastante claro para Amir, que refaz, em seguida, seu desafio (“=[e com o dinheiro deles?] eu gostaria muito de saber [>o que é que é feito com o dinheiro deles<]”, linhas 037-038). Com isso, a oposição constituída entre os litigantes vai se estendendo por vários turnos e, assim, distanciando-se, à medida que eles vão mantendo suas posições e investindo na manutenção da divergência.

Diante desse novo desafio, novas justificativas são produzidas por Flávia, que, mais uma vez, assume um determinado comportamento (“gastar dinheiro”), novamente negando que essa atitude tenha conotações negativas (“↑ué::? eu pos]so provar tudo o que eu [↑pa::go]”, linhas 039-040, já que colocar-se à disposição para “provar tudo o que paga” configura-se como assunção de que não se está fazendo nada de mal ou errado). Ao assumir essa postura, Flávia assume um papel social legitimado pelo senso comum que pressupõe honestidade e ilibação, duas características muito caras à Justiça. Consequentemente, na continuação do episódio, Sônia demonstra coconstruir com Flávia essa inclusão em uma categoria de pertencimento que pressupõe tais características, porque, com o impasse constituído, a representante da instituição intervém e procura demover um dos participantes, no caso, Amir, de seu ponto de vista. No trecho transcrito a seguir, assim como nos anteriores, as setas apontam para as prestações de contas configuradas enquanto justificativas:

Excerto 4.

[2º Encontro, 07’33” – 13’19”] – continuação do excerto anterior

- 041 Sônia [mas o]lha [só, senhor amir]=
 042 Flávia [ele já entrou com]=
 043 Sônia =[os meninos comem?]
 044 Flávia =[esse processo]e perdeu,[comem muito bem]carne=
 045 Sônia [os meninos comem?]
 046 Flávia =todo [dia.
 047 Sônia [os meninos vestem?]
 048 Amir [e como é que é feita] es- essa divisão da
 049 comida, [porque] ela também come, né?=
 050 Flávia [hum?]
 051 Amir =[ela não [tem () comprar ()]
 → 052 Flávia =[↑gente como é cara de pau, >é mas eu] lavo, passo e
 053 cuido deles, arrumo casa,< eu faço é:: dever com eles,
 054 eu dou toda a assistência a eles.
 055 Sônia mas olha [só senhor amir, se o senhor] percebe que os=
 056 Flávia [você é muito cara de pau.]
 057 Sônia =meninos estão gordinhos,=
 058 (.)
 059 Sônia =[e que tão com- com o cabelinho lava::do:, sinal]=
 → 060 Flávia =[eles são magros por natureza,porque eles comem bem]=
 061 Sônia =que na ca:sa, que eles tão usando xampu, se a pele tá
 062 mais ou me:nos significa que tá- tá [limpando,]
 → 063 Flávia [há anos que] não
 064 adoecem, [estão ótimos.]
 065 Sônia [se tem um- um- uma] calcinha, uma cueca
 066 nova, um sapato mais ou menos, o dinheiro está sendo

067 aplicado, [senhor amir.
 → 068 Flávia [com certeza. eles estudam em
 069 co[légio particular]
 070 Sônia [aí não- não dá] pra levantar dúvida.

No início do excerto acima, é possível perceber que o percurso escolhido por Sônia para tentar convencer Amir de que suas desconfianças manifestas não tinham fundamento foi o dos interrogatórios, com pequenas perguntas do tipo “sim-não” (“=[os meninos comem?]”, linha 043, repetida na linha 045, e “[os meninos vestem?]”, linha 047). Enquanto Amir parece não ceder, porque não responde aos questionamentos, Flávia responde em seu lugar, afirmativamente (“comem muito bem]carne todo [dia.”, linhas 044 e 046). O efeito dessas respostas, mesmo Flávia não sendo a ouvinte endereçada, torna-a alinhada aos procedimentos de Sônia e acaba desequilibrando o jogo interacional, possibilitando a interpretação de que haveria duas pessoas contra uma. A reação de Amir, imediatamente após a resposta de Flávia, evidencia, de certo modo, essa posição defendida em que ele se encontra (“[e como é que é feita] es- essa divisão da comida, [porque] ela também come, né?=", linhas 048 e 049). Ao endereçar essa pergunta a Sônia, na presença de Flávia, o efeito disso é a provocação, que, por sua vez, acaba por agravar o conflito, uma vez que ela faz uma avaliação que potencializa o insulto (“↑gente como é cara de pau,” linha 052). No entanto, como não houve reação verbal a essa avaliação, não podemos afirmar que esse insulto teria, na perspectiva dos participantes, ocorrido de fato. Vale inclusive ressaltar que a mesma avaliação se repete adiante (linha 056) e, novamente, nenhuma resposta a ela é proferida.

Na continuação do turno de Flávia, podemos observar que os movimentos de Sônia – fazer perguntas curtas (do tipo “sim-não”) – foram suspensos, uma vez que Flávia passa a se defender da acusação implícita na afirmação de Amir de que ela estaria gastando o dinheiro dele indevidamente, porque ela “também come”. Sua defesa se realiza, portanto, a partir de justificativas (“>é mas eu] lavo, passo e cuidado deles, arrumo casa,< eu faço é:: dever com eles, eu dou toda a assistência a eles.”, linhas 052-054). Essas justificativas, portanto, reforçam a orientação de Flávia, desde o início do episódio, voltada para assumir, sim, suas atitudes, conforme destacadas por Amir, mas negando qualquer conotação negativa da forma como ele vem tentando impor.

Sônia, por sua vez, logo em seguida, tenta tomar o turno novamente e dar continuidade a seu procedimento iniciado anteriormente. Uma vez que a suspensão provocada pelas participações de Flávia a interrompeu, foi necessário que esta formulasse, primeiro, suas

justificativas para que a empreitada anterior tivesse prosseguimento. Na nova investida, Sônia não mais se utiliza de perguntas “sim-não”, mas passa a fornecer elementos de teste, projetando uma avaliação que possa favorecer a convergência de entendimento em torno do tema “dinheiro sendo aplicado” (“mas olha [só senhor amir, se o senhor] percebe que os meninos estão gordinhos, [e que tão com- com o cabelinho lava::do:, sinal] que na ca:sa, que eles tão usando xampu, se a pele tá mais ou me:nos significa que tá- tá [limpando,] [se tem um- um- uma] calcinha, uma cueca nova, um sapato mais ou menos, o dinheiro está sendo aplicado, [senhor amir.”, linhas 055, 057, 059, 061-062, 065-067). As explicações de Sônia nesses turnos, no entanto, não garantem a concordância de Amir, isto é, não fazem com que o participante passe a compartilhar o mesmo entendimento que está sendo apresentado pela representante da instituição. Um dos motivos para tal pode estar nas sobreposições de Flávia, também fazendo avaliações que produzem o efeito de que as duas estariam alinhadas constituindo um “time” contra Amir. É válido ressaltar, no entanto, que essa orientação parece exclusiva de Flávia, pois não fica claro que Sônia tenha ratificado isso. Por outro lado, é também importante notar que, se Sônia não ratifica, também não censura Flávia por sua postura. Sendo assim, a orientação de Amir para discordar é a mais esperada e é o que de fato acontece, como se pode perceber ao final da intervenção de Sônia (cf. fragmento a seguir).

Antes, porém, é também relevante observar que as participações simultâneas de Flávia são justificativas para determinadas ponderações de Sônia. Uma vez que a categoria “gordinhos” é tomada como uma qualificação positiva na fala da representante da instituição, Flávia se apressa em justificar “a magreza” dos filhos (“=[eles são magros por natureza, porque eles comem bem.]”, linha 060). Isso ocorre porque Flávia demonstra entender que a dicotomia gordo-magro poderia fazer um dos demais participantes supor que, se “gordo” é sinal de nutrição (conotação positiva), “magro”, então, seria sinal de desnutrição (qualificação negativa), e isso poderia ser interpretado em desfavor dos filhos e, conseqüentemente, em desfavor dela, que cuida quase diariamente da alimentação das crianças. O mesmo acontece com as outras justificativas (como em “[há anos que] não adoecem, [estão ótimos.]”, linhas 063-064, em que Flávia presta contas sobre o fato de “a pele estar mais ou menos” e em “[com certeza. eles estudam em co[légio particular]”, linhas 068-069, em que ela presta contas sobre “o dinheiro estar sendo aplicado”).

No fim do procedimento – prover uma compreensão alternativa para Amir sobre o desafio levantado por ele próprio (“gastar dinheiro”) –, Sônia faz uma avaliação que resume

seus movimentos anteriores (“[aí não- não dá] pra levantar dúvida.”, linha 070). Com essa avaliação, ela, à semelhança do que fez Flávia no início do episódio (cf. linha 031), também censura a atribuição de responsabilidade realizada por Amir, cuja resposta (“dá sim.”, linha 071) não destaca apenas uma discordância, mas uma tomada de posição no conflito. Abaixo, a continuação do episódio, a partir do último excerto apresentado, e as setas também apontam para as justificativas, foco da análise:

Excerto 5.

[2º Encontro, 07’33” – 13’19”] – continuação do excerto anterior

070 Sônia [aí não- não dá] pra levantar dúvida.
 071 Amir dá sim.=
 072 Sônia =[ago:ra,]
 073 Flávia =[>dá< porque] te incomoda, isso tudo é isso, chegamos
 074 ao ponto. se desde a separação eu falasse não precisa
 075 dar nada, ele nem visita ia fazer questão, o problema
 076 dele é o dinheiro.
 077 (.)
 078 Flávia incomoda os dois, a vagabunda lá e ele, o dinheiro ser
 079 usado, eles me- [eu TRABA:LHO.]
 080 Sônia [dona FLÁVIA,] não [vamos falar nem]=
 081 Amir [você trabalha,]=
 082 Sônia =[do seu cláudio] e não vamos falar da dona fernanda.
 083 Amir =[e ()]

→ 084 Flávia o que dá raiva é que eu trabalho, olha e eu
 085 trabalho muito, >eu acordo, eu cuido da casa
 086 eu não pago empregada porque eu não posso,<
 087 eu pago só a moça que fica à noite com eles
 088 porque eu trabalho à noite, eu trabalho, eu
 089 não tenho te:[mpo pra ficar armando contra ninguém,]=
 090 Amir [a única coisa que eu posso dizer-]=

→ 091 Flávia =>e meus filhos< estão sempre bem arrumados,
 092 limpinhos, cheirosos e tudo mais, não são- (.) a casa
 093 tá sempre limpa porque- >mesmo eu trabalhando fora< eu
 094 mantenho tudo limpo,
 095 (.)
 096 Flávia ele vem falar que quinhentos reais é muito pra dois
 097 filhos?
 098 (.)
 099 Flávia (↑toma) vergonha meu filho.
 100 (.)

A resposta de Amir, no início do excerto acima (“dá sim.”, linha 071), desencadeia novo tópico de conflito. Mais uma vez, a tentativa de tomada de turno de Sônia (“=[ago:ra,]”, linha 072) é sobreposta por Flávia, que, de novo, utiliza melhor os dispositivos de gerenciamento de sobreposições (aceleração da fala e aumento no tom de voz, nesse caso) e conquista o turno, oferecendo uma resposta em total oposição ao turno de Amir, no qual ela contesta a resposta, atribuindo-lhe culpa (“=>dá< porque] te incomoda, isso tudo é

isso, chegamos ao ponto. se desde a separação eu falasse não precisa dar nada, ele nem visita ia fazer questão, o problema dele é o dinheiro.”, linhas 073-076). Essa atribuição de culpa, no entanto, não obteve resposta de Amir, uma vez que a micropausa (linha 077) ocupou um espaço que poderia ter sido tomado por ele. Logo em seguida, Flávia investe mais pesadamente na ação iniciada antes (“incomoda os dois, a vagabunda lá e ele, o dinheiro ser usado, eles me- [eu TRABA:LHO.]”, linha 078-079), ao que é prontamente censurada por Sônia (“[dona FLÁVIA,] não [vamos falar nem do seu cláudio] e não vamos falar da dona fernanda.”, linhas 080 e 082). Essa sequência nos autoriza a fazer três ponderações importantes: (1) mesmo Amir provavelmente não demonstrando ter-se dado por ofendido, já que não produziu verbalmente nenhuma resposta às acusações de Flávia, ainda assim, houve atribuição de responsabilidade, porque a censura de Sônia se configura como evidência de sua interpretação do turno de Flávia como ofensivo; (2) a censura de Sônia impõe certos limites para a mediação proposta por ela, porque, mesmo sem uma resposta de Amir às ofensas, ela procura administrar o encontro de modo a não oportunizar as possibilidades de investimento em ações dessa natureza; e (3) uma vez impostos os limites da mediação, tendo Sônia tornado relevante o que pode e o que não pode acontecer no encontro (no caso, falar dos atuais companheiros de Flávia e Amir é proibido) e tendo esses limites sido aceitos pelos demais participantes (a aceitação é indício de que há uma hierarquia interacional em jogo e, portanto, de que uma das participantes, reconhecidamente, detém o controle da situação), a quebra desses limites demanda prestação de contas.

A partir das três observações acima, uma vez que a conclusão é a de que a quebra dos limites impostos na mediação torna relevante a prestação de contas por parte do participante que teria provocado tal ruptura, surgem, por isso, os turnos seguintes de Flávia:

Excerto 6.

[2º Encontro, 07’33” – 13’19”] – parcialmente repetido

- 084 Flávia o que dá raiva é que eu trabalho, olha e eu
- 085 trabalho muito, >eu acordo, eu cuido da casa
- 086 eu não pago empregada porque eu não posso,<
- 087 eu pago só a moça que fica à noite com eles
- 088 porque eu trabalho à noite, eu trabalho, eu
- 089 não tenho te:[mpô pra ficar armando contra ninguém,]=
- 090 Amir [a única coisa que eu posso dizer-]=
- 091 Flávia =>e meus filhos< estão sempre bem arrumados,
- 092 limpinhos, cheirosos e tudo mais, não são- (.) a casa
- 093 tá sempre limpa porque- >mesmo eu trabalhando fora< eu
- 094 mantenho tudo limpo,
- 095 (.)

096 Flávia ele vem falar que quinhentos reais é muito pra dois
 097 filhos?
 098 (.)
 099 Flávia (↑toma) vergonha meu filho.
 100 (.)

As prestações de contas de Flávia acima são uma forma de reconhecer que houve uma quebra de expectativas para esse encontro. Ao apresentar elementos conversacionais como “o que dá raiva”, ela se manifesta em condição extremamente oposta à aceitação da atribuição de responsabilidade que Amir imputa sobre ela. Na continuação do episódio, mesmo com Amir tendo tentado tomar o turno, sem sucesso (“[a única coisa que eu posso dizer]=”, linha 090), é Flávia quem continua, dessa vez, apresentando um questionamento endereçado a ele, mas indiretamente, uma vez que ela faz referência a ele em terceira pessoa (“ele vem falar que quinhentos reais é muito pra dois filhos?”, linhas 096-097).

Esse questionamento traz embutida uma indignação moral, que, logo em seguida (após a micropausa da linha 098, que indica uma oportunidade para tomada de turno por outros participantes, o que não acontece), é explicitada no turno seguinte de Flávia (“(↑toma) vergonha meu filho.”, linha 099). Essa evidência de indignação destaca a posição de Flávia diante da acusação que Amir realizou e que acabou desencadeando o tópico em curso (“gastar dinheiro”): enquanto ele assume o papel discursivo de “demandante de prestação de contas”, ela assume o papel de “prestadora de contas” sem deixar pesar a posição inferior a que esse papel poderia subjugar-lá, pois ela presta contas, mas demonstra estar indignada diante da necessidade de ter de fazê-lo, uma vez que não admite a qualidade negativa que Amir tenta atribuir, sobrepondo-se a um pré-anúncio de Amir (“[a única coisa que eu posso dizer]=”, linha 090) e mantendo o piso conversacional. Logo adiante, mais uma vez, ela apresenta outra justificativa, apresentando uma prestação de contas que admite um determinado comportamento (o gasto do dinheiro), mas não assume que essa atitude tenha um tom negativo.

Na continuação do episódio, podemos perceber que Flávia acrescenta mais elementos à sua prestação de contas anterior, e que esse acréscimo se torna fonte de problema em uma sequência de reparo:

Excerto 7.

[2º Encontro, 07’33” – 13’19”] – continuação do excerto anterior

100 (.)
 ➔ 101 Flávia [eu pago a↑luguel, eu pago a↑luguel, e ele pa]ga o

102 Sônia [esse é o valor da pensão? quinhentos reais?]
 → 103 Flávia colégio da [iris.
 104 Amir [é quinhentos reais, [só?
 105 Flávia [>é quinhentos< e
 106 setenta.
 107 (0.2)

Na sequência acima, Sônia inicia reparo, sobrepondo-se inclusive ao turno de Flávia para realizar, ao que parece, uma verificação de entendimento (“[esse é o valor da pensão? quinhentos reais?]”, linha 102), enquanto Amir, utilizando a mesma estrutura sintática da construção do referido turno de Sônia, profere seu turno como um início de correção (“[é quinhentos reais, [só?”, linha 104), que ela mesma leva a cabo em seu turno seguinte (“>é quinhentos< e setenta.”, linhas 105-106). Esse entrelaçamento de formato, em que o turno de um se aproveita da mesma estrutura sintática do turno de outro (C. GOODWIN, 2006), destaca uma tentativa de Amir de reverter a situação construída até o presente momento. Da forma como ele veio se comportando verbalmente no episódio, é notável a sua orientação para o fato de que Sônia e Flávia possuíam, juntas, um ponto de vista diverso do dele. Além disso, como a figura de Sônia, em seu mandato institucional de representante da Vara de Família, está legitimada por todos os participantes como o papel de quem detém o controle da atividade conversacional em curso, Amir lança mão do recurso de buscar alinhamento dela para, no mínimo, fazer parecer que, a partir daquele momento, Sônia passou a partilhar do mesmo ponto de vista que ele.

Mesmo isso tendo sido confirmado por Sônia, Flávia, em seguida, continua a fornecer mais prestações de contas para justificar sua atitude, condenada por Amir desde o início do episódio, sem qualificá-la negativamente:

Excerto 8.

[2º Encontro, 07’33” – 13’19”] – continuação do excerto anterior

108 Amir (voce [só-
 → 109 Flávia [ã: ? dá duzentos e pouco pra cada um, você acha-
 110 só de roupa eu tenho carnê, trezentos e cinquenta que
 111 eu comprei na loja [essa semana.]

Assim como a maioria das prestações de contas realizadas por Flávia neste episódio de conflito, essa prestação de contas também se volta para justificar um comportamento condenado por Amir, assumindo que tal postura realmente foi tomada, mas desconsiderando que isso seja negativo.

No final deste episódio de conflito, mais uma prestação de contas nesse sentido é realizada por Flávia, dessa vez, em relação a uma tentativa de correção de Sônia, ao destacar

algo de sua prestação de contas anterior como fonte de problema (marcados com setas na transcrição abaixo):

Excerto 9.

[2º Encontro, 07'33" – 13'19"] – repetido e expandido

- 108 Amir (voce [só-])
109 Flávia [ã:?? dá duzentos e pouco pra cada um, você acha-
110 só de roupa eu tenho carnê, trezentos e cinquenta que
111 eu comprei na loja [essa semana.]
- 112 Sônia [>não é só isso] também> não=
- 113 Sônia =[dona flávia, por exemplo uma parte do alugue:l]=
114 Flávia =[todo mundo sabe, tanto é que ele per|de:u]=
- 115 Flávia = ele perdeu isso na [justiça.
- 116 Sônia [uma parte do [aluguel-
117 Amir [<quem foi que te
118 falou pra [botar as crianças (na porta lá de casa?)]
- 119 Sônia [esse dinheiro vai pra uma parte do
120 aluguel, [vai pra- parte da lu:z,]
121 Flávia [aluguel água luz] mantimento é mais
122 de quatrocentos, a merenda- eles todo dia levam
123 merenda boa, eles comem bem, pode perguntar meus
124 filhos, eles comem muito bem >eu tô tranquila.<
- 125 Amir: quem foi que mandou você botar as crianças na porta lá
126 de casa que você falou?
127 Flávia a doutora vilma.
128 Amir mais quem? e mais QUEM? [e mais quem?]=
129 Flávia [e a juíza.]=
130 Amir =quantos homens tinham lá, eu não vou ganhar nunca lá.

Depois de três tentativas (linhas 112-113, 116 e 119-120) de realizar a correção ao turno de Flávia, Sônia consegue levar a termo sua ação (“[esse dinheiro vai pra uma parte do aluguel, [vai pra- parte da lu:z,]”, linhas 119-120), diante da qual obtém logo a concordância da litigante (“[aluguel água luz] mantimento é mais de quatrocentos, a merenda- eles todo dia levam merenda boa, eles comem bem, pode perguntar meus filhos, eles comem muito bem >eu tô tranquila.<”, linhas 121-124). Esse alinhamento conquistado novamente pelas duas põe em xeque a tentativa de Amir de buscar o alinhamento de Sônia, razão pela qual ele, então, procura mudar de tópico logo em seguida (“quem foi que mandou você botar as crianças na porta lá de casa que você falou?”, linhas 126-127), o que também acaba desembocando no fim do episódio sob análise neste artigo.

Considerações finais

Na análise deste episódio, foi possível perceber como o conflito se estende em torno de um tópico que se apresenta na perspectiva dos participantes como problemático e de difícil resolução, uma vez que cada um dos litigantes se orienta para não ceder de sua posição inicial, conforme se espera em encontros propostos com esse fim. Essa dificuldade de mudança na orientação dos participantes para tal demoção, enfim, parece ser um fator importante para compor o quadro das diferentes anatomias que o conflito pode assumir em cenários de fala-em-interação institucional (cf. OLIVEIRA, 2012).

Para além das descobertas descritas em trabalhos anteriores já mencionados, o que se observa com a releitura desse dado é que, proporcionalmente, na mesma medida em que prestações de contas são apresentadas, menor é a possibilidade evidenciada pela perspectiva dos participantes de que a harmonia interacional será restaurada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. N. **A construção de masculinidades na fala-em-interação em cenários escolares**. 2009. 310 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Primeiro livro dos reis, capítulo 3, versículos 16-28. São Paulo: Paulus, 2010.

BUTTNY, R. **Social accountability in communication**. London: Sage. 1993.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. The discipline and practice of qualitative research. In: _____. **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 1-27.

DIVAN, L. M. F.; OLIVEIRA, R. P. Reflexão epistemológica e metodológica: dois estudos de caso. In: ZYNGIER, S.; VIANA, V.; JANDRE, J. **Linguagem, criatividade & ensino: abordagens empíricas e interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Publit, 2008. p. 109-129.

FORTES, M. S. **Uma compreensão etnometodológica do trabalho de fazer ser membro na fala-em-interação de entrevista de proficiência oral em português como língua adicional**. 2009. 329 f. Tese. (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

GAGO, P. C. Questões de transcrição em análise da conversa. **Veredas**, v. 6, n. 2, p. 89-113, 2002.

_____. Parcerias comerciais: uma ordem local. **Veredas**, v. 7, n.1-2, p. 73-89, 2005.

GAGO, P. C. ; OLIVEIRA, R. P. Prestações de contas e episódios de conflito: o caso da mediação familiar judicial. In: Sonia Bittencourt Silveira; Carolina Scali Abritta; Amitza

Torres Vieira. (Org.). **Linguística Aplicada em Contextos Legais**. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, v. 1, p. 141-164.

GARCEZ, P. M. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Orgs.). **Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica**. Porto Alegre: Mercado de Letras, p. 17-38, 2008.

GARFINKEL, H. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

GOODWIN, C. Retrospective and prospective orientation in the construction of argument moves. **Text & Talk**, v. 26, n. 4/5, p. 443-461, 2006.

GRUBER, H. Questions and strategic orientation in verbal conflict sequences. **Journal of pragmatics**, v. 33, p. 1815-1857, 2001.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

MAYNARD, D. How children start arguments. **Language in Society**, v. 14, n. 1, p. 1-30, 1985.

NORRICK, N. R.; SPITZ, A. Humor as a resource for mitigating conflict in interaction. **Journal of pragmatics**, v. 40, p. 1661-1686, 2008.

OLIVEIRA, R. P. **Anatomias do conflito**. 2012. 265f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora, 2012.

_____. 'Quase não é lá': uma análise da formulação de lugar pela via da categorização de pertença no episódio de conflito instaurado entre Pitty e Anitta no *Altas Horas*. **(Con)textos Linguísticos**, v. 9, p. 238-254, 2015.

OLIVEIRA, R. P.; GAGO, P. C. Métodos para perseguir uma resposta e métodos para fugir da pergunta: o caso da inversão do ônus na prestação de contas. **Estudos da Língua(gem)** (Online), v. 10, p. 69, 2012.

SCHEGLOFF, E. A. **Sequence organization in interaction: A primer in conversation analysis**. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.

_____. Reflections on talk and social structure. In: BODEN, D.; ZIMMERMAN, D.H. **Talk and social structure: Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis**. Los Angeles: University of California Press, 1991.

VIEIRA, A. T. **A dimensão avaliativa da argumentação na fala opinativa de profissionais de uma empresa em processo de mudança**. 2007. 160 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

ANEXO – Convenções de transcrição

*Os símbolos de transcrição foram extraídos de Gago (2002):

[colchetes]	Fala sobreposta
(0.5)	Pausa décimos de segundos
(.)	Micropausa em menos de dois décimos de segundo
=	Contigüidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos
.	Descida de entonação
?	Subida de entonação
,	Entonação contínua
,?	Subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação
,.	Descida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto final
:	Alongamento de som
-	Auto-interrupção
<u>sublinhado</u>	Acento ou ênfase de volume
MAIÚSCULA	Ênfase acentuada
°	Fala mais baixa imediatamente após o sinal
°palavra°	Trecho falado mais baixo
palavra:	Descida entoacional inflexionada
palavra:	Subida entoacional inflexionada
↑	Subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados
↓	Descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado
>palavra<	Fala comprimida ou acelerada
<palavra>	Desaceleração da fala
<palavra	Início acelerado
hhh	Aspirações audíveis
(h)	Aspirações durante a fala
.hhh	Inspirações audíveis
(())	Comentários do analista
(palavra)	Transcrição duvidosa
()	Transcrição impossível
th	Estalar de língua

Artigo recebido em: 12/06/2018.

Artigo aceito em: 03/08/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS

POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista (*Con*)*Textos Linguísticos* publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros.
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista (*Con*)*Textos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.
2. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
3. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:
 - *Título*: centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
 - *Nome do(s) autor(es)*: por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).

- *Filiação institucional*: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
- *Resumo*: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- *Palavras-chave e keywords*: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
- *Texto do artigo*: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e *keywords*, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.
- *Referências*: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - ✓ Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - ✓ Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.

✓ No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do *site*: http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download

- *Anexos*, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra **Anexo**, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
- Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, em formato Word for Windows (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo com identificação, anexado em "Documentos suplementares", deverá constar ainda, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo.

Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS

COMISSÃO EDITORIAL

A/C Alexandro Rodrigues Meireles (Editor-gerente), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Gesieny Laurett Neves Damasceno (Editora de Seção), Christiane Nunes de Souza (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção).

CCHN/ PPGEL – Pós-Graduação em Linguística
Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 0 (XX) 27 4009-2801

email: contextoslinguisticos@hotmail.com